

VIII SEADET 

**economia solidária
feminismos e
saberes tradicionais** 

CONSTRUINDO CAMINHOS
PARA A SOBERANIA
E SEGURANÇA ALIMENTAR 

20 e 21.07.2023



Anais

**8º SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
(SEADET)**

**Tema: ECONOMIA SOLIDÁRIA, FEMINISMO E SABERES TRADICIONAIS:
Construindo Caminhos Para a Segurança e Soberania Alimentar**

**Anderson Fernandes de Alencar
Jorge Luiz Schirmer de Mattos
(organizadores)**

**Recife
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S471e Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (SEADET)
(8: 2023: Recife, PE).
Economia solidária, feminismo e saberes tradicionais:
construindo caminhos para a segurança e soberania alimentar: anais
[do] 8. Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
(SEADET), 20 a 21 de julho de 2023, Recife, PE / Anderson
Fernandes de Alencar, Jorge Luiz Schirmer de Mattos (organizadores)
... [et]. – Recife: EDUFRPE, 2023.
227 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Economia social 2. Mulher 3. Feminismo 4. Assistência
alimentar – Congressos I. Alencar, Anderson Fernandes de, org.
II. Mattos, Jorge Luiz Schirmer de, org. III. Título

CDD 630.2745098134

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maria Dubeux Gervais
Anderson Fernandes de Alencar
Jorge Luiz Schirmer de Mattos
José Nunes da Silva
Laeticia Medeiros Jalil
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Maria Zênia Tavares da Silva
Michelle Cristina Rufino Maciel
Monica Helena Panetta
Pedro Léo Alves Costa
Tarcísio Augusto Alves da Silva
Wagner Lins Lira
Walter Santos Evangelista Júnior

COORDENAÇÃO GERAL

Roseane Santos de Jesus
Nailton Rodrigues de Castro
Nemo Augusto Mões Côrtes
João Gustavo Soares de Araújo

COMISSÃO CIENTÍFICA

José Nunes da Silva
Anderson Fernandes de Alencar
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Walter Santos Evangelista Júnior

COMISSÃO DOS ANAIS

Cristiane de Souza Castro
Marialda Moura da Silva
Vânia de Oliveira Alves
Valdeni Venceslau Bevenuto

COMISSÃO PALESTRA

Marcley da Luz Marques
Marialda Moura da Silva
Danilo Santos
Isabel de Jesus Santos
Kriscia Santos Argolo
Everaldo Batista Rocha
Vanessa Maria Santiago da Silva
Roseane Santos de Jesus
Vânia de Oliveira Alves
Nailton Rodrigues

COMISSÃO CULTURA E MÍSTICA

José Eduardo Matos
Ricardo Carneiro Bastos
Carlos José Silva de Freitas
Anderson Gomes dos Santos
Eduarda Oliveira Casanova

Avaliadores

Ana Maria Dubeux Gervais
Anderson Gomes Dos Santos
Francinete Francis Lacerda
Isabel De Jesus Santos Dos Santos
José Nunes Da Silva
Kriscia Santos Argolo
Luciano Pires De Andrade
Luis Claudio Monteiro De Mattos
Marcus Metri Correa
Maria Rita Ivo De Melo Machado
Oscar Emerson Zuniga Mosquera
Kriscia Santos Argolo
Luciano Pires De Andrade
Luis Claudio Monteiro De Mattos
Marcus Metri Correa
Maria Rita Ivo De Melo Machado
Oscar Emerson Zuniga Mosquera
Pamela Karina De Melo Gois
Pedro Léo Alves Costa
Tarcísio Augusto Alves Da Silva
Valdeni Venceslau Bevenuto
Walter Santos Evangelista Júnior

SUMÁRIO

I – Identidade, Cultura e Territorialidades	
<p>EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS LIBERTADORA: UMA REVISÃO DE SABERES E FAZERES AGROECOLÓGICOS EM ESCOLA PÚBLICA CEARENSE</p> <p>DOI: 10.29327/1173686.6-19</p>	13
<p>NEABI: REFLEXÕES ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO IFPB - CAMPUS SANTA RITA</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-14</p>	24
<p>O PLANTIO DE MILHO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ENTRE A AGRICULTURA E A RELIGIOSIDADE POPULAR</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-4</p>	33
<p>O TEATRO-FÓRUM A PARTIR DA IMERSÃO NO POLO DA BORBOREMA, PB: A CONSTRUÇÃO DE CENAS POR DISCENTES DO DOUTORADO EM AGROECOLOGIA DA UFRPE</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-13</p>	44
<p>A DIMENSÃO POLÍTICA DA AGROECOLOGIA E O NOVO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR DO GOVERNO LULA 3 (2023 - PRESENTE)</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-20</p>	53
<p>PERCURSOS ECONÔMICOS PAUTADOS EM LUTAS E RESISTÊNCIAS DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-18</p>	63
<p>REPENSANDO AS MASCULINIDADES NA AGROECOLOGIA: NOVAS ABORDAGENS PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-5</p>	74
<p>UMA PRÁTICA, UM BEM CULTURAL: UMA HISTÓRIA SOBRE MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO MOLDAR EM BARRO NO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM – PE</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-22</p>	77
<p>A FESTA DA COLHEITA E O RESGATE CULTURAL DE VALORES ENTRELACADOS COM A CULTURA CAMPONESA NA MICRORREGIÃO NORTE DE SOBRAL – CEARÁ</p> <p>DOI: 10.29327/1292658.8-8</p>	88

II – Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento	
DEBATENDO O CONCEITO DE CAMPESINATO: IMERSÃO NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO DOI: 10.29327/1292658.8-19	97
ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO SÍTIO ARRUDA, EM ARARIPE - CE: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE DOI: 10.29327/1292658.8-10	105
FLORESCE CURATIVO: UMA JORNADA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS, MULHERISMO AFRICANA E AMOR DOI: 10.29327/1292658.8-12	116
PERSPECTIVA E ANÁLISE QUALITATIVA ESTRUTURAL DA FEIRA AGROECOLÓGICA DO BAIRRO CASA FORTE, ZONA NOROESTE DO RECIFE – PE DOI: 10.29327/1292658.8-3	125
A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS EDUCADORES DOI: não há (resumo simples)	139
RE-SIGNIFICANDO O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS DOI: não há (resumo simples)	141
SEMEANDO SABERES ATRAVÉS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS CONSTRUÍDAS POR MULHERES CAMPONESAS: AS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR (CEOP), PICUÍ – PB DOI: 10.29327/1292658.8-1	143
III – Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos	
HORTA ORGÂNICA INSTITUCIONAL: CAMINHOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA COMPEA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE – PE DOI: 10.29327/1292658.8-21	154
PROJETO ALGODÃO AGROECOLÓGICO POTIGUAR: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO DOI: não há (resumo simples)	163
AGROECOLOGIAS E RESISTÊNCIAS: VIDAS E VOZES DO ARARIPE DOI: 10.29327/1292658.8-2	165

IV – Convivência Com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento	
CARACTERIZAÇÃO DE UM AGROECOSSISTEMA DE PRODUÇÃO DE CAPRINOS LEITEIROS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOI: 10.29327/1292658.8-6	176
VIVÊNCIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA DISCIPLINA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E IMPACTOS NA AGRICULTURA DO SEMIÁRIDO – A DICOTOMIA ENTRE OS CONCEITOS DE TEMPO E CLIMA DOI: 10.29327/1292658.8-15	182
ESTRUTURA TÉCNICA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA (SEMAGRIS) DA BACIA LEITEIRA ALAGOANA DOI: 10.29327/1292658.8-16	192
AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO FORTALECIMENTO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO (LAGOA NOVA/RN) DOI: não há (resumo simples)	205
ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA EM UM AGROECOSSISTEMA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO – PE DOI: 10.29327/1292658.8-23	208
V – Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares	
POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS RURAIS DOI: 10.29327/1292658.8-17	215
ANTROPOCENO E AGROECOLOGIA: O DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL DOI: não há (resumo simples)	224
TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS DE RESISTÊNCIA FRENTE A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO DOI: não há (resumo simples)	226
HORTA ESCOLAR COMUNITÁRIA ESCOLA PROFESSORA HELENA PUGÓ DOI: não há (resumo simples)	228

APRESENTAÇÃO

O Programa Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE), semestralmente vem promovendo debates sobre temas relacionados ao campo da Agroecologia e o Desenvolvimento Territorial com o objetivo de oportunizar uma formação interdisciplinar aos doutorando/as vinculados/as ao PPGADT, e ao mesmo tempo, possibilitar a troca de conhecimentos com diversos atores e atrizes sociais como docentes, discentes, profissionais de diferentes áreas, movimentos sociais e instituições/organização que dialogam com a pauta da Agroecologia e do desenvolvimento territorial.

No semestre 2023.1, docentes e discentes do PPGADT, com várias instituições parceiras, realizou o 8º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - SEADET, tendo como tema central: ECONOMIA SOLIDÁRIA, FEMINISMO E SABERES TRADICIONAIS: Construindo Caminhos Para a Segurança e Soberania Alimentar.

O 8º Seadet aconteceu nos dias 20 e 21 de junho de 2023, sendo sediado no Anfiteatro do Centro de Ensino de Graduação (Cegoe) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e também com apresentações científicas realizadas de forma remota. A programação do evento contou com palestras, mesas de debates e mesa de diálogo, tendo como convidados/as palestrantes professoras/es e representantes das experiências das mulheres e da economia solidária, dos saberes tradicionais da Mata Norte de Pernambuco e os desafios diante da realidade da cana de açúcar no território.

Também houve um momento em que as turmas do Doutorado 2022 e 2023, trouxeram os resultados de suas impressões e devolutivas ao território, após participação nos processos de imersão proporcionados pela metodologia adotada no PPGADT.

Nesse sentido, o evento proporcionou ricas e pertinentes reflexões, bem como a socialização de conhecimentos com a inscrição de 92 pessoas, 35 trabalhos submetidos e 28 aprovados, e apresentados na forma de resumos expandidos e resumos simples, que permitiram abordagens críticas sobre o tema proposto e a participação de alunas/os do ensino médio, além de outras atividades que

possibilitaram processos interdisciplinares na construção e trocas de saberes ao longo da programação.

Anderson Fernandes Alencar
Joao Gustavo Soares de Araujo
Jorge Luiz Schirmer de Mattos
Nailton Rodrigues de Castro
Roseane Santos de Jesus

LINHA DE PESQUISA

I – Identidade, Cultura e Territorialidades

EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS LIBERTADORA: UMA REVISÃO DE SABERES E FAZERES AGROECOLÓGICOS EM ESCOLA PÚBLICA CEARENSE

Raniere de Carvalho Almeida¹

Adelson Dias de Oliveira²

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira³

Ricardo de Macedo Machado⁴

Linha de Pesquisa I: Identidade, Cultura e Territorialidades.

DOI: 10.29327/1173686.6-19

1 Introdução

A educação é concebida como um direito do cidadão e dever do estado, devendo ser iniciada no seio familiar, a partir da concepção da vida humana, aprimorada na escola e incentivada pela sociedade de forma permanente e responsável. Ela, assim como a saúde e cultura, representa uma política pública governamental em suas diferentes instâncias (municipal, estadual e federal), sendo acompanhada pela população de forma democrática e participativa (BRASIL, 1988).

Há três tipos de educação: formal, informal e não formal (popular). A primeira ocorre na escola, a segunda na família e a última no meio social, sendo construída e legitimada coletivamente por movimentos populares, entidades, partidos e outras instâncias (GOHN, 2006). Já a formal é academicista, estando presente nas

¹ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: raniere.carvalho@discente.univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4588-575X>.

² Doutor em Educação e Contemporaneidade. Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; E-mail: adelson.dias@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8415-1153>.

³ Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0588-1797>.

⁴ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF-SERTÃO) e EEMTI Simão. e-MAIL: ricardo.machado@prof.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8811-3744>.

instituições de ensino, sendo concebido à luz da ciência, porém, sob influência da educação popular, das experiências do povo (SAVIANI, 1997).

O conhecimento popular, apesar de distinto do informal, contém traços advindos da tradição, ancestralidade e oralidade humana, inclusive, ligados ao campesinato, suas identidades e territorialidades, tendo a Agroecologia como ciência norteadora, movimento e luta social, que deve estar presente em diferentes instâncias como a escola, que constrói, difunde saberes e forma sujeitos. A Escola Simão Ângelo no município de Penaforte-CE contempla saberes e práticas agroecológicas em seu fazer pedagógico?

Essa questão norteia a pesquisa, que tem como objetivo identificar a presença de saberes e fazeres agroecológicas na Escola Simão Ângelo, que é a única instituição pública de Ensino Médio do município, onde estuda uma significativa parcela dos seus munícipes. Para seu alcance foi adotada a pesquisa qualitativa de natureza básica e de caráter exploratório-descritivo, baseada em revisão bibliográfico-documental associada à observação participante na escola.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade das escolas valorizarem os conhecimentos populares, tradicionais, ancestrais, trazidos pelos estudantes, livros didáticos e paradidáticos, e que estão presentes na sociedade, inclusive, no campo, que concentra uma significativa parcela populacional. Estes são o alicerce da ciência, por expressar a relevância sociocultural em uma perspectiva contextual e humanitária (MARTINS, 2004).

2 Referencial teórico

2.1 A Agroecologia: ciência, movimento e luta

A Agroecologia representa uma ciência e movimento de resistência de base socioambiental, tendo os agricultores, familiares e camponeses como protagonistas do seu processo de organização, através de movimentos sociais. Sua principal característica é a defesa da agricultura de base agroecológica, que proporcione estilos de vida sustentáveis, além do desenvolvimento rural, agregando ao território diferentes valores e perspectivas (CAPORAL e PETERSEN, 2013).

O princípio agroecológico constitui o modelo ambiental, que se caracteriza pela fusão de saberes tradicionais, populares e socioambientais com vistas à sensibilização dos sujeitos do campo e da cidade por um mundo ambientalmente sustentável, onde a vida seja priorizada/respeitada. Para Padula et al. (2013) formam uma rede complexa, que engloba movimentos sociais, organizações do terceiro setor e entidades camponesas locais.

Compreende-se a Agroecologia como um campo de conhecimento multidisciplinar sobre a natureza e todos os elementos e fatores que a constituem, tanto bióticos quanto abióticos, sociais e culturais, em busca de estilos de vida alternativos, sustentáveis, a partir de modelos agrícolas de base ecológica e da construção de estratégias visando o desenvolvimento rural sustentável de forma multidimensional e a longo prazo (CAPORAL e PETERSEN, 2013).

2.2 Educação em Agroecologia e a escola atual

A Agroecologia é um princípio múltiplo, amplo, relacionado à educação popular, campesina, quilombola, indígena, enfim, dos povos tradicionais, configurando-se ainda como uma política pública. A educação em uma perspectiva agroecológica no tocante ao ensino, pesquisa e extensão, busca romper à lógica da educação tradicional, a dimensão tecnológica produtivista e agroquímica, que ainda influencia o modelo educacional brasileiro (AGUIAR et al., 2013).

A Educação em Agroecologia no Brasil ainda é tímida, insipiente, pouco discutida e compreendida. Os documentos norteadores relacionados à educação ambiental, popular e agroecológica, são interpretados ligeiramente, sendo logo descartados, interferindo assim na sua compreensão e conseqüentemente nas atividades teóricas e práticas no território. Tudo isso é fruto das sociedades modernas e pós-modernas, seus legados e rupturas (BARBOSA, 2017).

Para Freire (2001) a escola contemporânea é um campo político de transformação da sociedade, através do conhecimento, do processo de ensino-aprendizagem, considerando aspectos formais e informais, científicos e populares, que envolvem todos os sujeitos que dela fazem parte. A Agroecologia, por sua vez, é vista como caminho para essa transformação, por ser uma ciência múltipla

que compreende a educação, o social, cultural, econômico, ambiental e outros princípios, buscando o desenvolvimento sustentável (CAPORAL e PETERSEN, 2013).

2.3 Educação popular como práxis libertadora

A educação formal e popular caracteriza-se como um processo sociopedagógico, que favorece a formação crítica e o desenvolvimento das potencialidades humanas, considerando vivências e estímulos para uma evolução em diferentes vertentes, resultando em construção, tendo como matéria-prima saberes produzidos historicamente, a partir da atividade humana (SAVIANI, 1997).

O fazer educacional compreende hábitos, costumes e valores, podendo ser considerado científico ou não-científico, sofrendo influências do nativismo e empirismo. O primeiro compreende o desenvolvimento de potencialidades interiores, devendo o educador explorá-las, valorizando os saberes dos sujeitos que compõem a escola. O segundo traduz conhecimentos baseados na experiência sensível, nas vivências humanas (MARTINS, 2004).

A escola, enquanto espaço socioeducativo e democrático, deve considerar as experiências desenvolvidas pelos estudantes e demais sujeitos em seus territórios de origem, evidenciando sua cultura, identidade, ancestralidade, enfim, os saberes e fazeres populares de cunho sociocultural, a fim de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais atrativo e pedagogicamente significativo, além de incentivar o protagonismo (BRASIL, 1996).

Para Brandão (1986) a educação popular não é concebida como um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias e práticas, que é regido pelas diferenças, a fim de explorar o sentido da educação, indo além dos muros da escola, trazendo para esta um conjunto de saberes que dialogam e agregam valor ao processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo os sujeitos como construtores do conhecimento e promotores da sua existência, já que é feita por pessoas e para pessoas.

3 Metodologia

3.1 Método e período da pesquisa

Este trabalho possui abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório-descritivo, adotando como procedimento metodológico a revisão bibliográfico-documental e observação participante. Seu período de realização foi de 06/05 a 09/07/2023. Buscou-se levantar dados primários e secundários em bases virtuais como o Google Acadêmico e ResearchGate associados ao olhar dos pesquisadores sobre a Escola Simão Ângelo, lócus da pesquisa.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Já a observação participante, busca registrar fatos ou acontecimentos de forma planejada, utilizando técnicas como anotações sobre uma realidade ou situação da qual participam os pesquisadores.

3.2 Descritores e fontes da pesquisa

Para a coleta de dados em bases virtuais foram utilizados descritores relacionados ao objeto de estudo: 1. Agroecologia, 2. Educação popular, 3. Sociocultural, 4. Meio ambiente e 5. Escola. Foram identificadas 27 fontes entre resumos, artigos, e-books e documentos. Estas passaram por critérios de inclusão e exclusão como sua relação com o tema da pesquisa e temporalidade não superior a 15 anos, exceto obras consagradas e legislação vigente, sendo selecionadas 15. Foram identificados nas buscas realizadas nas bases de dados e utilizados no referencial teórico desta pesquisa, estudos de autores consagrados como Freire (2001), Caporal e Petersen (2013), Saviani (2007), Martins (2004), Padula (2013), Aguiar (2013) e outros, além de documentos de caráter socioeducacional, a exemplo da Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996) e Projeto Político Pedagógico (2023).

3.3 Análise dos dados e questão ética

Para o tratamento dos dados coletados adotou-se a análise de conteúdo em 3 etapas: 1. Pré-análise, exploração do material, 2. Categorização ou codificação, e 3. Tratamento dos resultados, inferências e interpretação, visando à apuração das

informações localizadas (BARDIN, 2016). O método análise de conteúdo refere-se a um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos, objetivando a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (CAMPOS, 2004).

Os dados extraídos das fontes bibliográficas e documentais são de domínio e acesso público, tanto através da internet quanto no *lócus* da pesquisa (escola). Foram analisados e associados considerando sua relevância acadêmico-científica e a relação com o objeto pesquisado, convertendo-os em conhecimentos válidos, respeitando-se os preceitos éticos da pesquisa expressos no Art. 1º, parágrafo único, da Resolução CNS/MS 510/2016.

4 Resultados e Discussão

Figura 1 - Escola Simão Ângelo, *lócus* da pesquisa



Fonte: Facebook (2020).

Esta seção traz os resultados e discussão da pesquisa, a partir de levantamentos bibliográfico-documentais e observacionais realizados durante o 1º semestre letivo de 2023 na Escola Simão Ângelo (Figura 1), nas três séries que compõem o Ensino Médio na EJA, no tocante à adoção de conhecimentos populares de cunho agroecológico dentro e fora da sala de aula, tanto no fazer pedagógico relacionado ao ensino quanto a práticas no meio escolar, tendo os estudantes como sujeitos.

4.1 Saberes populares agroecológicos na sala de aula

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Simão Ângelo, elaborado na década de 1990 e reformulado anualmente, contempla a importância de serem valorizados no fazer pedagógico, os saberes populares vivenciados pelos estudantes em seus territórios de origem ao longo da sua história de vida, inclusive, os discentes que residem no campo e que lidam diretamente com a agricultura, pecuária e outras atividades socioculturais. Estes trazem para a escola saberes agroecológicos que agregam valor ao processo de ensino-aprendizagem e legitimam sua identidade, estando em consonância com a Lei 9.394/1996.

Observando-se os planos de ensino elaborados, executados e reformulados anualmente pelos professores e coordenadores de área da instituição, referentes aos componentes curriculares em suas respectivas áreas do conhecimento, é perceptível a presença de objetos de aprendizagem relacionados à Agroecologia enquanto ciência, baseada em saberes e fazeres populares, desmembrados em competências e habilidades, que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, mais especificamente no Ensino Médio.

Figura 2 - Livros didáticos com saberes agroecológicos



Fonte: Da pesquisa (2023).

Os livros didáticos adotados pela escola (Figura 2), a partir do Programa Nacional do Livro Didático 2018, são das editoras: Moderna, Saraiva e FTD. Assim

como os planos de ensino, estes contemplam saberes populares de cunho agroecológico, valorizando o conhecimento sensível, as experiências dos sujeitos, inclusive, aqueles que moram no campo e se deslocam diariamente à escola. Seu currículo busca enxergar as necessidades dos discentes, considerando sua cultura, identidade e território, porém, ainda timidamente, carecendo avançar na equidade e respeito às diferenças, já que o multiculturalismo está presente nesse meio.

Tanto nos planos quanto nos livros, enfim, no currículo da instituição estão presentes saberes transversais de caráter agroecológico, trabalhados interdisciplinarmente pelos docentes e discentes, a exemplo do território, territorialidade, povos tradicionais, religiosidade e crenças, dialeto e variações linguísticas, literatura e cultura regional, fenômeno da seca, identidade, população, agricultura familiar e pecuária, sustentabilidade, meio ambiente, recursos naturais, entre outros. Estes são explorados por disciplinas como Português, Artes, Biologia, Geografia e Sociologia, além de eletivas como Educação Ambiental e Biogeografia.

4.2 Práticas populares agroecológicas no meio escolar

A Escola Simão Ângelo realiza no decorrer do ano letivo variados eventos socioeducativos de cunho popular com diferentes objetivos e abordagens temáticas junto à comunidade, os quais são definidos por seu corpo docente e discente, a fim de comporem o calendário. Neste são descritas datas e períodos para tal como o carnaval, resgatando a arte, cultura e tradição; a quadrilha junina matuta no São João; encontros festivos com músicas, danças, poesias populares, brincadeiras e jogos populares na Semana do Estudante; campeonatos e gincanas culturais com esportes tradicionais, provas de rua, saberes populares e científicos, entre outros.

São desenvolvidos ainda seminários e palestras, rodas de conversa, aulas de campo, excursões, inclusive, ao cinema, círculos de leitura, momentos de escuta, pesquisas científicas, concurso de redação, chás literários e cafés filosóficos, feiras culturais e mostras científicas, culminância das eletivas, encontros da família na escola, além de festividades populares em datas comemorativas como o Dia das Mães, do Professor/Funcionário, da Consciência Negra, Natal e outras. Em seus eventos são abordados não só saberes científicos, mas também populares. Em 2023 o tema é “educação antirracista”, alusivo aos 20 anos da Lei 10.639/2003.

Figura 3 - Ações do Ceará Educa Mais

Aperfeiçoamento Pedagógico <ul style="list-style-type: none"> - Superintendência Escolar - Professor Aprendiz - Fortalecimento da Atuação dos Coordenadores Escolares (Face) 	Qualificação Acadêmica e Profissional dos Estudantes <ul style="list-style-type: none"> - Ceará Científico - Centros Cearenses de Idiomas - EJA + Qualificação Profissional 	Avanço na Aprendizagem <ul style="list-style-type: none"> - Foco na Aprendizagem - Avaliação Externa do Ensino Médio (Spaace) - Avaliação Diagnóstica - Nem 1 Aluno Fora da Escola
Cuidado e Inclusão <ul style="list-style-type: none"> - Professor Diretor de Turma - Competências Socioemocionais - Protagonismo Estudantil - Educação Inclusiva - Escola Espaço de Reflexão - Bibliotecas com Programas de Incentivo à Leitura - Educação Contextualizada para Convivência no Semiárido 	Tempo Integral <ul style="list-style-type: none"> - Articulação do Ensino Médio à Educação Profissional - Política de Ensino Médio em Tempo Integral 	Educação Conectada <ul style="list-style-type: none"> - Educação Híbrida - Ceará Educa Mais: Conectividade - Formação Docente e Educação a Distância
	Preparação para o Enem <ul style="list-style-type: none"> - Enem: Chego Junto, Chego Bem! 	Desenvolvimento e Qualificação dos Professores <ul style="list-style-type: none"> - Oferta de Programas de Mestrado e Doutorado - Participação em Eventos Científicos e Pedagógicos

Fonte: SEDUC (2021).

O plano de ação da escola, assim como o da Secretaria de Educação (SEDUC) contempla projetos e programas do “Ceará Educa Mais” (Figura 3) com objetivos e temáticas socioeducacionais desenvolvidas durante o ano. Destacam-se a Escola Espaço de Reflexão, Jovem de Futuro, Formação Cidadã, Trilhas de Aprendizagem, Festival Alunos que Inspiram, Competências Socioemocionais, Juventude em Tempo Integral, ENEM Não Tira Férias, AoGosto do Aluno e Ceará Científico, todos, abordando saberes curriculares e extracurriculares como povos, culturas e territórios, linguagem e literatura, culinária, medicina popular, folclore, oralidade, artesanato, meio ambiente, sustentabilidade, comunicação, feminismo e justiça social.

A instituição ainda desenvolve um conjunto de ações educativas e socioassistenciais, por intermédio dos seus órgãos colegiados. São exemplos, o Conselho Escolar e de Classe, que acompanham situações que emergem no dia a dia da escola como a infrequência de estudantes do campo, motivada pela falta de transporte, doenças e clima. O Grêmio, que executa ações socioculturais, artísticas, esportivas e ambientais como gincanas, concursos, doação de alimentos, roupas e calçados a alunos carentes, conservação do jardim e horta, coleta seletiva e palestras

sobre direitos/deveres, gravidez e doenças, segurança e justiça; além da Comissão de Proteção e Prevenção à Violência contra Criança e Adolescente na Escola (CPPE), que atua coibindo a violência, preconceito, bullying e abandono, promovendo uma cultura de paz.

5 Conclusões

Constatou-se nesta pesquisa que a Escola Simão Ângelo localizada no município de Penaforte-CE contempla em seu fazer pedagógico saberes e práticas agroecológicas, que remontam a educação popular, ambiental e seu viés libertador, valorizando as vivências e experiências cotidianas do público discente ao longo de sua trajetória escolar, fortalecendo assim o processo de ensino-aprendizagem, por torná-lo mais amplo e significativo para os sujeitos.

A instituição demonstra preocupação em acolher e oferecer aos estudantes, inclusive, do campo, um currículo integrado, que considera como objetos do conhecimento aspectos culturais, territoriais e identitários, traduzindo uma educação integral com um viés libertador, segundo Paulo Freire. A Agroecologia como ciência de caráter popular está imbuída em seu currículo, nos planos de ensino, programas e projetos, tornando a escola um ambiente harmônico e sustentável.

Apesar dos avanços constatados, nota-se a necessidade de uma maior integração entre as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, visando uma educação contextualizada. O diálogo permeia as práticas pedagógicas na escola, mas carece ser ampliado quanto à interdisciplinaridade e transversalidade do ensino, tornando-as sustentáveis. Sugere-se a continuidade deste estudo, investigando os princípios agroecológicos presentes no currículo escolar.

6 Agradecimento

Ao Deus poderoso e supremo pelo dom da vida e sabedoria humana, e a Jarbas Almeida (em memória).

7 Referências

- AGUIAR, M. V. de A. [et al.]. Princípios e Diretrizes da Educação em Agroecologia. **Anais do I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia** - Construindo princípios e diretrizes. Recife, 2013.
- BARBOSA, L.P. Legados e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, vol. 13, n. 24, p. 107-138, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. Capítulo. In: Coleção Primeiros Vãos. p. 1-58. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.
- CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v. 6, p. 63-74, 2011. Embrapa, 2013.
- ESCOLA SIMÃO ÂNGELO (ESA). **Projeto Político Pedagógico (PPP) e outros documentos escolares**. 247 p. Penaforte-CE, 2023.
- FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 4. ed. São Paulo: Olho D'Água, 2001.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.
- GOHN, M. de G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- MARTINS, R. M. S. F. **Direito à Educação**: aspectos legais e constitucionais. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- PADULA, J. [et al.] Os caminhos da agroecologia no Brasil. In Gomes, J. C. A., & Assis, W. S. (Eds.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais (pp. 37-72). Brasília, DF: Embrapa, 2013.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 6. Ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

NEABI: reflexões acerca das questões étnico-raciais no IFPB - campus Santa Rita

Marcley da Luz Marques⁵

Horasa Maria Lima da Silva Andrade⁶

Wagner Lins Lira⁷

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-14

1 Introdução

O ambiente escolar como espaço heterogêneo torna-se propício à discussão e reflexão sobre as histórias e as culturas dos grupos étnicos, assim como as lutas e resistências contra as violências que sofrem perante um sistema opressor que busca o silenciamento dos povos originários e tradicionais enquanto pessoas e agrupamentos de direito.

Dessa forma, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) situados nas instituições federais de ensino surgem a partir de uma política pública ancorada nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que preveem a obrigatoriedade do estudo de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”- altera o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 - em todas as escolas em suas etapas e modalidades de ensino, para que esta temática seja permanente em nosso processo educativo, bem como na promoção do diálogo intercultural entre os saberes-fazeres tradicionais e escolares frente à desconstrução de estereótipos e racismos em nossa sociedade colonialista (SILVA, 2012).

⁵ Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: marcleymarques@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-9008>

⁶ Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

⁷ Doutor em Antropologia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: wagneip79@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5174-980X>

Nesse contexto, a criação dos NEABI no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) surgiu com a Resolução nº 62 de 20 de março de 2017 que estabelece Políticas de Inclusão e Diversidade em tais instituições públicas de ensino (BRASIL, 2017). Consideramos um avanço no que diz respeito às temáticas a serem dialogadas no percurso de ensino e aprendizagem.

Por este ângulo, o presente trabalho visa relatar as ações desenvolvidas pelo NEABI do IFPB - campus Santa Rita. Para tanto, refletiremos sobre a importância do NEABI no combate ao racismo e a visibilidade das pautas dos povos originários e tradicionais no âmbito do processo ensino e aprendizagem, assim como um espaço de transformação, conhecimento libertador de base contracolonial.

A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa como instrumento metodológico, um relato de experiência descritivo e reflexivo. Recorremos ao aporte teórico para entendermos as questões que envolvem a invisibilidade dos povos negros e indígenas em nossa sociedade e, por consequência, nas instituições de ensino.

2 Referencial teórico

As desigualdades sociais e a discriminação que assolam nosso país são intensificadas pelo capitalismo de base colonialista e neoliberal, logo, os grupos subalternizados – povos originários e negros – sofrem com a ausência dos recursos de assistência para o alcance de uma vida digna (BISPO, 2015; SILVA, 2012).

Por isso, os movimentos sociais - de base étnico-racial (ARROYO, 2013) - assumem papel fundamental na luta pelos direitos das comunidades e territórios, já que, o Estado nação assim como a sociedade desconhecem as histórias, as culturas, as identidades e as territorialidades - enfim a vida - dos povos indígenas e negros, que, diante dos conflitos, violências e opressões históricas formaram este país (BISPO, 2018).

Em um contexto democrático é desta forma que a sociedade civil organizada busca a garantia de direitos, conforme assinalado pela Constituição Federal (1988), independente de classe, raça ou religião. Dessa forma, as Políticas de Ação Afirmativa têm como parâmetros medidas assistenciais para reparação das violências cometidas contra os agrupamentos étnico e racialmente subalternizados (MOEHLECKE, 2002).

Dentre os diversos procedimentos de ação afirmativa, destacamos o sistema de cotas - ancorado na Lei nº 12.711/2012 - que destina parte das vagas das instituições públicas de ensino ao público étnico-racial em condições de vulnerabilidade e ou pobreza econômica, tanto na educação básica, quanto no ensino superior (BRASIL, 2012; SILVA, 2012).

Esta medida representa o reconhecimento, ainda que tardio e parcial, por parte do Estado brasileiro, no que tange ao abandono, à falta de assistência e acesso -, especialmente, aos sistemas formais de educação - dos agrupamentos subalternizados historicamente.

Com a alteração da LDB (1996) para contemplar o ensino das histórias e das culturas dos povos negros e indígenas a serem disseminados no ambiente escolar, faz-se necessária a emergência de pedagogias outras, ou melhor, epistemologias outras que possam ser dialógicas e inclusivas, partindo das vidas, das histórias, das culturas e dos saberes-fazeres inerentes aos territórios (SILVA, 2012).

Nessa perspectiva, percebemos a necessidade de confrontar e superar o falso ideal de “democracia racial”, mesmo porque, ele parte do apagamento das identidades, assim como das resistências e vivências dos grupos étnico-raciais, uma vez que nega, a priori, a existência do racismo no Brasil (ABDIAS NASCIMENTO, 1980; AMORIM, 2022).

Para tanto, constatamos a transformação ser possível a partir de epistemologias contracoloniais - e, por seu turno, antirracistas - ancoradas em modelos multiculturais críticos, que investem em nossa diversidade frente à formação e continuidade democrática da sociedade brasileira (MUNANGA, 2015; BISPO, 2018).

3 Metodologia

O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, visto que prezamos pelos aspectos da realidade que não podem ser quantificados (MINAYO, 2009). Sendo assim, realizamos um relato das atividades e os desafios perante as ações do NEABI do IFPB – campus Santa Rita.

Diante do exposto, nosso procedimento foi um relato de experiência das atividades do NEABI de 2020 a abril de 2023. Em relação aos instrumentos

metodológicos, usamos o diário de campo para registro e a nossa observação participante como professora do Campus.

Buscamos os aportes teóricos para afirmação das pautas e os saberes-fazeres dos povos negros e indígenas, sobretudo, a quebra de barreiras e atitudes racistas no ambiente educacional.

Quanto à análise, recorreremos aos estudos da análise interpretativa de Moita Lopes (1994) com a finalidade de compreendermos a necessidade do NEABI, como instrumento de fortalecimento das identidades e das culturas dos/as estudantes, assim como dos agrupamentos étnico-raciais, minando os conhecimentos centralizadores colonialistas e potencializadores de estereótipos e violências.

4 Resultados e Discussão

O NEABI do IFPB foi constituído a partir da Resolução nº 62/2017 com o intuito de proporcionar espaços interdisciplinares e abertos a toda comunidade acadêmica, visando o respeito à diversidade, contribuindo para uma cidadania inclusiva.

No campus Santa Rita, iniciei minhas atividades profissionais em 2020, por consequência, um dos anos mais graves da pandemia da Covid-19 no Brasil, de modo que as atividades acadêmicas presenciais foram suspensas durante os meses de março a agosto. Como sabemos, nesse período, foi necessária uma adequação dos trabalhos acadêmicos e pedagógicos às metodologias e recursos digitais, já que não tínhamos previsão de retorno ao ensino presencial.

Desse modo, ficamos de agosto de 2020 a dezembro de 2021 no modo remoto. Com isso, os trabalhos do NEABI sofreram impactos diretos, assim como de outros núcleos de estudo.

Durante esse período, realizamos momentos de discussão sobre as temáticas Dia de Consciência Negra, Dia dos Povos Indígenas, portanto, conseguimos desenvolver atividades no formato remoto a partir de documentários e fazendo relação com as disciplinas.

Em 2022, voltamos ao ensino presencial e com adesão tímida de participantes no NEABI, de modo que apenas conseguimos desenvolver a mesma proposta anterior e a produção de materiais, cartazes, vídeos em defesa dos povos originários e negros.

Neste ano, 2023, conseguimos a adesão de mais pessoas para pensarmos em atividades com a participação dos povos que são os protagonistas de suas histórias e lutas. Dessa maneira, desenvolvemos o Projeto Trilhas Pedagógicas em que durante o mês de abril a temática Povos Indígenas foi trabalhada nos conteúdos, e a Culminância do projeto aconteceu no dia 15 de abril de 2023 com a participação das Aldeias Akajutibiró da Baía da Traição/PB, Brejinho de Marcação/PB e Keneya de Lagoa Seca/PB.

Neste dia, tivemos oficinas de pintura, dança, música e diálogos sobre as lutas, as histórias e, sobretudo, o direito aos territórios. Concluímos que momentos como esse fortalecem as relações e a compreensão de que todos os povos merecem o respeito a sua cultura, história e território.

Posto isto, percebemos as dificuldades em materializar os diálogos com os saberes-fazeres tradicionais, as culturas e histórias dos povos negros e indígenas, principalmente, pela falta de formação inicial e os entraves em proporcionar a formação continuada sobre essas temáticas.

Além disso, temos carência de materiais de autoria negra e indígena em nossas bibliotecas, por isso, a necessidade de práticas pedagógicas de resistência às opressões e de combate ao racismo (LEITES; BARTEL, 2002).

Para que tenhamos essas práticas, precisamos desconstruir o currículo colonialista e centralizador de saberes, como a BNCC (2018) impõe, primordialmente, por ir de encontro ao que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2012) orientam. Ou seja, a nossa didática deve ser construída com os estudantes, levando em consideração as vivências dos territórios e suas histórias e culturas como instrumentos de fortalecimento de suas identidades.

O caminho seria reconhecer, por exemplo, que o Continente Africano possui história, passou pelo processo de diáspora, ao passo em que houve beneficiadores com o tráfico de negros (MUNANGA, 2015). Portanto, rememorar a estrutura da escravização, do sistema colonialista opressor com os povos originários e negros, para compreendermos as cosmovisões e a identificação que somos parte da natureza, conseqüentemente, a ancestralidade nos territórios (KRENAK, 2019).

5 Conclusões

Compreendemos o potencial do NEABI, especialmente, o de nossa instituição - IFPB campus Santa Rita - para promoção do respeito às diversidades e o fomento do diálogo entre os saberes-fazer dos povos com os saberes-fazer acadêmicos.

Em contrapartida, são muitos os desafios como a falta de formação continuada, currículo dialógico, carência de materiais didáticos para que a temática étnico-racial seja relacionada cotidianamente aos demais processos formativos e incluída nos diversos espaços educacionais.

Em suma, temos um caminho de barreiras devido ao sistema colonialista, por isso, a necessidade de Políticas Públicas educacionais e sociais de reparação história e de proteção aos povos negros e indígenas na defesa de seus territórios.

6 Referências

AMORIM, Juliana Pires Pessôa. Pedagogia Antirracista e processos identitários: teoria e prática na educação infantil. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v.3, n.1, 2022, p. 1-19. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/55511> Acesso em: 3 jun. 2023.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5.ed, Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BISPO, Antônio dos Santos. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, n. 12, Belo Horizonte, 2018, p.44-51. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3398788&forceview=1> Acesso em: 3 jun. 2023.

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombos** – modos e significado. Universidade de Brasília; CNPq, Brasília. p. 81- 101, 2015. Disponível em:

http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília: DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, 15 out. 2012b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm. >Acesso em: 3 jun 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 3 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Diário Oficial, Brasília, DF, 20 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 5 de 22 de junho de 2012. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18692-educacao-indigena>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 62-CS de 20 de março de 2017. Convalida a Resolução-AR nº 17, de 10/10/2016, que dispõe sobre a aprovação do **Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEITES, Amália Cardona; BARTEL, Carlos Eduardo. A temática étnico-racial em pauta: ações do NEABI-Ibirama em um ano atípico. **ODEERE**, v.7, n.2, 2022, p.174-187.

Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/10846> Acesso em: 3 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. **Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, 1994, p. 329-383. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45412> Acesso em 7 jun. 2023.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa; história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 2002, p. 197-217. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/abstract/?lang=pt> Acesso em: 3 jun. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto dos Estudos Brasileiros**, Brasil, n.62, 2015, p.20-31.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 3 jun. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

SILVA, Gilvânia Maria da. **Educação como processo de luta política**: a experiência de “educação diferenciada” do Território Quilombola de Conceição das Crioulas.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 199f, 2012.

O PLANTIO DE MILHO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ENTRE A AGRICULTURA E A RELIGIOSIDADE POPULAR

Fredson Rodrigues de Araujo⁸

Pelúzio Ferreira Martins⁹

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-4

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender a expressão da cultura popular que ao longo do processo de constituição do Brasil se afirmou como uma prática cultural brasileira, especialmente nos sertões e regiões interioranas do país, marcado pela tradição do cultivo do milho, por ocasião do dia de São José, celebrado no dia 19 de março de cada ano, dia dedicado a tradição da religião católica. Assim, para atingir os objetivos da pesquisa utilizamos o método de Relato de Experiências, usando como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental.

Ao recorrer ao estudo geográfico observamos uma vinculação ao período de chuvas, que tradicionalmente se registrou no Brasil, na qual o mês de março se configura como o marco inicial do registro de maiores volumes pluviométricos, especialmente no Nordeste brasileiro (SUDENE, 1990).

Na tradição camponesa cultivar a semente no dia de São José é colheita certa. E, se chover nesse dia, é indicativo de que será um bom ano para a agricultura. Esta fé motiva milhares de agricultores/as e se tornou calendário popular que indica o tempo certo para o plantio de algumas lavouras. Assim, compreendemos como problemática

⁸ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Educação e Diversidade; E-mail: fredsonterra@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2428-3864>

⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor Efetivo da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC); E-mail: peluziomartins@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8960-3101>

principal deste trabalho, a dificuldade das populações do semiárido compreenderem a existência dessa prática cultural e agrícola ao mesmo tempo.

Fica evidente portanto que se trata de uma cultura que está enraizada na vida das famílias, que consegue atravessar gerações e marca atos culturais pelo interior do Brasil, especialmente no semiárido nordestino.

O texto está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, traz a introdução onde apresentamos o objeto de pesquisa, questões norteadoras do estudo, metodologia e a justificativa. O capítulo dois denominado de contextualização teórica, representa o diálogo de alguns autores e instituições com a temática, aqui, pesquisada. O capítulo três traça os caminhos metodológicos do trabalho e suas implicações. Os resultados e as discussões são apresentados no capítulo quatro e as considerações finais encontram-se no capítulo cinco. Todos os capítulos se entrelaçam, na perspectiva de tornar o conhecimento significativo, expressado neste trabalho.

2 Referencial teórico

A cultura do milho no semiárido brasileiro está ligada aos processos de cultivo que vão além da produção, e estabelece-se numa identidade cultural vinculada ao modo de vida das populações camponesas, especialmente do semiárido nordestino, cuja tradição está enraizada no cotidiano desses povos.

Segundo a Cruz, 2006:

Dentre os cereais cultivados no Brasil, o milho é o mais expressivo, com cerca de 40,8 milhões de toneladas de grãos produzidos, em uma área de aproximadamente 12,55 milhões de hectares (CONAB, 2006), referente a duas safras, normal e safrinha. Por suas características fisiológicas, a cultura do milho tem alto potencial produtivo, já tendo sido obtida produtividade superior a 16 t ha⁻¹, em concursos de produtividade de milho conduzidos por órgãos de assistência técnica e extensão rural e por empresas produtoras de sementes. No entanto, o nível médio nacional de produtividade é muito baixo, cerca de 3.250 kg ha⁻¹, demonstrando que os diferentes sistemas de produção de milho deverão ser ainda bastante aprimorados para se obter aumento na produtividade e na rentabilidade que a cultura pode proporcionar. (CRUZ, 2006, p. 04)

Esta referida empresa que desde a sua criação incentivou a disseminação de espécies híbridas de milho que possuem como característica a redução da produtividade

ao longo das safras, especialmente a partir da segunda safra. Dessa forma, os híbridos só têm alto vigor e produtividade na primeira geração, sendo necessária a aquisição de sementes híbridas todos os anos. Se os grãos colhidos forem semeados, haverá diminuição de 15% a 40% na produtividade, a depender do híbrido (MY FARM, 2001).

Muitos agricultores familiares, especialmente do semiárido brasileiro tradicionalmente cultivam sementes de variedades, na qual os mesmos realizam a colheita e reserva as sementes para o plantio da próxima safra anual, traduzindo a máxima da cultura popular “quem guarda sempre tem”, afirmando assim um processo cultural que se entrelaçam no cotidiano dos povos camponeses, conforme imagem a seguir.

Foto 1: Nascimento do milho após o plantio no dia de São José, no município de Serrolândia, estado da Bahia, em junho de 2023.



Fonte: ASTAFA, 2023.

Muitas organizações sociais ligados ao meio rural, realizam ações de incentivo e fortalecimento dessa prática milenar dos agricultores, a exemplo da COFASPI – Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte, com sede no município de Jacobina, estado da Bahia, que colabora com projetos de assessoria técnica aos agricultores familiares, na perspectiva da formação dos bancos de

sementes, como estratégia de conservação da biodiversidade das espécies alimentares do semiárido.

Segundo Gilberto Schneider, em entrevista concedida o Jornal Brasil de Fato, 2020:

As sementes crioulas são todas as possibilidades que você tem de multiplicação de qualquer vegetal seja através de grãos, de uma rama, folha, flor, fruto, da própria raiz, do caule. As sementes crioulas são todas as formas possíveis de multiplicação dos vegetais, inclusive, na própria Via Campesina e nas organizações sociais a gente tem construído que as sementes crioulas também abrangem toda forma de reprodução de vida, que possa possibilitar a vida, inclusive dos animais, dos polinizadores, dos microorganismos que são tão importantes também para que no futuro a gente possa garantir uma alimentação saudável, diversificada e de qualidade. (BRASIL DE FATO, 2020, p. 5)

As sementes crioulas de milho são exemplos que influenciam na manutenção de ecossistemas saudáveis livres de contaminantes do solo e da água e se caracterizam como elementos que favorecem a segurança alimentar e nutricional das populações.

Dessa forma, as sementes crioulas sofreram um forte impacto com o modelo de agricultura da revolução verde, que foi um modelo de substituição basicamente das sementes que eram produzidas, conservadas, melhoradas, multiplicadas pelos agricultores pelas sementes híbridas, depois pelas sementes geneticamente modificadas conhecidas como transgênicos, que são produzidas pela ciência ou empresas privadas.

Sobremaneira, o entrevistado reafirma que a diversidade de milhos era muito grande e hoje boa parte se perdeu e algumas correm o risco de extinção, porque estão nas mãos de poucas famílias, que ainda conservam a agrobiodiversidade, que ainda trabalham com o sistema da agroecologia e de produção de alimentos saudáveis. Assim torna-se necessária a efetivação de políticas públicas de fortalecimento e incentivo das variedades de sementes crioulas, em especial do milho, cuja cultura, está presente nos hábitos alimentares do cotidiano das famílias brasileiras, que se manifestam em diferentes alimentos como o cuscuz, o bolo, a pamonha, mingau, canjica, entre outros derivados.

A cultura é a grande particularidade da espécie humana que revela sua principal característica. Os aspectos culturais, nesse caso das gentes do sertão, estão presentes duas expressões principais da cultura popular: agricultura e religião católica.

Na agricultura ao lado de outros cultivares se destaca o cultivo do milho como agricultura sustentação, como disse Josué de Castro na obra Geografia da Fome. Para Castro (1946), a presença do milho aliado ao leite (cuscuzeiro com leite) dá aos nordestinos do semiárido um equilíbrio nutricional, com exceção das estiagens prolongadas, superior ao da rica e verde zona da mata litorânea.

Na religião católica, alguns Santos estão ligados à agricultura, estes santos formam uma trindade junina: São José (19 de março); São João (23 de junho) e São Pedro (29 de junho). Como já relatado vários produtos alimentares são cultivados no dia de São José tendo o milho como alimento mais adorado que oferecerá colheita para as festas juninas, justamente por seu ciclo produtivo característico de 90 dias.

Em diversos outros países as raízes pagãs influenciaram e diversificam as festividades juninas, revelando diversidade ao redor do mundo tanto em relação aos santos como aos fenômenos astronômicos de solstício, que no nosso caso é a entrada do inverno e no hemisfério norte o verão, então:

A Fête de la Saint-Jean-Baptiste é o feriado nacional do Quebec, no Canadá. Na Estônia, a data tem o fator extra de marcar a expulsão dos nazistas na Segunda Guerra. Nos outros países bálticos e escandinavos, elementos pagãos são evidentes. Na Lituânia, as pessoas saúdam o nascer do sol, saltam fogueiras e lavam o rosto com o orvalho da manhã.(DEURSEN, 2023, p. 3).¹⁰

Aqui no sertão nordestino também louva-se aos santos com as fogueiras e apresentam-se rituais com a água, realizamos batismos e apadrinhamento conhecidos como padrinho(a)/afilhado(a) de fogueira e compadres de fogueira. E como diria o cantor Luiz Gonzaga na música a Festa do Milho “O sertanejo festeja a grande festa do milho, alegre igual à mamãe que ver voltar o seu filho”.

A expressão artística de cantor do sertão semiárido revela a grandiosidade desta festa para o povo do semiárido do nordeste brasileiro quando semanticamente relaciona a alegria da festa com a parábola do filho pródigo.

¹⁰ VAN DEURSEN, Felipe. Santos Juninos, Entre raízes pagãs e religião: as histórias que cercam as Festas Juninas e seus Padroeiros. Disponível em: São João, Santo Antônio e São Pedro: origem dos santos da Festa Junina (uol.com.br)

3 Metodologia

O presente trabalho optou-se pela metodologia vinculada aos aspectos qualitativos, compreendendo a dimensão ampla e o aprofundamento dos conhecimentos no decorrer da pesquisa, num processo dialógico de saberes e fazeres relacionados à cultura do milho e a religiosidade popular camponesa e sertaneja.

Dessa forma, trata-se de um Relato de Experiências, emergidas dos autores deste trabalho. Assim, sobre a perspectiva metodológica é uma forma de narrativa, de modo que o autor quando narra através da escrita está expressando um acontecimento vivido. Neste sentido, o Relato de Experiência é um conhecimento que se transmite com aporte científico. Por isso, o texto deve ser produzido na 1ª pessoa de forma subjetiva e detalhada. (GROLLMUS; TARRÉS, 2015).

A partir desse viés metodológico optamos pelo relato de experiências das nossas vivências entre os agricultores e agentes que atuam nas organizações camponesas, por meio de associações e escolas do campo, localizados no semiárido, especificamente de municípios do Território do Piemonte da Diamantina e do Sertão Central de Pernambuco fronteira com o Cariri Cearense, entendendo que esses territórios se configuram como um lugar privilegiado de fala sobre esse tema tão significativo para compreender as relações entre cultura e religiosidade popular, numa perspectiva de protagonistas das expressões tradicionais que se diluem no tempo-espaço-geográfico contemporâneo.

Nessa perspectiva foram consideradas seis questões problematizadoras /geradoras direcionadoras do nosso relato, preparadas pelos autores deste trabalho. Dessa maneira, considerando nossas vivências entre os/as agricultores e agentes participantes de organizações sociais do campo, foram as seguintes questões reflexivas: 1. Conhecemos os motivos da tradição plantar o milho no dia de São José? 2. Por que os agricultores costumam plantar milho no dia de São José? 3. Conhecemos alguém que planta no dia de São José? 4. Quais sinais podem ser favoráveis para uma boa colheita do milho? 5. Qual a nossa percepção sobre essa prática que mistura Agricultura e a religião católica?

É nessa pegada dialógica que Martin Buber (2001) ressalta a importância do diálogo que aqui entendemos como postura metodológica que ele reflete que “O mestre inflama as almas dos discípulos; e eles o rodeiam e iluminam. O discípulo pergunta e,

pela forma de sua resposta, evoca, sem o saber, uma resposta no espírito do mestre, a qual não teria nascido sem essa pergunta" (BUBER, 2001, p,25-26)

E Paulo Freire (1996) também nos alimenta metodologicamente com o tema "Ensinar exige convicção de que a mudança é possível" na sua obra Pedagogia da Autonomia, quando diz...

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente de repente nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá de fora distante mundo, alheado de nós e nós dele. (FREIRE, 1996, p. 30)

Estas questões juntamente com as orientações/reflexões freireanas nos serviram de base para o nosso relato de experiência e possibilitou uma reflexão coletiva entre os autores, de forma que possibilitou uma compreensão da forma como enxergamos essa prática cultural e as suas diferentes abordagens no contexto contemporâneo do território semiárido brasileiro.

4 Resultados e Discussão

Considerando as questões construídas para o relato, desenvolvemos nossas escritas neste trabalho. Diante disso, apresentamos os resultados da pesquisa, através de uma descrição reflexiva e crítica das nossas vivências, na qual apresentaremos nos próximos tópicos.

Com base nas questões referentes a motivos da tradição de plantar o milho e por que os agricultores costumam plantar milho no dia de São José?, compreendemos que os adeptos dos ritos juninos são em sua grande maioria conscientes das tradições que seguem e uma pequena parcela apenas acompanham as tradições por respeito aos ancestrais. Dessa maneira, admitimos que esta prática agrícola se tornou uma

cultura que está enraizada na vida das pessoas e moradores do campo e do semiárido brasileiro, com vinculações estreitas com a fé das pessoas.

Nesta perspectiva, percebemos que os sinais conhecidos pelos agricultores que podem ser favoráveis para uma boa colheita do milho, a presença das chuvas predominaram, seguida da existência de um solo fértil. Sobremaneira, dois sinais do tempo sobre o dia de São José. Primeiro, se a terra estar molhada no dia de São José é favorável, pode plantar que dá certo. Agora se a terra estiver seca no dia de São José a colheita não é certa.

Essa perspectiva que apresentamos revela uma consciência de que o processo de produção do milho está associado a uma combinação de fatores, entre eles, climáticos, produtivos e espirituais, que contribuem para o sucesso da produção do milho, cuja colheita se realiza por ocasião das festividades juninas.

Ao relatarmos sobre a prática que mistura Agricultura e a religião católica, experienciamos a tradição cultural, na qual, a religião tem origem nas tradições ancestrais, e, no caso do Brasil, especialmente no semiárido brasileiro os colonizadores europeus impuseram suas tradições e, tal atitude foi incorporada de geração em geração, até a contemporaneidade.

Sobremaneira, uma contextualização do processo histórico de cultivo do milho no Brasil, está associada às formas de ocupação do território nacional e suas heranças culturais relacionadas aos hábitos alimentares dos colonizadores de origem europeia, cujo herança está associada a origem das festas juninas no Brasil, que tem origem nos países europeus, entrelaçados com a influência da religião católica que se configurava como um dos pilares do poder estatal até o início do século XX.

Portanto, esta prática milenar estabelece uma conexão com o cotidiano no mundo rural no semiárido brasileiro, que atravessa gerações de famílias sertanejas e define assim uma cultura popular, que está presente na vida dos nordestinos nas diferentes comunidades humanas e geográficas.

5 Conclusões

Compreendemos que este trabalho faz interfaces com diversas outras construções culturais. Nesse prisma, o plantio de milho no semiárido nordestino possui

diferentes faces e práticas culturais que variam de território em território, com rebatimentos com os hábitos e costumes locais.

Assim, como solos e vegetação apresentam uma rica diversidade sobre a área geográfica do semiárido, a agricultura e a religião também. A agricultura com as plantações em áreas de serras e tabuleiros sertanejos com plantas menos diversas e mais adaptadas aos mais variados solos, desde solos áridos até as vazantes, passando por baixos e enclaves úmidos de pé-de-serra. A religião não é só católica, rituais se misturam a tradições afro-brasileiras em comunidades quilombolas e povos indígenas. Assim como a presença do protestantismo, influenciando um caldeirão cultural de expressões e agroecossistemas ligados pela fé e pelo trabalho.

Esta prática que estabelece relações rizomáticas entre cultura e religião, exerce influência direta nas práticas de agricultura no semiárido brasileiro, ressignificando o sentido de cultivar a terra, com os elementos simbólicos do cuidado e do afeto, que ao mesmo tempo estabelece relações práticas sobre a necessidade de produzir e assim garantir alimento para a base familiar e garantir a conservação da biodiversidade das sementes de variedades crioulas, se colocando inclusive na luta contra o monopólio das sementes capitaneado pelas grandes empresas multinacionais do agronegócio do grande empresariado rural.

Quantos às questões inquietantes que nortearam esse relato de experiências, em linhas gerais, percebemos que a tradição cultural do plantio de milho no dia de São José, possui um sentido enraizado na memória afetiva das populações do semiárido brasileiro e possui diferentes expressões em cada território de vivências das populações sertanejas.

Portanto, este trabalho possui um significado fundamental, estabelecendo conexões para além do imaginário popular e se traduz num complexo de saberes que se misturam conforme a experiência cultural de cada lugar dos interiores brasileiros, em especial do semiárido, na qual cria vínculos com a fé das pessoas e emergem símbolos que extrapolam gerações e se expressam de diferentes maneiras e ritos na cultura popular.

6 Agradecimentos

Registramos neste trabalho nossos agradecimentos aos promotores do 8º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – SEADET, através do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), vinculado às três universidades associadas, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

7 Referências

BARBOSA, Catarina: **Saiba o que é semente crioula e entenda a sua importância.**

Belém do Pará. SITE BRASIL DE FATO. 24 de maio de 2020. Disponível

em:<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/24/saiba-o-que-e-semente-crioula-e-entenda-a-sua-importancia>. Acesso em: 23 jun. 2023

BUBER, Martin, (1878 – 1965) **Eu e Tu**. Tradução do Alemão, Introdução e notas por Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CRUZ, José Carlos et al. **Circular Técnica. Manejo da Cultura do Milho**. ISSN 1679-1150. EMBRAPA, Sete Lagoas. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.1996.

GONZAGA, Luiz; **Festa do Milho**. Disponível em:

<https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/1560731/>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

GROLLMUS, Nicholas S.; TARRÈS, Joan P. **Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación**. Fórum Qualitative Social Research, v. 16, n. 2,

mayo 2015. Disponível em:

file:///C:/Users/Particular/Downloads/2207-9561-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 28 fev. 2017.

MY FARM. **Saiba tudo sobre híbridos de milho:** o que são e outros fatores.

Publicação: 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.myfarm.com.br/hibridos-de-milho/>

Acesso em: 23 jun. 2023

SERTA. Dia de São José e o tempo de plantio. Disponível em:

<http://www.serta.org.br/dia-de-sao-jose-e-tempo-de-plantio/#:~:text=Culturalmente%2C%20este%20dia%20%C3%A9%20celebrado,bom%20ano%20para%20a%20agricultur>
[a](#). Acesso em 23 jun. 23

SUDENE – **Dados pluviométricos mensais do Nordeste Brasileiro** (11 volumes), Recife, 1990.

VAN DEURSEN, Felipe. **Santos Juninos, Entre raízes pagãs e religião:** as histórias que cercam as Festas Juninas e seus Padroeiros. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/nossa/reportagens-especiais/como-sao-joao-e-mais-santos-caticos-viraram-padroeiros-das-festas-juninas/#cover>. Acesso em 25 jun. 2023.

O TEATRO-FÓRUM A PARTIR DA IMERSÃO NO POLO DA BORBOREMA, PB: A CONSTRUÇÃO DE CENAS POR DISCENTES DO DOUTORADO EM AGROECOLOGIA DA UFRPE

Anderson Gomes dos Santos¹¹

Horasa Maria Lima da Silva Andrade¹²

Luciano Pires de Andrade¹³

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-13

1 Introdução

A agroecologia consolida-se em suas dimensões a partir da relação da ciência dialogando com os saberes populares objetivando o desenvolvimento local (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Essas perspectivas agroecológicas estão nos aspectos econômicos, culturais, político, social e da ética. O conhecimento agroecológico caminha na perspectiva da ciência, então podemos ter abordagens no contexto interdisciplinar destacando os conhecimentos e experiências principalmente nas relações sociais mantendo viva a relação entre conhecimento tradicional e popular (COTRIM e DAL SOGLIO, 2016).

Partindo do contexto interdisciplinar podemos dialogar com a arte em um processo de fortalecimento da agroecologia, uma possibilidade é a utilização do teatro do oprimido, criado por Augusto Boal na década de 60, na perspectiva da superação das opressões nos territórios rurais. O teatro do oprimido como método que faz uma

¹¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: anderson.alencar@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1539-1775>

¹² Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

¹³ Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professor Associado da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE); E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>

reunião entre exercícios, jogos e técnicas para a desmecanização do ator e principalmente a democratização dos meios de produção teatral trazendo a intervenção social e política para transformação e mudanças de realidades opressoras (BOAL, 2008).

A partir do Seminário Interdisciplinar I, composto pelas disciplinas: Economia Solidária e Territórios; Manejo de Agrobiodiversidade e Recuperação Ambiental; Transição Agroecológica e Sistemas Agroalimentares no curso de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e da imersão no Polo da Borborema, PB aconteceu uma oficina de teatro do oprimido (com discentes da turma de 2022) com a proposta de evidenciar as aprendizagens vivenciadas pelos discentes utilizando a linguagem teatral.

O Polo da Borborema apresenta-se com uma elevada concentração da agricultura familiar que marca a paisagem regional, trazendo particularidades geográficas, ecológicas e socioeconômicas, além disso, o polo conta com 15 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, e 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos. Como questão problema, contextualizamos a seguinte: quais elementos da prática do teatro do oprimido são relevantes em um processo de imersão com discentes do curso de doutorado em agroecologia da UFRPE a partir das vivências no Polo da Borborema, PB? Objetivando analisar a importância e produzir cenas na perspectiva do teatro do oprimido.

2 Referencial teórico

No diálogo continuado sobre as dimensões da agroecologia podemos ressaltar que ela contribui para o enfrentamento importante com relação às crises ambientais, principalmente com relação às questões ecológicas (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006), nesse sentido a dimensão sociológica da agroecologia também dialoga nessa perspectiva.

[...] para a agroecologia como disciplina científica, não existe um conhecimento de caráter universal ou histórico, que sirva para todos e em qualquer lugar. A agroecologia se caracteriza por uma abordagem

integral da agricultura, onde as variáveis sociais têm papel de alta relevância (COSTA GOMES e BORBA, 2004, p.11).

Contribuindo nesse contexto interdisciplinar/multidisciplinar, o teatro do oprimido em suas dimensões apresenta categorias, jogos, técnicas e exercícios teatrais.

O Teatro-fórum é considerado por Boal como um ensaio para a vida, por meio do qual o espectador experimenta as possibilidades de atuação, de reivindicação da resolução de opressões vividas ou testemunhadas no contexto social. Em cena, o sujeito é portador da voz, do ato cênico e visa colocar em prática as ideias e as sugestões de ações para a superação do problema de opressão, para que possa ensaiar possibilidades de atuação no contexto social (CANDA, 2012, p. 121).

A prática do teatro-fórum que é uma proposta com possíveis intervenções e superação das opressões pode contribuir em processos de imersões.

As atividades de imersão podem ser definidas como um conjunto de diálogos que envolvem metodologias diversas (entrevistas em profundidade ou contextuais, como a roda de conversa; dinâmicas de sistematização em grupo; registros em audiovisual, etc.), realizados em diversos territórios. (GERVAIS, et.al., 2020, p. 25)

O Polo da Borborema localizado no estado da Paraíba, a partir das organizações que fazem o polo são um importante condutor da agroecologia na região. [...] “A compreensão do Polo como um agente importante na luta contra o avanço do agronegócio no campo, como catalisador sem precedentes do monopólio das sementes transgênicas” (ALVES, 2017 p. 13)”.

3 Metodologia

Em uma abordagem qualitativa a metodologia deste trabalho segue três momentos significativos para esse estudo, a pesquisa bibliográfica, a prática da oficina e a análise das respostas referentes ao processo de intervenção realizado nas cenas que foram produzidas na oficina. A oficina de teatro do oprimido aconteceu no momento de imersão no Polo da Borborema, PB. Os participantes da oficina foram os estudantes do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Participaram da oficina 22 estudantes da turma de 2022, no primeiro momento os

participantes da oficina compreenderam as categorias do teatro do oprimido: Sentir tudo o que se toca - Lugar, territorialidade e território; Escutar o que se ouve – Identidade; Ativando os vários sentidos - Territorialidade, identidade, subalternidade e formas de resistência social; Ver tudo o que se olha - Identidade, território, territorialidade e resistência social e a Memória dos Sentidos - Experiência e memória.

O Teatro do Oprimido é uma metodologia de intervenção política e social comprometida com a análise e a transformação do mundo. Marxista, brechtiano, freiriano, este teatro busca investigar e desmontar as estruturas de poder que estão na base da opressão - em suas múltiplas formas - visando à emancipação individual e coletiva através do exercício dialético. Para Augusto Boal não se trata de “teatro político”, primeiro porque “políticas são todas as atividades do homem” (BOAL, 2010, p. 11)

Outro contexto vivenciado na oficina foi com relação aos exercícios, jogos e técnicas teatrais que contextualizam uma sequência fazendo um aporte com as categorias, esses elementos cênicos estão de acordo com o desenvolvimento dos sentidos de cada ator/atriz participante da oficina, os jogos para atores e não atores BOAL (2008), é um aprofundamento conduzindo uma série de exercícios onde o espectador é levado a interagir com os atores e atrizes em cena. Esse momento é chamado de teatro-fórum, para isso, a partir das cenas construídas na oficina propusemos um questionamento para os discentes que fizeram as intervenções, a pergunta foi a seguinte: como foi a experiência a partir da intervenção que você propôs a partir da cena apresentada? No total, foram duas cenas produzidas, a análise dos dados de pesquisa reuniu três respostas de discentes que fizeram intervenções nas cenas.

4 Resultados e Discussão

A oficina de teatro do oprimido conduziu os discentes a produzirem duas cenas teatrais com base nas vivências do Polo da Borborema, PB. As cenas produzidas foram no campo das lutas das mulheres do Polo, elas mostram uma consolidada forma de organização. A primeira cena produzida abordou as Mulheres em um processo de luta de participação nas decisões da cooperativa. Essa cena apresenta duas mulheres que após participarem da Marcha das Margaridas apresentam justificativas para

maiores vivências efetivas dentro da organização da cooperativa. A segunda cena mostra um grupo de mulheres que com a chegada de um grupo da universidade no território apresentam uma vontade maior de participação que antes não tinham. Cada cena consolidou intervenções dos outros estudantes que estavam na plateia. Estabelecemos duas categorias de análise a partir das respostas dos discentes com relação às intervenções propostas nas cenas produzidas.

Categoria I – O papel da intervenção (teatro-fórum) para o teatro do oprimido

A discente Passiflora apresenta sua resposta a partir da compreensão sobre o teatro-fórum e principalmente o quanto que a sua intervenção pode ser decisiva a partir das cenas apresentadas. De acordo com (CANDA, 2012) “o teatro-fórum é uma modalidade expressiva e reflexiva bastante empregada como uma das armas de fortalecimento de práticas culturais de grupos populares”. A estudante Passiflora fez sua análise com base em suas vivências com teatro que acontecem desde a graduação e também a partir do seu território. A partir da possibilidade de transformar aquela realidade apresentada rompendo com a centralidade e todo poder contextualizado pelos homens, trazendo a prática em que a mulher possa vivenciar a visibilidade.

Outra estudante que respondeu ao questionamento foi a *Luz*, ela também fez intervenção em uma das cenas e contextualizou seu incômodo com a opressão que as mulheres da cena estavam vivenciando e propôs outro olhar, na perspectiva da superação das opressões. Sempre fazendo relação com a importante luta das mulheres do Polo do Borborema, o processo de superação principalmente do contexto de invisibilidade que as mulheres acabam vivenciando em seus territórios.

Desta forma repensar sistemas agroalimentares é pensar em outras lógicas de organização da produção, comercialização e consumo, reconhecendo, valorizando e sobretudo visibilizando as mulheres para além das atividades que garantem a reprodução do modo de vida camponês, reconhecendo a força de seu trabalho nas atividades produtivas integradas a um mercado (ANDRADE, *et. al.*, 2021, p. 124).

Importantes às contribuições das discentes *Argolo* e *Luz* a partir do teatro do oprimido apresentando possibilidades artísticas, estéticas e cênicas para o processo de

valorização e principalmente fortalecimento da agroecologia a partir das mulheres como protagonistas.

Categoria II – A palavra e a variação na intervenção

A segunda categoria apresenta a poesia para contribuir com esse diálogo, ou seja, uma variação na proposta da intervenção trazendo a palavra nessa perspectiva, o discente Poeta a partir da intervenção que fez em uma das cenas nos presenteia para esses resultados e discussão com uma poesia que colabora com perspectiva da contribuição do teatro do oprimido (teatro-fórum) na agroecologia.

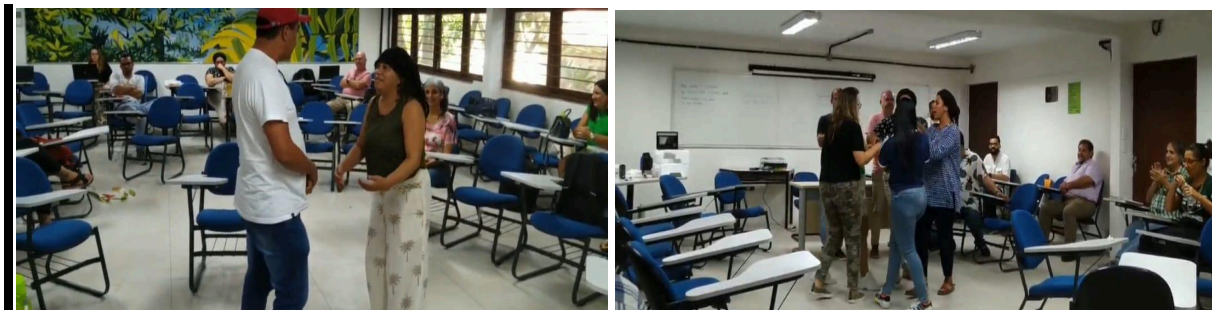
*Está no lugar do/a oprimido/a,
É um ato de coragem,
Você precisa fazer,
Logo uma abordagem,
Contrapor o opositor/a
Denominado opressor/a.
Como um/a grande personagem.*

*A experiência é diferenciada,
Uma luta contra a injustiça,
Fazer o papel esclarecedor,
Como um ato de justiça,
É ter respostas fundamentais,
Frente a uma pessoa exaltada,
Altamente egoísta.*

Fonte: Poeta, 2023.

Essa foi uma variação proposta a partir da perspectiva poética proposta por um dos discentes que participou fazendo uma intervenção nas cenas apresentadas. “A partir do Teatro Fórum: o público é convidado a entrar em cena para buscar alternativas às situações de opressão apresentadas e discutir a respeito delas” (CAMPOS, SAEKI, 2014, p. 08).

Figuras 1 e 2 – Discentes do Doutorado em Agroecologia – UFRPE na oficina – Teatro do Oprimido



Fonte: Acervo do Autor, 2023 (Oficina Teatro do Oprimido na UFRPE).

5 Conclusões

O teatro do oprimido pode ser utilizado como instrumento de luta nos territórios para o fortalecimento da agroecologia, a partir do teatro-fórum é possível visualizar outros caminhos e as perspectivas de quem atua e da plateia. Para futuros trabalhos artísticos nesse campo no Polo da Borborema na perspectiva do teatro do oprimido indicamos contextualizar as perspectivas a partir do olhar das juventudes. É importante também um diálogo na compreensão de que o teatro do oprimido pode acontecer em espaços educativos formais e não formais, com atores/atrizes e não atores/atrizes, percebendo que as lutas podem acontecer no campo da arte, seja música, poesia, fotografia, artes visuais e nesse caso específico o teatro.

7 Referências

ALVES, Luciene Andrade. **Transformações no espaço agrário Paraibano: práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das Guardiãs das Sementes da Paixão do Polo da Borborema.** Dissertação de Mestrado - UFPB/CCEN, João Pessoa, 2017.

ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva et al. Visibilidade das mulheres agricultoras e a (re)construção de sistemas agroalimentares, In: ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva; ANDRADE, Luciano Pires de (org). **Diálogos e reflexões sobre agroecologia.** 1. ed. Garanhuns, PE: Agrofamiliar, 2021. DOI: 10.52719/DRA/cp10. Disponível em:

<http://www.nueleoagrofamiliar.ufape.edu.br/br/Livro-Dialogos-e-Reflexoes-sobre-Agroecologia>. Acesso em 10 jun. 2023.

BOAL, Augusto. **Jogos para Atores e Não-atores**. 11ª Ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOAL, Augusto. **O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Editora, 2010.

CAMPOS, Fernanda Nogueira. SAEKI, Maria Paula Panúncio-Pinto e Toyoko. **Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo**. Campos, F. N., Panúncio-Pinto, M. P., & Saeki, T. Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo. 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas ao desenvolvimento rural sustentável**. 2002. Disponível em: <http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Desenvolvimento/Possibilidades_e_Alternativas_do_Desenvolvimento_Rural_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar para ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TOMMASINO, H; HEGEDUS, P. (Ed.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. UFSM / Universidad de La República, 2006.

CANDA, C. N. Teatro-fórum: propósitos e procedimentos. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 1, n. 18, p. 119-128, 2012. DOI: 10.5965/1414573101182012119. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101182012119>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COSTA GOMES, J. C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência & Ambiente** 29. Julho/Dezembro de 2004.

COTRIM, D. S.; DAL SOGLIO, F. K. Construção do Conhecimento Agroecológico: Problematizando a noção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.11, n.3, 2016.

GERVAIS, Ana Maria Dubeux (org.). Agroecologia e territórios: imersões, sujeitos, experiências e caminhos para o desenvolvimento territorial / Ana Maria Dubeux Gervais... [et. al.], organizadores. – Recife : EDUFRPE, 2020. 383p. : il. – (Série **Diálogos interdisciplinares: agroecologia e territórios**; v. 1).

A DIMENSÃO POLÍTICA DA AGROECOLOGIA E O NOVO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR DO GOVERNO LULA 3 (2023 - PRESENTE)

Pedro Léo Alves Costa¹⁴

Luciano Pires de Andrade¹⁵

Horasa Maria Lima da Silva Andrade¹⁶

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-20

1 Introdução

Desde que a Agroecologia se firmou enquanto ciência nas últimas décadas, ficou perceptível que as dimensões de sua análise, seja na aceção técnica, política, social ou cultural, se tornaram eixos fundamentais para a busca de um desenvolvimento territorial adequado e efetivo, no Brasil ou no mundo.

No contexto brasileiro, o governo do ex-presidente Bolsonaro (2019-2022), relegou as questões do (e no) campo durante seu mandato, já que houve, por exemplo, a maior retração da reforma agrária na história do país; o desmantelamento de órgãos públicos que tratam da temática; a inexistência de demarcação de áreas para os povos indígenas, quilombolas ou para a criação de assentamentos de reforma agrária; o aumento da liberação de agrotóxicos; o aumento da “estrangeirização da terra”; o aumento das taxas de desmatamento e o aumento de crescentes mobilizações, por

¹⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: pedroleoacosta@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9964-7204>

¹⁵ Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>

¹⁶ Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

meio de manifestações e protestos pelos movimentos socioterritoriais, sindicatos de trabalhadores e coletivos organizados da sociedade, o que reflete momentos de insatisfação política vividas no País (Fernandes et al., 2020).

Com as últimas eleições e a modificação ideológica de governo, através da posse do presidente Lula, neste ano, houve a indicação de que haveria um movimento para mudanças nas questões campestres e agrárias no país. Como primeiro marco dessa mudança, o governo tratou da recriação, organização e escalonamento de funções e competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

O Decreto n. 11.396/2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”, se tornou a estrutura legal basilar para reformular, através deste órgão estatal, questões agrárias dentro da atual conformação da Administração Pública brasileira.

Com base nessa perspectiva, é que o presente trabalho tem por objetivo descrever como a Agroecologia está sendo integrada às funções do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, durante o governo Lula 3.

O trabalho se justifica por vislumbrar como a Agroecologia, através de mudanças de paradigmas, se firmou reconhecida como ciência autônoma e, posteriormente, como esta vem ganhando espaço na estruturação das funções públicas e políticas do país, imbricadas a políticas públicas direcionadas ao campesinato e as populações tradicionais, tendo-se como exemplo a própria inserção da Agroecologia nas funções orgânicas do Ministério em análise, que por ora este trabalho se propõe a verificar.

2 Metodologia

O estudo se classifica, segundo sua finalidade, como uma pesquisa aplicada, pois está voltada “à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”. Quanto aos seus propósitos mais gerais é exploratória, pois “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais

explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2022). Segundo a natureza dos dados, esta é uma pesquisa qualitativa (Creswell; Creswell, 2021; Minayo, 2015).

Já quanto ao seu delineamento possuirá uma abordagem bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois trará referenciais teóricos selecionados para fundamentar conceitos para a pesquisa. No trabalho bibliográfico, faz-se um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados com o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes (Luna, 1999).

A busca pelo arcabouço teórico se deu através de pesquisa de artigos e estudos no banco de dados do Periódicos da Capes, logado institucionalmente através do Cafe, e no banco de dados do *Google academics*. Foram selecionados cinco trabalhos, através da busca do termo “dimensões da Agroecologia”. A triagem final para os trabalhos se deu com aqueles que mais se adequaram à temática do escopo desta pesquisa.

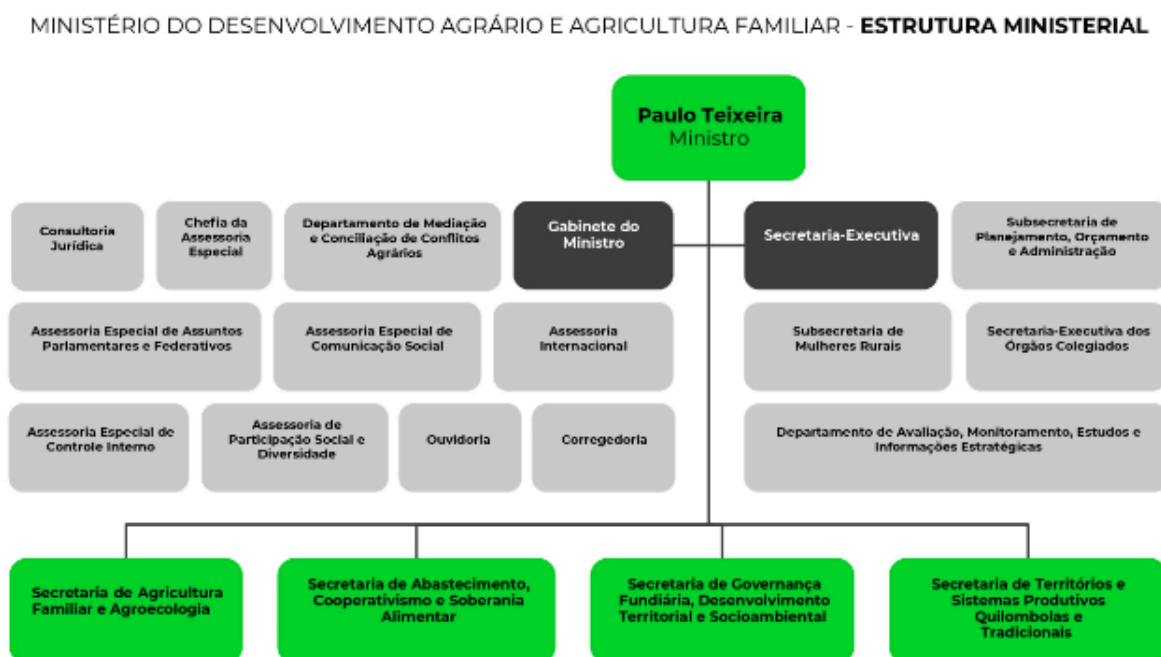
É também documental pois utilizará da análise de conteúdo do Decreto n. 11.396/2023, documento legal, que tem a finalidade de estruturar o funcionamento e competências do atual Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Foi feita também a análise do *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (<https://www.gov.br/mda/pt-br>).

3 Resultados

Inicialmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, órgão da administração pública federal direta, possui, dentro do seu escopo, 22 competências, que vão tratar sobre diversas temáticas as quais se interligam intrinsecamente à Agroecologia, enquanto campo científico, social e político.

Por exemplo, é competência do Ministério tratar sobre o acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais; sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e periurbana; políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar, dentre diversas outras matérias (Brasil, 2023).

Em sua estrutura organizacional, o órgão encontra-se assim dividido:

Figura 1: organograma do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Fonte: site do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

A Agroecologia, em específico, se encontra imbricada ao Ministério dentro de sua estrutura organizacional, através de um órgão específico singular: a Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia e, dentro deste, do Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica. Porém, a Agroecologia também está inserida dentre a competência dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, qual seja a sua Secretaria-Executiva.

Segundo o Decreto, compete à Secretaria-Executiva: “supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das entidades vinculadas voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos da política fundiária, de desenvolvimento agrário e da promoção da agroecologia” e “promover a articulação das ações voltadas a incentivar o processo de transição agroecológica no âmbito da agricultura familiar” (Brasil, 2023).

Ainda dentro da Secretaria-Executiva, há a Subsecretaria de Mulheres Rurais, na qual, dentre outras competências, possui a de “supervisionar a execução de

programas e ações nas áreas de fomento ao desenvolvimento da produção agroecológica das mulheres”; “formular, propor e implementar políticas públicas e elaborar ações transversais que levem em conta as necessidades de inclusão social e econômica das mulheres do campo, das florestas e das águas, inclusive as jovens e LGBTQIA+” e “supervisionar a execução de programas e ações nas áreas de fomento ao desenvolvimento da produção agroecológica das mulheres (Brasil, 2023).

Dentro das competências legais da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia encontra-se, por exemplo, a de “integrar, coordenar e promover a agroecologia e a produção orgânica para fortalecer a transição agroecológica e a transversalidade nas diversas políticas, programas e ações no âmbito do Ministério e nas relações interministeriais” (Brasil, 2023).

O Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica, órgão da Secretaria, se propõe, neste contexto, a “implementar planos, programas, projetos, ações e atividades destinados à promoção da transição agroecológica e dos sistemas agroalimentares sustentáveis” e, ainda, “realizar articulações junto a outras políticas e ações governamentais com vistas à potencialização de ações voltadas à reconfiguração dos sistemas alimentares territoriais de base agroecológica” (Brasil, 2023).

Já o Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento, também outro órgão da Secretaria, compete, dentre outros, “atuar em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e outros entes federativos para fomentar e fortalecer a disseminação de práticas de agroecologia, de transição e produção de base agroecológica, do manejo da agrobiodiversidade, de turismo de base comunitária e de manejo e conservação do uso da terra” (Brasil, 2023).

Destaca-se, ainda, dentro da organização do Ministério, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), com o objetivo de propor diretrizes “para a formulação e a implementação de políticas públicas estruturantes, constituindo-se como a principal instância de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária, a agricultura familiar e o abastecimento alimentar” (Brasil, 2023).

O Conselho atualmente encontra-se em vias formativas de composição, onde dentre os candidatos habilitados há, por exemplo, a ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, a APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Rede ATER Nordeste de Agroecologia e o Sertão - Serviço de Tecnologia Alternativa¹⁷.

4 Referencial Teórico

O conceito de Agroecologia no Brasil não é algo unívoco e tem sido objeto de debates e interpretações por diversos autores e instituições (Norder et al., 2016). Pode-se subsumir o entendimento da conceituação deste campo do saber em uma tríade entre ciência, prática e movimento social (Wezel et al., 2009).

Candioto (2020) aduz que outros elementos podem ser estruturantes quanto ao entendimento da Agroecologia, qual seja a sua multidimensionalidade, a sua multi ou interdisciplinaridade, a sua multiescalaridade e o seu potencial transformador, na relação entre sociedade e natureza e nos valores éticos que fundamentam essa relação.

Reiniger, Wizniewsky e Kaufmann (2017), aderem ao entendimento que a Agroecologia possui dimensões, diante da sua visão holística e não reducionista do olhar sobre o sistema. São elas seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (observadas no primeiro nível), cultural, política (no segundo nível) e ética (terceiro nível).

Neste trabalho destaca-se, em especial, a dimensão política da Agroecologia, esta que é imbricada à sua dimensão social. Visto que “através da interação das pessoas, cria-se as condições indispensáveis para o avanço do empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social” (Reiniger; Wizniewsky; Kaufmann, 2017).

Os mesmos autores (2017), inferem que a dimensão política tem a ver com os “processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos”.

¹⁷ Como visto em <https://www.gov.br/mda/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-condraf-1>, acesso em 6 de julho de 2023.

Entre os aspectos que podem sustentar esta dimensão estão, por exemplo, a presença de formas associativas e de ação coletiva; o ambiente de relações sociais adequado à participação; a existência de espaços próprios à construção coletiva de alternativas de desenvolvimento; o marco institucional favorável à intervenção e participação dos atores sociais locais e a existência de representação local em defesa de seus interesses no âmbito da sociedade maior (Reiniger; Wizniewsky; Kaufmann, 2017).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade – CIDSE (2018) traz que a Agroecologia, além de ciência e um conjunto de princípios e práticas, também é um movimento sociopolítico com ênfase na aplicação prática, que procura novas formas de pensar a agricultura, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos e as suas relações com a sociedade e a natureza.

E, por isso, a Agroecologia pode mudar as relações de poder, já que se transmuta em um “conjunto de políticas públicas favoráveis e complementares, decisores políticos e instituições solidárias e investimento público a fim de alcançar todo o seu potencial” e, não menos importante, “promover formas de organização social necessárias para uma governança descentralizada e gestão adaptativa local de sistemas” (CIDSE, 2018).

5 Discussão

Com a (re)criação do Ministério Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no atual governo, houve um desempenho na busca de evidenciar o papel crucial do fortalecimento da dimensão política e social da Agroecologia.

Ao estruturar um Ministério, órgão autônomo da Administração Pública brasileira, estabelecendo competências específicas para lidar com questões rurais, com foco em especial na agricultura familiar e na adoção de práticas agroecológicas, o Poder Executivo, enquanto executor de políticas públicas, reconhece a importância estratégica desta ciência interdisciplinar para o desenvolvimento do país.

Dentro das competências do Ministério, evidencia-se o apoio e fortalecimento dos agricultores familiares, o fomento à transição para práticas agroecológicas, a sustentabilidade, o respeito a busca de um meio ambiente equilibrado e a evidência do uso do conhecimento e saberes dos povos tradicionais, tudo isso com uma interseção

à formulação de políticas públicas e tomada de decisões. Fortalecendo, assim, a participação comunitária, o associativismo e a efetivação da democracia, da justiça e dos direitos humanos, princípios que são estruturantes ao conceito da Agroecologia.

Destaca-se ainda, dentro das competências do Ministério, a participação das mulheres e do movimento LGBTQIA+, através da criação de uma secretaria própria. O que fortalece, ainda mais, a participação ativa de minorias na construção política e social do país. Demonstrando que a Agroecologia, portanto, é uma ponte imprescindível na construção deste elo, além de se conjugar como uma verdadeira ação afirmativa.

6 Conclusões

Ao fortalecer a dimensão política e social da Agroecologia por meio de competências existentes no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o país está caminhando para uma agricultura mais sustentável e à paz no campo. Essa abordagem política, deve respeitar a diversidade cultural brasileira, promovendo a segurança alimentar e contribuindo para a conservação do meio ambiente, inclusive, através dos conhecimentos dos povos tradicionais, da participação de minorias e da educação no campo.

O presente estudo, embora limitado em espaço e escopo, e até por ser um estudo inicial sobre a temática, conseguiu evidenciar, mesmo que de maneira perfunctória, o quanto a Agroecologia vem se firmando enquanto campo científico, prático e social, dentro da estrutura política do país.

No entanto, é necessário avançar com o estudo aqui proposto, buscando alargar e evidenciar as competências deste novo Ministério por meio de novas pesquisas e utilizando metodologias mais abrangentes. Esta pesquisa teórica inicial pode complementar, portanto, futuras pesquisas empíricas, relevando o impacto das ações políticas do Ministério na configuração territorial do Brasil, em específico no desenvolvimento das comunidades rurais. Ademais, é imperativo dar continuidade a essa investigação, buscando uma compreensão mais abrangente e aprofundada dos efeitos da dimensão política da Agroecologia.

5 Referências

BRASIL. **Decreto n. 11.396 de 21 de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - F - 21/1/2023, Página 6 (Publicação Original).

CIDSE. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade. Os princípios da agroecologia: rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis**. Bruxelas, 2018. Disponível em <https://www.cidse.org/pt/2018/04/03/the-principles-of-agroecology/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. Porto Alegre: Grupo A, 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

LUNA, S. V. D. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

FERNANDES, B. M. et. al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. Caderno Prudentino De Geografia, 4(42), 333–362, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787>. Acesso em: 24 jul. 2023

MINAYO, M. C. D. S. (org.). Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NORDER, L. A. et al.. Agroecology: polysemy, pluralism and controversies. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 3, p. 01–20, 2016.

REINIGER, L. R. S; WIZNIEWSKY, J. G; KAUFMANN, M. P. **Princípios de agroecologia**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review.** *Agronomy for Sustainable Development*, vol. 29, p. 503-515, 2009.

PERCURSOS ECONÔMICOS PAUTADOS EM LUTAS E RESISTÊNCIAS DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Michelle Cristina Rufino Maciel¹⁸

Horasa Maria Lima da Silva Andrade¹⁹

Wagner Lins Lira²⁰

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades.

DOI: 10.29327/1292658.8-18

1 Introdução

Pode-se afirmar que nas últimas décadas a discussão em torno das diferentes formas de se pensar e conceber economia contra colonialista tem ganhado força no campo da produção de conhecimento acadêmico em articulação com os movimentos sociais, considerando os contextos urbanos e rurais (SANTOS, 2015). Pauta que ganha visibilidade, sobretudo, quando traz a discussão acerca das especificidades de povos tradicionais, a exemplo, da forma que está organizada a economia, entre outras questões, que envolvem a vida cotidiana (MOURA,2021).

No campo da organização econômica e dos modos de vida chamamos atenção para as comunidades quilombolas, haja vista as contribuições de diferentes estudiosos/as como Abdias do Nascimento (2019), Clóvis Moura (2021), Conceição Evaristo (2020), Antônio Bispo dos Santos (2015), Flávio Gomes (2015), João Silva Filho e Andrezza Lisboa (2015) dentre muitos/as outros/as, que apresentam as dinâmicas econômicas quilombolas como estratégica forma de resistência, promoção

¹⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: michelle.maciel@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9123-7454>

¹⁹ Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

²⁰ Doutor em Antropologia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: wagneip79@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5174-980X>

de uma vida coletiva, contra colonialidade e preservação bio-etnocultural em vários territórios brasileiros.

Por outro lado, é também possível localizar experiências que trazem outras formas de viver e materializar a economia, a exemplo das iniciativas de economia solidária - em torno dos conceitos de dádiva e reciprocidade (MAUSS, 2003 - a partir das perspectivas iniciais de Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009), a percepção da economia feminista e ecológica descrita por Miriam Nobre e Renata Moreno (2020) e outros processos de autorganização de comunidades tradicionais. Ou seja, formas de conceber a economia e suas relações, que se aproximam e estabelecem interfaces com a economia quilombola e que, de certa forma, nos fazem refletir sobre as aproximações com a lógica da Agroecologia

Segundo Aldemir Fiabani (2015), a economia contracolonial quilombola historicamente coloca a capacidade produtiva dos indivíduos a serviço da comunidade, tomando como referência as suas habilidades e as necessidades coletivas. Inclusive nos quilombos, uma das características marcantes elencadas por Antônio Bispo dos Santos e Aldemir Fabani (2015) é a disposição da organização em mutirões respaldados nos princípios de dádiva e reciprocidade para o atendimento das demandas da comunidade. Ou seja, atividades relacionadas à caça, pesca, plantio, colheita, produção do artesanato, entre inúmeras outras ações fundamentais à produção e reprodução da vida em coletividade nos territórios étnicos.

Os fenômenos econômicos inerentes aos povos quilombolas do Brasil, fundamentam-se numa trama de relações intersubjetivas e ancestrais construídas ao longo da história, trazendo à tona uma série de elementos para discutir as formas de resistência e a existência dessas comunidades em seus respectivos territórios (FIABANI, 2015 e MOURA, 2021). Nesse contexto, os modos de vida em tais comunidades respaldam-se em práticas ancestrais fundamentadas na lógica da cooperação, da ajuda mútua, da partilha dos saberes-fazer, sobretudo, àqueles relacionados à produção e reprodução da vida em comunidade descritas por autores como Flávio Gomes (2015) e Valéria Santos (2020) entre outros.

Nesta perspectiva pretendemos discorrer sobre as principais práticas econômicas ancestrais presentes no cotidiano da Comunidade Quilombola Jatobá II, localizada na região do Semiárido Pernambucano.

Neste trabalho, exploraremos as conexões entre a economia quilombola local com outras concepções, tendo em vista a compreensão ampliada sobre as formas de organização econômica e suas interfaces com as dinâmicas contracoloniais conforme a percepção de autores supracitados neste estudo.

2 Referencial Teórico

[...] a economia convencional está em guerra contra a vida. Quando a economia vai bem, a vida corre perigo; quando entra em crise, recrudescem os processos de expropriação, mas é também neste momento que temos que aproveitar para respirar. (HERRERO, 2020, p. 11)

Diante do que propomos enquanto reflexão nesse texto, abrimos o diálogo com as inquietações da autora Yayo Herrero (2020), quando esclarece de forma clara a lógica que o sistema capitalista colonialista historicamente engendradas na sociedade ocidental contemporânea se desenvolve, desconsiderando a importância da vida em detrimento da acumulação do capital e da apropriação predatória da natureza, provocando a finitude dos bens naturais.

Em adição às ponderações de Yayo Herrero (2020), Mirian Nobre (2020) chama-nos atenção para a estrutura excludente do sistema capitalista, que garante sua expansão, desconsiderando a importância da vida humana e suas necessidades materiais. Ou seja, a compreensão de que a natureza tem seus limites e o lugar de vulnerabilidade da vida, frente à necessidade do estabelecimento de relações que necessitam ser estabelecidas em coletividade.

A autora supracitada reforça que o sistema capitalista “ignora a existência de limites físicos no planeta e oculta e subestima os tempos necessários para a reprodução social cotidiana” (NOBRE, 2020, p.16).

Essa realidade se espalha rapidamente e toma impulso sem considerar os limites que precisam ser estabelecidos. Dessa forma, a sociedade capitalista avança num processo de destruição sem medida, sobretudo, desconsiderando o que realmente é importante para sustentar a vida humana por um longo tempo. Outra questão que vale salientar é a concepção disseminada de uma falsa autonomia, tanto em relação à natureza, quanto nas relações entre os indivíduos (NOBRE, 2020)

Em contraposição a essa perversa lógica de organização social e econômica colonialista inspirada em cruéis relações de mercado - assim como elencadas por Karl Polanyi (2000), Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009 p.162) -, também chama-nos atenção as formas de economia solidária enquanto estratégias de resistência às imposições capitalistas. As ações propulsoras da economia solidária, por seu turno, tomam como referência a solidariedade, a dádiva e as relações coletivas em detrimento dos interesses individuais e/ou simplesmente o ganho material, o lucro e o monopólio das riquezas.

Ainda nessa discussão sobre economia solidária, Noelle Lechat (2009, p.134) argumenta:

a economia solidária, trata-se de uma economia cuja base são certos valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza. A economia moral busca a socialização da riqueza, privilegiando as necessidades sociais e não o lucro, o valor de uso e não o valor de troca. Seria em nome desses valores que, por exemplo, os proprietários de terra poderiam ser expropriados, em vista de uma justiça redistributiva (LECHAT, 2009, p. 134)

Em se tratando dessa perspectiva inclusiva de organização econômica e social, pode-se afirmar que abre-se, em alguma medida, com o pensamento relacionado a perspectiva da economia feminista descrita por Miriam Nobre e Renata Moreno (2020). Ou seja, a economia feminista enfatiza a importância do trabalho que não gera somente riqueza material, mas que garante a reprodução e manutenção da vida, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e idosos/as (NOBRE; MORENO, 2020). Diga-se de passagem, um trabalho invisível e historicamente desvalorizado que é frequentemente realizado por mulheres (NOBRE e MORENO, 2020).

Para Miriam Nobre e Renata Moreno (2020 p.48) a economia feminista se fundamenta na crítica das formas “atuais de organização da economia, hegemonicamente capitalistas, patriarcais e colonialistas”. As relações são construídas a partir da construção de sujeitos coletivos, impulsionando lutas e pautas coletivas.

Existe a percepção de que o trabalho doméstico e de cuidado assumem lógica e tempos específicos, os quais são considerados fundamentais para reprodução da vida conforme constatado nos estudos de Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2014) e outras feministas. O trabalho doméstico é percebido, colocado no centro das relações e

não pode ser simplesmente negado e externalizado (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Promove-se a necessidade da lógica da reorganização, redistribuição, coletivização por todos/as que compõem o coletivo familiar (NOBRE; MORENO, 2020).

3 Metodologia

O presente estudo, parte de uma abordagem de reflexões numa perspectiva qualitativa, dialogando com Minayo (2009, p. 21) quando a autora afirma que a abordagem qualitativa: “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Tomando como base essa atenção de construção e produção do conhecimento, Charnoux (2006) acrescenta que a lógica da pesquisa qualitativa avança na dimensão para a realização de uma pesquisa de modo mais focado e profundo, haja vista a busca por um entendimento complexo dos fenômenos estudados a partir dos contextos em que se manifestam.

Alinhada ao estudo qualitativo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre a temática de estudo, na intenção de aproximação dos fundamentos, conceitos que permeiam as categorias teóricas deste estudo. A pesquisa bibliográfica também possibilitou um mapeamento de artigos no campo digital relacionados ao tema.

Para análise do referido estudo tomamos como referência o roteiro de entrevista semiestruturado com questões relacionadas à organização econômica e social da comunidade envolvendo rodas de conversas nos quintais e espaços de convivência coletiva de uma comunidade quilombola Jatobá II, localizada no semiárido do Estado de Pernambuco. Cabe ressaltar aqui, que essa pesquisa se liga ao Projeto de Tese vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE em desenvolvimento a partir de 2023.

As rodas de conversa foram realizadas com objetivo de construir um espaço de diálogo que oportunizasse a todos/as a falar sobre o cotidiano, a auto-organização da comunidade, rememorando as histórias de vidas, os desafios relacionados à produção de alimentos e reprodução da vida quilombola. Nesse momento, foram ouvidos/as 08 mulheres e 03 homens quilombolas. As conversas foram gravadas e

realizadas as transcrições para subsidiar os resultados e discussão do presente estudo.

4 Resultados e Discussão

A formação dos quilombos enquanto movimento social de luta e resistência é uma parte importante da história brasileira (SILVA FILHO; LISBOA 2015). As comunidades quilombolas do país sempre estiveram presentes em espaços ancestrais de produção de alimentos e de práticas extrativistas (GOMES; SILVA FILHO; LISBOA; FIABANI, 2015). Essa realidade se materializou como um marco nas trajetórias de formação econômica quilombola em diferentes Regiões do Brasil (SILVA FILHO; LISBOA, 2015).

Quando se fala do que se compreende enquanto as principais manifestações de economia quilombola, toma-se como referência a produção de alimentos com base na policultura (FIABANI, 2015). Essa produção estava efetivamente vinculada às necessidades coletivas dos quilombos, posto que: “Os quilombos podiam estar organizados dada sua dinâmica enquanto semi autônomos e/ou dependentes das trocas” (FIABANI, 2015 p. 313).

Dentre os depoimentos obtidos ao longo do presente estudo desenvolvido na Comunidade Quilombola Tal, destacamos o seguinte:

[...] aqui na comunidade nós produzimos só o que era de nossa necessidade. Tudo era muito difícil e distante, então nós tínhamos que aprender a fazer e plantar o que comer. Nós fazíamos as casas, as panelas, tinha gente que fazia o algodão, outras faziam as roupas. Era praticamente tudo produzido aqui pela necessidade (Maria 1, 73 anos)

Tomando como referência os relatos locais, podemos afirmar, que, na maioria dos casos, a composição da organização econômica quilombola na Comunidade Tal, esteve historicamente centrada na produção de alimentos prioritariamente para o autoconsumo conforme aponta Flávio Gomes (2015) e vem se ampliando no desenvolvimento de atividades que se associam às dinâmicas das trocas, das dádivas, da reciprocidade e da comercialização solidárias conforme o diálogo apresentado por Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009)

Os relatos chamam atenção para a prioridade na garantia do atendimento de necessidades individuais e coletivas diante da promoção do bem-estar da coletividade, inclusive, fenômeno comum à vida cotidiana das comunidades quilombolas brasileiras (SANTOS, 2020).

Um exemplo comum na comunidade investigada é a produção de alimentos para o autoconsumo, pois, em primeira medida, a preocupação gira em torno da garantia da alimentação da família e da comunidade.

Na maioria das vezes o que se compreende enquanto excedente é partilhado com a comunidade e o que fica passa a ser comercializado para composição de renda. Essa realidade é expressa no seguinte depoimento:

(...) aqui na comunidade não tem donos das terras, aqui tudo é de todos. Um ajuda o outro, nós somos uma grande família. Quando um não tem, todo mundo se junta e vai lá, ajuda o outro. Sempre foi assim".
(Maria 2, 90 anos)

Dinâmicas que, para Karl Polanyi (2000), se associam à perspectiva da reciprocidade, domesticidade e redistribuição, contrariando as concepções maniqueístas do mercado capitalista. Neste sentido, de acordo com Valéria Santos (2020), as comunidades quilombolas cumprem uma dinâmica diferenciada, principalmente, por trazerem uma essência genuína de práticas relacionadas à cooperação, à solidariedade, ao cuidado com a natureza em busca de relações mais sustentáveis de garantia e promoção da vida:

(...) aqui a gente não usava veneno, depois que esse veneno chegou, nós não conseguimos mais plantar sem ele. Mas eu tento, agora tem coisa que só dá sem colocar veneno. (Dona Maria 3, 73 anos)

Para Flávio Gomes (2015), em se tratando das comunidades quilombolas no Brasil, é necessário um olhar atento para as questões que envolvem a produção e o consumo de alimentos, primordialmente, diante das práticas tradicionais de conservação das sementes, a relação com a terra, considerando os aspectos do plantio e da colheita, mas também do autoconsumo, processos coletivos de trocas e comercialização (GOMES, 2015).

Na Comunidade Quilombola tal, foi possível observar que os/as agricultores/as têm mantido a prática de guarda das sementes, contudo estão conscientes de que estas já não são livres de “contaminantes químicos”. Por este ângulo, o interlocutor Seu José demonstra grande preocupação, uma vez que recebeu sementes de órgãos governamentais:

(...) quando eu recebi a semente me falaram que eu não podia comer, só plantar, porque poderia fazer mal. Então se eu não posso comer, como eu posso plantar para comer depois? (José, 75 anos).

Esses fatores sociais e naturais colocados por Valéria Santos (2020) e Flávio Gomes (2015) e reforçados pelos depoimentos elencados associam-se diretamente aos desafios para materialização da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades quilombolas brasileiras.

Contudo, pode-se observar historicamente uma verticalização colonialista de uma lógica econômica capitalista imposta às comunidades quilombolas, em contraposição aos saberes-fazeres tradicionais de promoção das vidas humanas e não-humanas e das reais necessidades das comunidades (NASCIMENTO, 2019).

Considerando essa pauta, para Valéria Santos (2020) embora a Agroecologia ainda não seja uma prática reconhecidas pelas comunidades étnicas, em especial quilombolas, ela é considerada uma ciência, uma prática e um movimento social paradigmático e contra-hegemônico que parte da valorização dos conhecimentos tradicionais e tem como principal indicador o bem-estar coletivo acima da produção econômica.

Ademais, o que é caro nessa discussão refere-se à valorização positiva das identidades, o reconhecimento das especificidades de cada território, a economia de dádiva e de reciprocidade, a dinâmica geracional e o respeito às configurações bio socioculturais.

5 Conclusões

A economia quilombola se manifesta no cotidiano de comunidades quilombolas, sobretudo na Comunidade Quilombola Tal, pois ainda que a esteja engendrado nas relações as práticas colonialistas, é possível identificar as dinâmicas e práticas de

resistência da comunidade a partir da valorização dos saberes-fazeres ancestrais, sobretudo, em relação às vozes das mulheres, os valores e práticas coletivas relacionados à cooperação, ajuda mútua e reciprocidade. Realidade que gera uma série de aproximações com outras formas de pensar a economia, ou seja, a lógica da economia solidária, economia feminista e o estreito diálogo com a Agroecologia.

6. Referências

ALMEIDA, Carlíndia Pereira de. **Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe**. In: Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia; Instituto Patricia Galvão, - Recife: SOS CORPO, 2014. Disponível em: http://pdf_954.pdf (clacso.edu.ar). Acesso: 05/07/23.

FIABANI, Aldemir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. Ed. 1º, Editora Expressão Popular, São Paulo: 2015.

GOMES, Flávio dos Santos Gomes. **Mocambos, e Quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil**. ed. 1ª - São Paulo: Claro Enigma, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 3ª ed., Editora Malê: Rio de Janeiro; 2020.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia**. IN: Dicionário de Agroecologia e Educação. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola politécnica Joaquim Venâncio, 2021.

HERRERO, Yayo. **Economia Ecológica e Economia Feminista: um Diálogo Necessário**. In: Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori Iyusuka, Yayo Herrero. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. Org. Pedro Hespanha...[et al.]. Janeiro, 2009.

LECHAT, Noelle. **Economia Moral**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. Org. Pedro Hespanha...[et al.]. Janeiro, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.
Disponível: [maus_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf](#) (ufba.br). 18/03/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Moura, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**/Clóvis Moura. – 5ª ed. - Teresina : EdUESPI, 2021.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. **Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação**. In: Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori Iyusuka, Yayo Herrero. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020.

SANTOS, Valéria Pôrto dos. **Quilombo Pau D'arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva**. In: Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos modos e significados**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa –

INCTI; Universidade de Brasília – UnB; Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI Brasília: 2015.

REPENSANDO AS MASCULINIDADES NA AGROECOLOGIA: NOVAS ABORDAGENS PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEL

Valdeni Venceslau Bevenuto²¹

Marcus Metri Correa²²

Luciano Pires de Andrade²³

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-5

1 Conclusões

Este estudo investigou as novas masculinidades na agroecologia e seu impacto na transformação dos papéis de gênero na agricultura. Os resultados mostraram que a agroecologia desempenha um papel crucial na desconstrução dos estereótipos de masculinidade predominantes, permitindo práticas mais inclusivas e sustentáveis.

A reinvenção das masculinidades na agroecologia tem trazido impactos positivos tanto para os agricultores engajados individualmente quanto para o território como um todo. A adoção de práticas agroecológicas está associada a uma maior consciência das questões de gênero, compartilhamento de tarefas e responsabilidades domésticas e de cuidado, além de melhorias na qualidade de vida e coesão social.

Para promover uma agroecologia mais inclusiva e equitativa, é essencial envolver atores-chave, como organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil, no processo. Parcerias e colaborações entre diferentes setores podem contribuir para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes, que incentivem a igualdade de gênero e a adoção generalizada de práticas agroecológicas.

²¹ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: venceslaubevenuto@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-5440>

²² Doutor em Engenharia Agrícola. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: marcus.metri@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9506-8969>

²³ Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>

Este estudo destaca a importância da agroecologia como um espaço para transformar as masculinidades rurais e construir uma agricultura mais justa, sustentável e igualitária. A promoção das novas masculinidades na agroecologia não apenas beneficia os agricultores individualmente, mas também fortalece as comunidades camponesas como um todo. É um desafio contínuo avançar nessa direção, superando obstáculos e construindo um futuro agrícola mais igualitário, diversificado e resiliente. É importante destacar que a presença negra na agroecologia fortalece a luta contra a exclusão social. A agroecologia feita por homens negros estimula a participação comunitária, a economia solidária e as redes de apoio entre todos.

Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2004.

BEVENUTO, V. V. A ancestralidade no romance Torto Arado na ótica da Linguística Ecológica. **Boletim do GEPE**, n. 13, p. 1-16, 2023.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, CFH/CCE/UFSC, v. 21, n. 1, p. 241-242, 2013.

GOES, Emanuelle. Interseccionalidade no Brasil: revisitando as que vieram antes. Observatório de Análise Política em Saúde, OAPS/UFBA, **Pensamentos e Debates**, 2019.

KABEER, Naila. **Reversed realities**: Gender hierarchies in development thought. Londres: Verso, 1994.

SHIVA, Vandana. **Agroecologia e Agricultura Regenerativa**: Um Guia Baseado em Evidências para Soluções Sustentáveis para a Fome, a Pobreza e as Mudanças Climáticas. São Paulo: Imprensa Sinérgica, 2022.

SILVA, Adilson Tadeu Basquerote; NASCIMENTO, Rosemary da Silva. Agroecologia, relações produtivas e de gênero na agricultura familiar: o estudo de caso da Associação de Produtores Agroecológicos Sementes do Futuro de Atlanta-SC. **Revista Ágora**, v. 17, n. 02, p. 131-143, Santa Cruz do Sul, 2015.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.

Uma prática, um bem cultural: uma história sobre memória e construção de identidades no moldar em barro no município de Tracunhaém – PE.

Vanessa Maria Santiago da Silva²⁴

Maria Rita Ivo de Melo Machado²⁵

Oscar Emerson Zúñiga Mosquera²⁶

Cristiane de Souza Castro²⁷

Angela das Chagas Teles²⁸

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-22

1 Introdução

Este texto tem por objetivo tecer reflexões teóricas, a partir de uma observação simples sobre as práticas e a tradição artesã produzida por alguns indivíduos, de um município da zona da mata pernambucana. Situado entre os canaviais pernambucanos, longe do agito da capital do estado, Recife, Tracunhaém guarda nas ruas tranquilas muitas histórias de mãos labutadoras.

De acordo com (Camargo, apud Rego, 2013, pg. 124), o nome do município aproxima-se, numa tradução do Tupi-guarani para o português, com o significado de “panela de formiga ou formigueiro”. Sendo a panela um dos utensílios mais produzidos

²⁴ Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vanessasantagoies@gmail.com. ORCID: 0009-0004-6769-5502

²⁵ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Professora do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE. E-mail: mariarita.machado@ufrpe.br. ORCID: 0000-0002-7301-9090

²⁶ Doutor em Educação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pela Universidad de Córdoba, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE. E-mail: oscar.mosquera@ufrpe.br. ORCID: 0000-0002-3647-8749

²⁷ Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: angelita.teles@hotmail.com. ORCID: 0009-0008-4867-9151

²⁸ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: crscastrope@gmail.com. ORCID: 0009-0007-7018-7762

na linha dos utilitários, sabe-se que a cidade é hoje um dos principais centros de comercialização e produção de panelas de barro.

Segundo o IBGE (2010), o município abriga cerca de 13.155 mil habitantes, no qual muitos destes são mestres/artesãos. Nesse pequeno território, adultos e crianças por muitas vezes utilizaram a força para cultivar a terra e cortar a cana de açúcar, sendo o mesmo local, que acrescenta-lhes a amenidade e a poesia necessária para moldar o barro. O trabalho no corte da cana de açúcar²⁹ e as atividades nas olarias³⁰ são as principais fontes de renda e elementos característicos das tradições da população de Tracunhaém, aumentando a importância do estudo a que nos propomos.

O município é tido pelos próprios mestres/artesãos como um polo de cerâmica artesanal em Pernambuco³¹. Ao lado do plantio da cana, o moldar do barro serve muitas vezes como alternativa do trabalho no campo. O barro é uma opção para aqueles que saem da cana em busca de um trabalho melhor e também, associado a isto, na entressafra da cana de açúcar se dedica a produção de artesanato de barro. (COIMBRA; MARTINS; DUARTE, 1980, p. 8).

A dedicação ao barro foi identificada desde os tempos dos primeiros povos nativos³², que carregavam consigo potes de barro, depois com a olaria do período colonial, que implantou no município antigos modelos da Península Ibérica, como a modelagem de potes e panelas com uso do torno de oleiro³³ (BARLÉUS,1940; SOUSA,1879; FAUSTO, 2005). Depois de alguns séculos de trabalho no barro, praticado tanto pelos nativos quanto pelos oleiros, figuras e santos de barro começaram a mudar a estrutura da produção artesanal local; o município ganhou destaque e começou a aparecer vinculado ao universo cultural popular pernambucano (Frota, 2010).

A cerâmica de Tracunhaém é um tema importante para a cultura, para o território, para a sociedade e para a história e fazer jus a mais estudos, aliás, é como

²⁹ Dados consultados no site do IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tracunhaem/historico>

³⁰ Dados consultados no site do IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tracunhaem/historico>

³¹ Informações disponíveis no site da Associação Brasileira de Cerâmica: <https://abceram.org.br/ceramica-em-revista-pernambuco-tracunhaem-e-a-capital-do-artesanato-em-ceramica/#:~:text=O%20Munic%C3%ADpio%20de%20Tracunha%C3%A9m%2C%20localizado,polos%20de%20cer%C3%A2mica%20do%20estado.>

³² Dados consultados no site da Associação Brasileira de Cerâmica. <https://abceram.org.br/ceramica-em-revista-pernambuco-tracunhaem-e-a-capital-do-artesanato-em-ceramica>

³³ Informações disponíveis no site, Artesanato Solidário: https://www.artesol.org.br/tracunhaem_pernambuco

se fossemos selecionadas para estudá-la, pois desde algum tempo se observa a ausência de pesquisas sobre este artesanato, conforme (Borba Filho e Rodrigues, 1969) estudiosos da cultura popular brasileira ainda não deram a devida atenção à cerâmica. Não há muitas pesquisas que procurem metodizar, classificar, descrever os processos técnicos, os aspectos estéticos, as motivações psicológicas, culturais e seus impactos socioeconômicos. Este é um campo quase inteiramente deserto, um espaço vazio no Brasil, apenas a cerâmica indígena, arqueológica especialmente, têm merecido estudos mais apurados.

Portanto, este trabalho oportuniza dialogar sobre os fazeres e aprendizados dessa cultura, e de unir a história de vida desses indivíduos aos interesses desta pesquisa, a fim de compartilhar experiências e pensar sobre a atividade criadora e os diversos caminhos da cultura. Na verdade, foi possível perceber que os processos artesanais e os saberes que estavam longe da academia, podem estar representados pelas culturas populares.

As formas de influência mútua dos mestres/artesãos com as peças de artesanato foram escolhidas como tema deste trabalho, com o intuito de entendermos os usos e as apropriações, assim como em que medida essas trocas participam da construção cultural, do habitus, da manutenção da memória e da identidade.

Essa pesquisa pretende contribuir para a multiplicação dos saberes dos mestres/artesãos do município de Tracunhaém, a partir do momento que entendemos que os desenhos foram trazidos através das histórias de vida. Segundo Delory-Momberger (2008), as histórias de vida vêm aumentando intensamente no campo educativo contemporâneo. Ao passo que o conjunto de representações que o indivíduo desenvolve da própria vida e de sua história, essa história de vida tornou-se um membro e um horizonte do campo educativo.

Então, esse trabalho surge também das urgências trazidas através das experiências didáticas – pedagógicas. Onde foi vivenciada uma inquietude frequente e concomitantemente que trazemos a partir, de um olhar atento e curioso, durante os debates e questionamentos originados pelas disciplinas de Identidade, Cultura e Territorialidades e Educação em Agroecologia. Como também, diante das práticas experienciadas durante as imersões a campo do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE.

2 Referencial teórico

As categorias priorizadas na análise dos processos de pesquisa sobre os mestres/artesãos foram “cultura popular, memória, identidade e habitus”. Porque entendemos que ao mesmo tempo em que os indivíduos fazem parte de uma sociedade, eles a têm como parte intrínseca de sua personalidade, leitura de mundo, expectativas, necessidades, já que a vida em sociedade dá aos indivíduos valores culturais, identitários e significações, em uma palavra, habitus sociais e individuais.

Porque vivemos em uma sociedade que idealiza a si própria como sido construída pela ação humana. Desse modo compreendemos que todo o processo de transformação que é produzido pelo ser humano é cultura, como explica Melucci (1996):

A tarefa não é somente da ordem da dominação da natureza e da transformação de matéria-prima em mercadoria, mas sim do desenvolvimento da capacidade reflexiva do eu de produzir informação, comunicação, sociabilidade, com um aumento progressivo na intervenção do sistema na sua própria ação e na maneira de percebê-la e representá-la. Podemos mesmo falar de produção da reprodução. (MELUCCI, 1996, p. 5).

Compreendemos que a questão central derivada das culturas populares não se limita apenas ao aspecto econômico, mas também ao cultural. Isso se deve à crença de que tanto os produtos materiais quanto os simbólicos podem ter um impacto positivo na qualidade de vida das populações. Uma vez que cultura depende do ponto de vista da pessoa que está vivenciando aquele determinado fato. Segundo (Marcondes Filho, apud Canclini, 2008), a reação é fortalecer esta tendência que enaltece os objetos, as obras, a arte desses povos, os processos e os próprios indivíduos participantes desse trabalho.

A cultura, a economia e as tecnologias da informação continuamente caminham em passos paralelos, já que a explanação dos conceitos conjectura um determinado tempo, um povo, uma sociedade, seus valores e formas de viver. Então conforme (Setton, apud Callou, 2013, p.14) as mídias têm uma função educativa na atualidade, onde “as mídias, como educadoras da modernidade (...), transmitem mensagens contribuindo para a formação das identidades de todos”.

Ao observarmos (Camargo, apud Hall, 2006, pg. 47), ele descreve que a identidade do sujeito não está gravada no gene, mas é como se lá estivesse, “nós efetivamente pensamos como se fossemos parte de nossa natureza essencial”. Igualmente, pontua que a presença do símbolo como distintivo de uma comunidade é importante para gerar uma identidade. Para o poder político é importante ter algo que reflita uma identidade, "Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico".

Conforme Hall (2006), o sujeito apesar de existir a partir da sua interioridade, se transforma ao ter contato e vivência com outras culturas. O sujeito efetiva-se subjetivamente e objetivamente na relação particular (eu) e pública (social). A identidade, portanto, na leitura de Hall (2006) é construída/constrói as estruturas sociais, produzindo uma relação intrínseca entre sujeito e estrutura.

As peças de artesanato talvez traduzam a forma como são construídas as referências identitárias, negociando significados, abusando do uso de formas e modelos, que são retratados cotidianamente nestas peças, vendidas em diferentes ambientes. O artesanato com sua linguagem, estilos e formas de apresentação ao público carrega inúmeros sentidos negociados entre indivíduos, efetivos e presentes na formação das identidades coletivas e individuais, enquanto seja compartilhada como elemento cultural e artístico dentro do grupo contribuindo para formação da identidade deste.

Ao discorrermos Tracunhaém, refletimos um município onde a fabricação artesanal pode estar conectada diretamente à memória do território e aos indivíduos que compõem o local – ou pelo menos de uma grande maioria. Transpondo a citação de Halbwachs (2003, p. 159) que descreve “[...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos”.

De acordo com Camargo (2017) uma categoria de trabalhadores se sobressai em Tracunhaém: a dos artesãos que trabalham com o barro de uma forma diferente, utilizando a criatividade e habilidades manuais no processo de criação, distinguindo-se, assim, dos que trabalham em atividades rurais. Esses artesãos aproximam-se, conforme Camargo (apud Bourdieu, 2013) como uma acumulação simbólica.

Ainda conforme (Camargo, apud Bourdieu, 2013, p. 05), ele relaciona essa acumulação simbólica com a própria forma de estratificação social, que extrapola,

portanto, as questões meramente econômicas. Nesse sentido, o autor mostra que não há uma “fórmula” de estratificação social previamente dada e que serve para qualquer realidade histórica. A confecção das peças passa pelo processo criativo em que a inspiração do artesão é de extrema importância, devido à memória utilizada pelo artesão na produção de cultura, onde observamos um moldar considerado com uma legitimidade artística ímpar, uma inspiração além do normal.

Para (Camargo, apud Candau, 2012, p. 45), “[...] uma socialização da memória, que pode ser objetiva quando se trata de uma memória factual e que é, pelo menos, o sentimento subjetivo que os membros de um grupo possuem de compartilhar a mesma memória”. Para o autor, sociedades menores são mais propícias a uma memória coletiva forte, distinguindo-se de grandes centros urbanos porque formam uma socialização mais engajada de memória. As leituras apontam, que a tradição e a caracterização do município como a capital do barro é uma formação identitária, construída através das memórias geracionais.

Assim, (Camargo, apud Hobsbawm e Ranger, 1997, p. 12), escrevendo sobre o processo pelo qual as tradições são inventadas, salientam como o passado é criativamente apreendido: "Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição." Pois o passado não é só “criativamente apreendido”, mas tem uma implicação, é a “imposição da repetição” e é a partir dessa imposição que é relevante pensar o processo de construção das tradições.

Para Camargo (2016) é relevante, pois, pensarmos como esse processo de uma tradição foi desenvolvido, para compreendermos e distinguirmos a cultura e como uma população acredita e torna-se participante de uma tradição, assumindo assim uma identidade.

Entendemos então que os habitus são estruturados socialmente e estruturantes, da vida em sociedade já que são determinados pelas condições sociais mais estruturais presentes no processo de socialização dos atores, e, ao mesmo tempo, concorrem para a determinação das práticas culturais desses últimos.

Podemos considerar o conceito de habitus, a partir das concepções de Bourdieu (2013) como um meio de auxiliar-nos no entendimento da conexão, dentre os condicionamentos sociais externos nos diversos campos (religioso, intelectual, cultural,

etc.) e a subjetividade dos indivíduos. Essa concepção de habitus nos ajuda a entender a formulação de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo e, logo, as memórias utilizadas no moldar do barro.

Assim a noção de habitus ganha um alcance universal no entendimento de certa conformidade nas formas ou nas escolhas em materiais que podem ir, por exemplo, da arte (peças de artesanato) aos hábitos culturais ou alimentares, preferência religiosa ou política, ao pensamento e atitudes dos artesãos. Pois tais hábitos se reconhecem em procedimentos e processos históricos e de memórias que dão o ponto de partida marcado na gênese pela expansão das modalidades culturais na modernidade.

3 Metodologia

Como metodologia de pesquisa utilizamos a qualitativa e como método adotamos a observação simples que é um método muito utilizado pelas ciências sociais. E segundo Gil (2008, p. 101), a observação simples passa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos.

Empregamos uma bibliografia, que nos mostrou as particularidades das técnicas aplicadas à produção dos bens simbólicos e dos indícios da construção identitária do município de Tracunhaém, como a “capital” do bairro.

Construímos o trabalho através de dados coletados em acervos de pesquisas como: anais, jornais e internet. Que foi importante para entendermos as relações de memória e produção de cultura popular com a tradição do município, calcada na produção artesanal e também para compreendermos suas formas de criação e suas influências. Tal metodologia objetivou compreendermos as relações sociais tradicionais dos mestres/artesãos e os sentidos e os significados das peças de artesanato.

4 Resultados e Discussão

Ainda que, Tracunhaém tenha uma história bem consolidada e conhecida na tradição de produção de um artesanato ímpar, no estado de Pernambuco, onde a criatividade do artesão é o mote para o desenvolvimento de bens simbólicos, não

existe uma política de incentivo consolidada na prática para apoiar e incentivar o desenvolvimento cultural, identitário e tradicional do município.

Das vezes que visitamos Tracunhaém, foi observado que o circuito das oficinas fica na avenida de entrada até o centro do município. As maiorias das oficinas e das casas dos artesãos ficam nesse percurso, ao redor das igrejas e da praça. Observamos também, que a cidade é repleta de pequenas lojinhas e ateliês vendendo artesanato.

Foi identificado que a produção do artesanato é algo que vem sendo construído e passado o conhecimento através de gerações entre as famílias de artesãos, onde praticamente todos os membros da família participam da produção.

O barro e o forno são os elementos principais utilizados pelos oleiros para a produção do artesanato de barro. E no processo de modelagem das peças são utilizadas várias técnicas simultaneamente, como o molde de gesso, o torno e a modelagem manual. Essas peças produzidas circulam em torno de objetos para casa, cozinha, adorno, panelas, tigelas, travessas, potes, vasos, pinhas, leões, imagens religiosas, entre outras.

Porque ficou entendido, que ao discorrermos sobre a relação da produção artesanal e dos mestres/artesãos, de modo geral, elas estão ligas à memória social do artesão, mas também, a identidade própria do município e dos artesãos. Os produtores de cultura, antes de produzirem, levam uma bagagem histórica transcorrida por gerações e utilizam a técnica de mnemônica, elemento inseparável da sua produção. Assim, os mestres/artesãos de Tracunhaém são suscetíveis de aprofundar nexos dialógicos com a memória ancestral, à medida que integram uma sociedade marcada por um ritmo de vida tradicional, com uma base rural e um universo mítico dominante.

5 Conclusões

A pesquisa está embasada em como os mestres/artesãos passaram a ser compreendidos fazendo arrolamentos para uma relação fundamental para a compreensão do universo simbólico do município e de seus conteúdos culturais e identitários. Trata-se da relação, presente na percepção do local, entre os mestres/artesãos e os conteúdos míticos e culturais de uma herança ancorada nos valores imbricados nas peças de artesanato. Mesmo conservando questões

geracionais no moldar, ou imprimindo estilo próprio, podemos observar a percepção do fazer dos artesãos como um dom, um rito, um modo, uma perspectiva, algo inexplicável remetendo aos mestres também a valorização nos conteúdos da memória.

Acreditamos ser importante o fortalecimento dessa cultura que é passada através da educação familiar, pautada na oralidade dos mestres artesãos. Sendo assim, por que não a criação de um centro cultural e de memória que tenha visibilidade e ganhe uma estrutura de nível estadual no município de Tracunhaém? Com o objetivo de fortalecer e estabelecer uma linha do tempo da produção de artesanato, favorecendo, assim, o sentimento de pertencimento da tradição nos indivíduos locais. Além de um atrativo turístico, para os que visitam o município e, também, um artifício de valorização para os produtores de bens simbólicos e suas famílias.

6. Referências

BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau Etc.**, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, MCMXL, 1940.

BORBA FILHO, Hermilo; RODRIGUES, Abelardo. **Cerâmica popular do Nordeste**. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas. Introdução e organização**. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa** / Angelo Brás Fernandes Callou, Maria Salett Tauk Santos. p. 677 à 692. Recife, ed. FASA, 2013.

CAMARGO, Juliano Leal; ISAIA, Artur. **Tracunhaém: as memórias e identidades moldadas no barro**. In anais da IV Jornadas Mercosul: Memória, Ambiente e Patrimônio. Unilasalle, Canoas/RS, de 7 a 9 de novembro de 2016. Publicado em

dezembro de 2016. Disponível em:

<http://www.unilasalle.edu.br/canoas/jornadas-mercosul/>

CAMARGO, Juliano Leal. **Tracunhaém: a tradição e memórias no moldar do barro**. Orientador Prof. Dr. Artur Cesar Isaia. Dissertação (mestrado) – Universidade La Salle, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Canoas, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179869>

CAMARGO, Juliano Leal. **A arte de Tracunhaém e seus mestres artesãos**. Canoas, ed. do autor, 2018. Disponível em: <https://dspace.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/808/1/A%20arte%20de%20Tracunha%C3%A9m%20e%20seus%20mestres%20artes%C3%A3os.pdf>

CAMARGO, Juliano Leal; ISAIA, Artur; MACHADO, Renato. **Tracunhaém: as memórias no moldar do barro**. Revista Unilasalle, Canoas, n. 28. Dez, 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/3685>

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COIMBRA, Silvia Rodrigues; MARTINS, Flávia; DUARTE, Maria Leticia. **O reinado da lua: escultores populares do Nordeste**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1980. Fotografias de Maria do Carmo Buarque de Holanda e Dalvino Troccoli França.

DELORY-MOMBEGER, Christine. **Biografia e Educação: Figuras do indivíduo projeto**. Tradução de Maria da Conceição Passegi. Natal – RN: EDUFRRN, 2008.

FROTA, Lélia Coelho Frota. **Artesanato: Tradição e modernidade em um país em transformação**. Revista Patrimônio Cultural Imaterial Latino americano II: artesanais. Cusco, Peru: Crespial, 2010. Disponível em: http://chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://crespial.org/wp-content/uploads/2016/10/PCI_Latinoamericano_Artesanias.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tracunhaem/panorama>>. Acesso em: 28 de junho de 2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco - (IPHAN PE) <<http://portal.iphan.gov.br/pe>. Acesso em: 20 maio 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação: contatos antecipados com a nova teoria**. São Paulo: Paulus, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. (2006). **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais** - Publicado em: Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, Tradução de Angelina Teixeira Peralva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM. <<http://tracunhaem.pe.gov.br/historia/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

REGO, Herbert Moura. **As panelas de barro de Pernambuco: do século XIX ao XXI**. 2013. 196f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - UFPE, Recife, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10966>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

A Festa da Colheita e o resgate cultural de valores entrelaçados com a cultura camponesa na Microrregião Norte de Sobral-Ceará

Samara Livia Araújo Teixeira³⁴

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidades

DOI: 10.29327/1292658.8-8

1. Introdução

A Festa da Colheita é uma grande celebração que se dá em torno da produção camponesa e há 11 anos é realizada pela Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) na Microrregião Norte de Sobral, que compreende os seguintes municípios: Sobral, Santana do Acaraú, Morrinhos, Forquilha, Massapê, Alcântaras, Bela Cruz, Santa Quitéria, Marco, Frecheirinha e Pacujá. A pesquisa aqui apresentada objetiva perceber a referida festa como um ritual de resistência interno à vida camponesa e abordar os significados construídos a partir do dinamismo dos símbolos que povoam o imaginário do campesinato, traduzindo, seus valores, seus sentires e suas cosmovisões, além disso compreender a relevância da Festa para os camponeses que integram a RIS Sobral.

Esta pesquisa que ainda está em andamento por meio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFC/UNILAB) se desenvolve a partir da organização da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) que agrega camponeses e camponesas dos municípios já citados e que têm se fortalecido através das tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, a exemplo das Casas de Sementes, adotando novos manejos de cultivar o chão e produzir alimentos, como também cuidar da terra e fortalecer sua atuação como guardiões de sementes. A RIS está presente em 11 municípios, 90 comunidades e congrega 2.887 camponeses, entre homens, mulheres e

³⁴ Mestranda em Antropologia; Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); E-mail: samara.livinha@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3022-6444>

jovens. É a partir dela que anualmente os camponeses reúnem-se para celebrar a colheita, além disso, é onde confraternizam histórias, trocam sementes, saberes e sabores.

Com esta pesquisa pretende responder algumas questões no tocante à festa e sua relação com o campesinato, como por exemplo qual a importância da Festa os Camponeses da RIS Sobral? Como a produção do alimento está ligada ao ato de festejar, de organizar, preparar e mobilizar pessoas para este evento? Qual o papel da festa na vida destas pessoas? De que forma ela contribui para o resgate de culturas imbuídas nas “memórias coletivas e individuais” (POLLAK, 1989) do público deste estudo?

Nesta pesquisa me proponho contar histórias, costumes e tradições que permeiam a Festa da Colheita e a vida dos camponeses da RIS. Além disso dar visibilidade e também evidenciar a farta produção no campo e as inúmeras variedades de alimentos que são semeados, colhidos, preparados e oferecidos na mesa da partilha.

2 Referencial teórico

Zulmira Nóbrega (2010) afirma que, desde os tempos remotos, as celebrações festivas ocupam um lugar bastante significativo na cultura das comunidades. Para a autora, as festas configuram-se como uma celebração da vida, espontaneidade e alegria, sendo muito significativa para o homem, especialmente na sua definição como ser comunicativo e social, não existindo uma sociedade sem elas. Segundo Nóbrega, ao participar de uma festividade, cada indivíduo sente que está entre um coletivo e, ao mesmo tempo, na reconstituição de sua identidade, ameaçada pela vida séria, cotidiana e regrada do mundo social.

Ciente da existência de uma ampla bibliografia sobre festas que perpassam a compreensão interdisciplinar das humanidades, proponho-me compreender a Festa da Colheita como um rito, pois ao compreender o sentido das festas não como uma construção autônoma, mas como um rito, penso me aproximar das ações desenvolvidas dentro do sentido do festejar e das atividades simbólicas aproximando-me cada vez mais do campo da teoria antropológica.

Segundo Cavalcanti (2013), a abordagem de festas tem ganhado um sentido criativo na antropologia brasileira, pois há a ideia de que os rituais são portas de entrada importantes para a compreensão da vida em sociedade e de que o mundo festivo e o mundo cotidiano se complementam nas festas. Dessa maneira, e de acordo com meu olhar de pesquisadora, é inseparável a relação entre ritos e festas, portanto tratarei sobre eles paralelamente. Além disso, assim como os rituais, as festas são carregadas de comportamentos simbólicos.

Mariza Peirano (2008) afirma que os rituais são um sistema de comunicação simbólica em todo tempo e lugar a vida é sempre marcada pelos rituais. Desta forma os rituais são fenômenos especiais em uma sociedade, é por meio do ritual e de toda a sua simbologia que é possível perceber um aglomerado de peculiaridades que não poderia ser evidenciado senão por meio deles, neste sentido ele é indiscutivelmente de grande relevância, pois identifica um povo com todas as suas peculiaridades.

Bronislaw Malinowski (1978), em sua obra “Os Argonautas do pacífico ocidental”, ao abordar o kula, traz uma visão do papel fundamental que o mesmo tem no meio social, ao construir uma harmonia duradoura entre diferentes tribos. Ao ser um encontro ritual intertribal de tradição para as pessoas que viviam no arquipélago das ilhas Trobriand, onde trocavam coisas, ferramentas e interagiam entre comunidades. A Festa da Colheita de certa maneira é essa ilustração de interação de culturas camponesas.

A Festa da Colheita, assim como o Kula, também desempenha um papel social relevante na vida camponesa. É neste tempo e espaço da festa que é reelaborada e ressignificada a construção de laços duradouros entre camponeses das comunidades, da Microrregião Norte de Sobral, ao mesmo tempo em que representa um conjunto de significados que são preservados a partir de memórias coletivas e individuais dos povos – pois, segundo Pollak (1989), até mesmo a memória individual é construída de forma coletiva.

De acordo com Silva, Siebra e Machado (2016) o costume de celebrar a colheita vem de muitos tempos e de outras culturas. Para eles, a Bíblia retomou festas de povos bem antigos, além disso, celebrar a colheita também é retomar das nossas bases ancestrais os rituais de agradecimento baseados na partilha.

Para estes autores, ao celebrar a colheita os povos estão: Retomando a fé no Deus libertador e na realização de suas promessas; Fazendo memória da caminhada,

da luta pela reforma agrária, descentralização e acesso a água para beber e produzir e por condições de vida decente para todas as pessoas que vivem e trabalham no campo; Ajudando jovens e crianças a entrarem num caminho novo que leve a construção de uma nova sociedade, onde reine a partilha, a fraternidade e o bem viver.

Realizar uma festa que reforce as coisas boas e bonitas da cultura camponesa: as comidas de milho, o aluá, a “mistura que vem do criatório, as frutas do pomar, as verduras da horta comunitária, os peixes (Só do que é produzido por nós)

As poesias, as toadas, as brincadeiras, o reisado, os instrumentos, os enfeites, a partilha, a fé e a caminhada.(SILVA; SIEBRA; MACHADO. Festa da Colheita. 2016. Pág. 07,08).

Para os camponeses da RIS, a Festa da Colheita é um momento de celebração e de agradecimento a Deus pela chuva, pelos alimentos produzidos durante o inverno e colhidos para o sustento da família sendo também encontro das pessoas para se confraternizarem e refletir sobre as realidades de suas comunidades, aprofundando o sentido da resistência enquanto produção e em agradecimento a tudo o que foi semeado.

3 Metodologia

Os sujeitos desta investigação são camponeses/as, integrantes das Casas de Sementes e conseqüentemente integrantes da RIS Microrregião Norte, que tem o cuidado e preservação das sementes como base do campesinato e que vem passando por gerações a partir de experimentações e observações empíricas de seus antepassados e que tem se fortalecido com a articulação de Sementes na Microrregião.

A caminhada metodológica parte de um estudo etnográfico que se apoia na observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas e diários de campo. Além disso, tomo como base desta etnografia a descrição densa apontada por Geertz (1978) no sentido de que a experiência etnográfica está intimamente ligada a interpretação. Ao mesmo tempo em que Geertz (1978) busca alcançar a cultura de um povo, o que também busco neste trabalho é uma interpretação de contextos singulares (CLIFFORD, 2002) que junto das reflexões teóricas adquirem um significado mais profundo.

4 Resultados e Discussão

No dia do festejo, é encontrada uma grande variedade de alimentos: Bolos diversos (jerimum, batata doce, mole, milho verde, tapioca, etc.), Canjica, Mungunzá (Doce e salgado), baião de feijão maduro, galinha caipira, porco, carneiro, doces (mamão, leite, jerimum e etc.), tapioca, cuscuz, sucos diversos de frutas produzidas nos quintais agroecológicos das famílias (goiaba, acerola, limão, caju, manga, etc.), saladas com alface, rúcula, tomate cereja e outras inúmeras variedades.

O último levantamento de dados realizado no ano de 2016, registrou que na Microrregião Norte aconteceram 35 Festas da Colheita e no processo de organização aconteceram 90 reuniões, 60 mutirões e 136 equipes de preparação e organização com cerca de 40 apresentações culturais. Além disso, 135 variedades de comidas foram compartilhadas. Nos anos 2020 e 2021, em razão da Pandemia de Covid-19, as Festas não puderam ser realizadas, mas nos anos de 2022 e 2023 o otimismo chega nas comunidades para retomarem esse Rito, que já é por elas concebido como tradição.

A partir dos dados apresentados acima, gostaria de explicitar algumas questões que pude observar quando estive em campo. Primeiro, a quantidade e a diversidade de alimentos que são levados e partilhados na festa: a mesa grande, farta e diversa é sinônimo da solidariedade, da vida em comunidade e do espírito de partilha, ninguém chega de “mãos abanando”. Cada família, até mesmo algumas que por ventura não são sócias da Casa de Sementes, começam pensar no que irão fazer para compartilhar no dia da Festa. Uma coisa é certa: ninguém participa de mãos vazias. Cada família leva algo para compartilhar e celebrar coletivamente.

Em comparação com outras festas, a da Colheita tem entrada gratuita e todos se alimentam igualmente de tudo o que está disponível no local. Além disso, comer do que se planta é colher com sabedoria frutos de uma vida mais saudável, é neste espaço onde orgulhosamente os camponeses demonstram a sua riqueza. Mas, afinal, qual a relação da produção do campo com este Ritual? Esta é umas das indagações que pretendo responder através da pesquisa.

Na organização do ambiente e da celebração do Rito também observei questões curiosas. Quando chega o dia da festa, o povo todo se reúne trabalhando em

mutirão, várias equipes são divididas para cuidar da organização. Diante do exposto, pretendo perceber as relações simbólicas desenvolvidas nesses momentos organizativos e os dramas sociais (TURNER, 2015) na cadeia de conflitos que são desenvolvidos secundariamente.

O espaço da Festa é organizado em uma lógica circular; quando se forma um círculo todas as pessoas ficam em “pé” de igualdade, não se cria hierarquias e se permite que todas sejam vistas, contribuindo para a autoestima de todos os participantes, essa memória me remeteu aos escritos de Paul Singer (2002) ao tratar sobre as primeiras noções de Economia Solidária contrapondo-se ao modelo capitalista de organização socioeconômica que pretende melhor explorar posteriormente.

Durante e após a refeição comunitária, os artistas fazem a animação através de suas manifestações culturais (poesias, forró pé de serra, quadrilhas, reisado etc.). Esse é o ponto alto da Festa. A animação é feita por artistas locais que às vezes são esquecidos depois que chegou à música eletrônica. Portanto, é uma forma de lembrar e valorizar as veias artísticas que existem localmente.

É nesse emaranhado de significados de plantar, colher e festejar que a Festa da Colheita é símbolo de resistência e de luta, se revigorando e apresentando seu verdadeiro potencial. Desvirtua-se da Seca e ao mesmo tempo das Cercas. Segue o curso da história provando que quando as camponesas e os camponeses têm acesso à terra, à água e às sementes, a produção e a fartura são garantidas.

5 Conclusões

As festas e rituais festivos marcam de forma significativa nossa vida cotidiana desde os primórdios da civilização. É uma das manifestações mais antigas e permanentes da humanidade. Itani (2003) afirma que há mais de 10 mil anos as festas já eram realizadas e que deste modo a tradição perpassou gerações ao longo de séculos constituindo desta forma uma maneira de localizar o tempo no espaço. Muitas das celebrações festivas vêm sendo mantidas por diferentes povos ao longo do tempo, resistindo a interdições e imposições em diferentes momentos da história.

Na contemporaneidade as festas constituem além de diversas simbologias um espaço de construção de identidades, discursos e um meio por onde as comunidades partilham experiências da vida cotidiana e vivências coletivas. Para Itani (2003) as festas

estão sempre em processo de mudança sendo transformadas pelos diferentes grupos sociais e pelas novas simbologias que vão sendo criadas.

Na Festa da Colheita o processo de construção de identidades também se constitui por meio da produção e consumo de alimentos do campo, dos roçados e dos quintais das famílias. Em relação ao alimento, há uma preocupação referente ao avanço dos industrializados e os riscos à saúde, segundo que produzir o próprio alimento é uma forma de resistência frente à lógica capitalista de mercado, afinal 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm do campesinato de base familiar. Ao mesmo tempo, evidencia múltiplas formas de preparar o alimento, retoma receitas e memórias familiares que são compartilhadas também de forma coletiva, retomando as bases de uma cultura não só familiar mais também comunitária.

E conforme afirma Brandão (2009, p.39) “a festa, mesmo quando dê trabalho prepará-la é o oposto do trabalho. Pois, é nela onde mulheres e homens reúnem-se em algum lugar para juntos conviverem entre gestos, palavras e objetos carregados com a leveza e a força dos símbolos, a fé, a alegria [...]”. Neste sentido, desempenha um papel de grande relevância para a desconstrução do Semiárido como um lugar inviável economicamente. Propõe uma nova construção a partir da produção agroecológica e da “fatura”, pois é nela que o Semiárido exhibe sua riqueza, suas possibilidades e tradições, demonstrando o fortalecimento da identidade cultural dos povos do campo.

6 Agradecimentos

Agradeço à Fundação Cearense de apoio ao Desenvolvimento (FUNCAP) pela bolsa concedida que garante a realização desta pesquisa. Compartilho aqui minha defesa inegociável da universidade pública, gratuita e autônoma que sem dúvidas, muda vidas.

7 Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Festas de Trabalho. **Aprender e Ensinar nas Festas Populares**, [s. l], v. 02, p. 1-60, abr. 2007.

CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo. As festas e os dias. Ritos e sociabilidades festivas. Rio de Janeiro: **Contra Capa**, 2009

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade de etnográfica**. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p. (ISBN 978-85-216-1333-6).

ITANI, Alice. **Festas e calendários**. São Paulo: UNESP, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NÓBREGA, Zulmira. **A FESTA DO MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO**: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande. 2010. 298 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Comunicação, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

PEIRANO, Mariza. **“Etnografia, ou a teoria vivida”**. PontoUrbe, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.03-158, 1989.

SILVA, Erivan Camelo da; SIEBRA, Divavani; MACHADO, Manoel. **A Festa da Colheita**. Sobral, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TURNER, Victor. **Liminaridade e Communitas**. In. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

LINHA DE PESQUISA

II – SOCIEDADE, ECONOMIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

DEBATENDO O CONCEITO DE CAMPESINATO: IMERSÃO NO TERRITÓRIO DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Esmeraldo Leal dos Santos³⁵

Maria Norma Ribeiro³⁶

Ana Maria Dubeux Gervais³⁷

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

DOI: 10.29327/1292658.8-19

1 Introdução

A luz da bibliografia, dos debates nas disciplinas das discussões das etapas de imersões promovidas pela Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), faço uma breve análise do conceito de campesinato e das suas possíveis configurações no território da Mata Sul, do Estado de Pernambuco.

Apesar da riqueza dos debates das disciplinas e da notoriedade da bibliografia usada como referência, valho-me dos argumentos apresentados por importantes lideranças do território.

2 Referencial teórico

A centralidade da terra, no caso do Brasil, é muito importante e conflituosa. Por isso, falar de campesinato é falar de resistência e de resiliência, na sua relação com a

³⁵ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: esmeraldoleal@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0568-9807>

³⁶ Doutora em Zootecnia. Professora Titular na área de Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos de Animais Domésticos; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: maria.nribeiro@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3373-3246>

³⁷ Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: ana.gervais@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1393-529X>

terra. Esse argumento ganha ainda mais força quando falamos do litoral brasileiro, principalmente por ter sofrido mais intensamente os efeitos perversos dos séculos de colonização.

Em função dessa importância, na segunda metade do século passado, pensadores marxistas como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, In cio Rangel, André Gunder Frank, dentre outros, empreenderam um longo debate sobre uma possível “herana feudal” e seus impactos na formao do campesinato brasileiro. Havia uma corrente que defendia essa herana e argumentava que o Brasil precisava passar por etapas para chegar a um padrão de desenvolvimento. Era o caso de Sodré e Guimarães. Essa concepo, segundo Ricardo Abramovay (1994) estava fundamentada na ideia de que:

Dominada pelo latifúndio, a agricultura é incapaz de se desenvolver tecnicamente e de contribuir para a evoluo permanente da produo. Tanto mais que a maior parte dos trabalhadores rurais, não tendo acesso   terra, não pode participar do processo social de progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 96).

Já a segunda corrente de pensadores, como Caio Prado Júnior, concordava com os impactos perversos da concentrao da terra no Brasil, mas rejeitava essa concepo de que o Brasil herdou um atraso feudal e que, necessariamente, deveria colocar em ao suas etapas evolutivas. Ainda defendia que o Brasil, inclusive no período colonial, vivenciou a mais injusta forma de explorao capitalista.

Esse intenso debate que houve na sociologia brasileira, desde pelo menos a década de 1950 do século passado, deu-se também em torno da existência ou não do campesinato no Brasil. Inclusive é abordado por autores como Eric Sabourin (2009), que ao apresentar o argumento de Caio Prado Júnior, destaca:

No Brasil, para Prado Jr (1942), se teria passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. No que tange os pequenos produtores aut nomos que sempre existiram e que ele agrupa sob o termo ‘pequeno lavrador’, estes estariam historicamente integrados ao sistema capitalista sob uma forma dependente. Na verdade, brincando com as palavras, ele reconhece a existência de um campesinato não assalariado, mais ou menos dependente do mercado e dos grandes proprietários (SABOURIN, 2009, p. 02).

O sociólogo José de Souza Martins (1995) adentra essa seara acadêmica e chama a atenção para os termos camponês e campesinato, que no Brasil é relativamente recente. Aqui, os termos utilizados eram: caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, índio (para designar o homem do campo na região Norte), etc. Além desses, segundo Martins, outros termos também podem ser apresentados, como: jeca (atrasado) caipira (do interior), trabalhador rural (muito usado da base sindical, geralmente relacionado ao assalariado rural), pequeno agricultor (em contraponto ao “grande”), colono (geralmente vinculado aos imigrantes das regiões Sul e Sudeste), posseiro, meeiro, acampados, assentados, sem-terra, produtor rural, agricultor familiar, etc. Assim, percebe-se que na nossa sociedade, esses atores sociais são vistos de forma pejorativa, sendo considerados de categoria inferior, marginalizada. Conforme Martins (1995):

As diferentes palavras, que em diferentes lugares designam o camponês, tinha um duplo sentido, como disse antes. Definiam-no como aquele que está no outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. (MARTINS, 1995, p. 24-25).

3 Metodologia

Para o presente trabalho, a pesquisa bibliográfica foi o método norteador do estudo. Contudo, o debate preconizado por esses importantes teóricos, ajudaram a compreender, com mais clareza, a força da história dos sujeitos em seus territórios. Para isso, ressaltamos que utilizando uma metodologia ativa, com entrevistas guiadas pelos professores e com as rodas de debates nas imersões na realidade do território estudado. Claro que foi necessário todo cuidado ético, para não expor os sujeitos estudados.

4 Resultados e Discussões

Esse debate, contudo, não ficou no passado, continua bastante atual. Tanto é assim que em 2003 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), pelo governo federal e buscava dá unidade conceitual, denominando-os como Agricultores Familiares, para

que fosse estabelecida uma política pública de assistência social específica, recolocando, assim, a centralidade do debate.

Mais recentemente, no governo de Bolsonaro, grande parte das conquistas trazidas com o PNATER foram esvaziadas ou extintas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), este governo tenta enquadrá-los com “Médio Produtor Rural”, que empreende para se integrar ao agronegócio. Com isso, voltava à condição de invisibilidade já apresentada por J. S. Martins (1995), ou seja, aquele que não é, e que na melhor das hipóteses pode vir a ser. Sobre isso, continua o autor:

A ausência de um conceito, de uma categoria, que localize socialmente e o define de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não tivesse participando (MARTINS, 1995, p. 25)

Felizmente, nos dias atuais, com a vitória do governo Lula e com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o renascimento de várias políticas para a agricultura familiar, a centralidade do tema voltou para a pauta. Atualmente, o reconhecendo o protagonismo desses sujeitos que lutam e que produzem para sobreviver e alimentar o Brasil não suprimiu as constantes disputas por projetos.

Como vimos, o tema é atual e ainda controverso e, por isso, reapareceu com muita força nas imersões no Território da Mata Sul do Estado de Pernambuco. Questões como: é possível falarmos de campesinato na sociedade atual? Seria camponês um ente do passado, que não teria um papel criativo nas sociedades contemporâneas? E, por fim, qual a relação dessa categoria com a agroecologia? Essas questões, me parecem, são relevantes para o debate de hoje.

É importante ressaltar que o Território da Mata Sul do Estado de Pernambuco, de modo especial os camponeses, sofrem as consequências de um processo de colonização, que impôs a monocultura da cana e afastou o homem liberto e a mulher liberta da terra. Onde a Lei de Terras, que “aprisionou” as terras (1850), precedeu a Lei Áurea, que libertou os escravos (1888). Isso ficou explícito nas conversas das

imersões. Por isso, ao analisar esse aspecto da relação conflituosa com o latifúndio, a professora Maria Nazaré Wanderley (1996) reforça:

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela que recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1996, p. 09).

Ao apresentar as diversas realidades das várias comunidades e grupos estudados, como: comunidades quilombolas, grupos de jovens e de mulheres, de assentados e reassentados, lideranças sindicalistas, cooperados, advogados, pesquisadores, agentes de saúdes, agentes ambientais, representantes de ONGs e, do Fórum de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, identificamos pontos comuns que convergem com a citação acima.

De modo geral, os relatos apontaram para uma unidade territorial, caracterizada principalmente pela monocultura da cana-de-açúcar, com um regime de superexploração da mão-de-obra, que vem do escravismo e passa pela atual precarização do trabalho. E que está em permanente conflito com experiências históricas de lutas e resistências dos povos do campo. Assistimos ainda, o processo de falência das usinas e a crise do complexo industrial sucroalcooleiro; com o fortalecimento da pecuária de corte, acentuam-se os conflitos entre posseiros e grileiros. Sem falar do modelo de desenvolvimento implementado pelo mega projeto da SUAPE.

Isso também gerou, entretanto, experiências positivas, como a apresentada por um técnico, produtor e secretário municipal. Segundo esse técnico, com a falência da usina Nossa Senhora do Carmo e com o pagamento das indenizações com terra:

Para a nossa felicidade ela pagou as ações trabalhistas com terra. Foram mais de cinco mil pequenas propriedades, de diversos tamanhos, repassadas para as famílias. (Técnico A)

Outra experiência importante vivida pelos atingidos pelo complexo SUAPE, foi o reassentamento forçado que, de alguma maneira, acabou criando um “processo de

recompesinização”. Sobre isso, Jan Ploeg (2003) lembra que já existiram muitos episódios de recampesinização. Destaca o autor:

Tornar-se camponês não é compreendido, nesse texto, como um momento único e isolado. Ao invés disso, é um fluxo contínuo e flutuante ao longo do tempo (PLOEG, 2003, p. 43)

Ressalto aqui que essas experiências apresentadas na imersão e os debates sobre o campesinato reproduzem uma concepção nova de “camponês”. Posto que, esse camponês que aparece resistindo tanto aos modelos ultrapassados de desenvolvimento quanto aqueles de exploração econômica supostamente mais sustentáveis, tem colocado em prática a preocupação com o meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis. Tem ainda procurado dialogar com as questões da cultura política contemporânea, especialmente com as lutas raciais por reconhecimento, com as comunidades quilombolas; as lutas por reconhecimento da igualdade de gênero, questionando o patriarcalismo e solicitando a revisão do papel da mulher no campo; organizadas por grupos de mulheres. Exemplo disso, é a narrativa da experiência de superação de camponesa B, do assentamento Jundiá de Cima, que provou ser possível vencer os preconceitos e se tornar uma grande liderança e uma referência da produção agroecológica dentro da sua comunidade e das feiras agroecológicas no território. Nas suas palavras: *“a mulher pode tudo”*.

É nesse ambiente conflituoso entre diferentes setores de economia e de classes que nascem as experiências bem sucedidas de produção agroecológica, agroflorestais, mercados alternativos, vendas diretas, feiras e exposições de agricultura familiar e de bases agroecológicas. É o caso da experiência de cachaçaria famosa no território, que segundo o empresário C, vai para além de um produto de mercado:

Nós não vendemos cachaça. Nós vendemos história. Nós vendemos uma filosofia de vida, uma maneira de viver e de enxergar o mundo, morando numa cidade pequena sem muitas condições, mas mostrando para as pessoas que é possível ter uma vida simples, e uma vida digna. (Empresário C)

5 Conclusões

Por fim, as análises históricas e essas vivências mostram que o campo brasileiro, ou mesmo num único território, nesse caso específico o da Mata Sul de Pernambuco, são diversas e dinâmicas, porém possuem elementos e categorias comuns, como a de camponato. Ficando claro que, apesar das especificidades de cada comunidade estudada, como: histórias, culturas, dinâmicas econômicas, características sócio ambientais, etc, fica claro que o camponês como categoria social, existiu, existe e existirá (pelo menos nas próximas décadas).

Se sobreviveu aos séculos, apesar das mazelas dos vários sistemas de exploração do trabalho humano, da escravidão, da servidão e do trabalho precarizado, é porque ele possui uma força própria e uma capacidade de resiliência irrefutável.

Cabe a nós, pesquisadores, gestores e agentes do campo e da cidade reconhecermos a importância dessa categoria e desse debate para o ambiente territorial, para o campo e para a sociedade como um todo.

6 Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. IN: A questão agrária no Brasil hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GORENDER, Jacob. **Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil**. IN: A questão agrária no Brasil hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

MARTINS, J. de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PLOEG, J. D. V D. **O modo de produção camponês revisitado**. **Diversidade**: 2003. http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf

SABOURIN, Eric. **Será que existem camponeses no Brasil?** SABER, 47º Congresso de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

WANDERLEY, Maria N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO SÍTIO ARRUDA, EM ARARIPE - CE: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE

João Leandro Neto³⁸

Luciana Souza de Oliveira³⁹

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

DOI: 10.29327/1292658.8-10

1 Introdução

A Comunidade Quilombola do Sítio Arruda, localizada no município de Araripe-CE, apresenta uma história rica e cultura diversificada, preservando as tradições dos seus antepassados. Nesse contexto, compreender a geoambiental dessa região é de extrema relevância para a conservação e gestão sustentável do território quilombola. Com efeito, este artigo tem por objetivo basilar realizar uma qualificação geoambiental do Sítio Arruda, analisando seus aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, no intento de fornecer informações relevantes para o planejamento e desenvolvimento de ações voltadas para a preservação ambiental e valorização da comunidade.

A localização geográfica do Sítio Arruda, no município de Araripe, confere à comunidade características ambientais singulares e desafiadoras. Desse fator, compreender a interação entre o ambiente natural e as práticas culturais e econômicas dos quilombolas é fundamental para a preservação desse patrimônio vivo, e para o desenvolvimento sustentável da região. Este estudo de caracterização geoambiental busca analisar as particularidades do Sítio Arruda, levando em consideração os

³⁸ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail joao.leandro@discente.univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

³⁹ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: luciana.ifsertaope@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6396-1800>

aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Em suma, serão averiguados os dados/informações auferidas sobre solos, recursos hídricos, cobertura vegetal, relevo, clima e outros fatores relevantes, de autores/pesquisadores que permeiam esta temática de pesquisa, para entender as potencialidades e vulnerabilidades desta região.

Além disso, a pesquisa também abordará a relação dos quilombolas com o meio ambiente, considerando práticas agrícolas, atividades extrativistas, uso de recursos naturais e estratégias de adaptação às condições locais. A participação ativa da comunidade nesse processo de caracterização é fundamental, garantindo a valorização do conhecimento tradicional e a coleta de dados precisos e contextualizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A caracterização geoambiental envolve a análise integrada dos componentes naturais e humanos de um determinado território, considerando aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos. Para embasar essa análise, utilizaremos conceitos e contribuições de diversos autores, como mencionado.

No que diz respeito aos aspectos físicos, serão considerados os estudos de Ross (2012) sobre a geomorfologia da região, destacando as formas de relevo presentes e suas influências na distribuição dos recursos naturais. Quanto ao clima, serão abordadas as contribuições de Ab'Saber (2003), que discute as características climáticas do Bioma Caatinga, no qual a Comunidade do Sítio Arruda está inserida.

No aspecto biótico, será considerada a rica biodiversidade presente na região. Autores como Leal *et al.* (2010) trazem informações sobre a flora e fauna do Bioma Caatinga, ressaltando a importância da conservação desses recursos naturais para a manutenção dos ecossistemas. Em relação aos aspectos socioeconômicos, os estudos de Souza (2015) sobre as comunidades quilombolas, destacam a importância da preservação da identidade cultural e da valorização dos saberes tradicionais.

Conforme Ab'Sáber (1999), a caracterização geoambiental é uma abordagem multidisciplinar que busca compreender as interações entre os elementos naturais e humanos de determinada área, a fim de fornecer informações relevantes para a gestão e preservação ambiental. No contexto da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda, localizada em Araripe, é fundamental realizar uma análise detalhada do ambiente físico

e socioeconômico, considerando as particularidades desse território e a relação estabelecida pelos quilombolas com o meio ambiente.

No que se refere ao aspecto físico, a caracterização geoambiental deve investigar os elementos naturais presentes na área, tais como o relevo, a hidrografia, o clima, os solos e a vegetação. O relevo, por exemplo, pode apresentar variações significativas, com elevações, depressões e formas características que influenciam a ocupação humana e a utilização dos recursos naturais. Já a hidrografia, compreendendo rios, riachos e nascentes, desempenha papel crucial na subsistência da comunidade, uma vez que pode ser fonte de abastecimento de água, pesca e irrigação de cultivos.

O clima também é um fator determinante na caracterização geoambiental, pois influencia as atividades agrícolas, os padrões de chuva, as estações secas e úmidas, e até mesmo as estratégias de manejo dos recursos naturais adotadas pelos quilombolas. Além disso, a análise dos solos é fundamental para compreender a capacidade de uso da terra, identificar potenciais áreas degradadas e indicar práticas de conservação do solo.

No que diz respeito à vegetação, é importante investigar a cobertura vegetal original, possíveis áreas de desmatamento, fragmentação florestal e a presença de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção. Essa análise é relevante para a preservação da biodiversidade local, bem como para a identificação de recursos naturais utilizados pela comunidade, como plantas medicinais, frutas e madeiras.

Além dos aspectos físicos, a caracterização geoambiental também deve levar em consideração os aspectos socioeconômicos da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda. Isso inclui a identificação dos modos de subsistência, as atividades econômicas predominantes, as formas de organização social, as práticas culturais e o conhecimento tradicional relacionado ao uso e conservação dos recursos naturais. A análise socioeconômica auxilia na compreensão das dinâmicas locais, das demandas da comunidade e na formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável que valorizem e fortaleçam a identidade quilombola.

3 Metodologia

A metodologia utilizada para a caracterização geoambiental da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda se baseou em um levantamento de campo, no qual foram realizadas observações diretas e coletas de dados. Foram aplicadas técnicas como entrevistas com membros da comunidade, registro fotográfico, análise de documentos e levantamento bibliográfico (GIL, 2017).

Os dados coletados foram organizados e analisados de forma a identificar os principais aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos do Sítio Arruda. Foram considerados aspectos como o relevo, o clima, a vegetação, a fauna, as práticas agrícolas, a organização social e cultural da comunidade, dentre outros.

4 Resultados e Discussões

Os resultados obtidos indicam que o Sítio Arruda possui um relevo predominantemente plano, com algumas áreas de suave ondulação. Quanto ao clima, a região apresenta características típicas da Caatinga, com longos períodos de estiagem e temperaturas elevadas. Ao compreender os elementos geoambientais presentes na comunidade, é possível identificar os principais recursos naturais utilizados pelos moradores, assim como os impactos causados por suas atividades. Além disso, a caracterização geoambiental permitiu a identificação de possíveis riscos e vulnerabilidades ambientais que a comunidade enfrenta, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias de gestão e conservação sustentáveis.

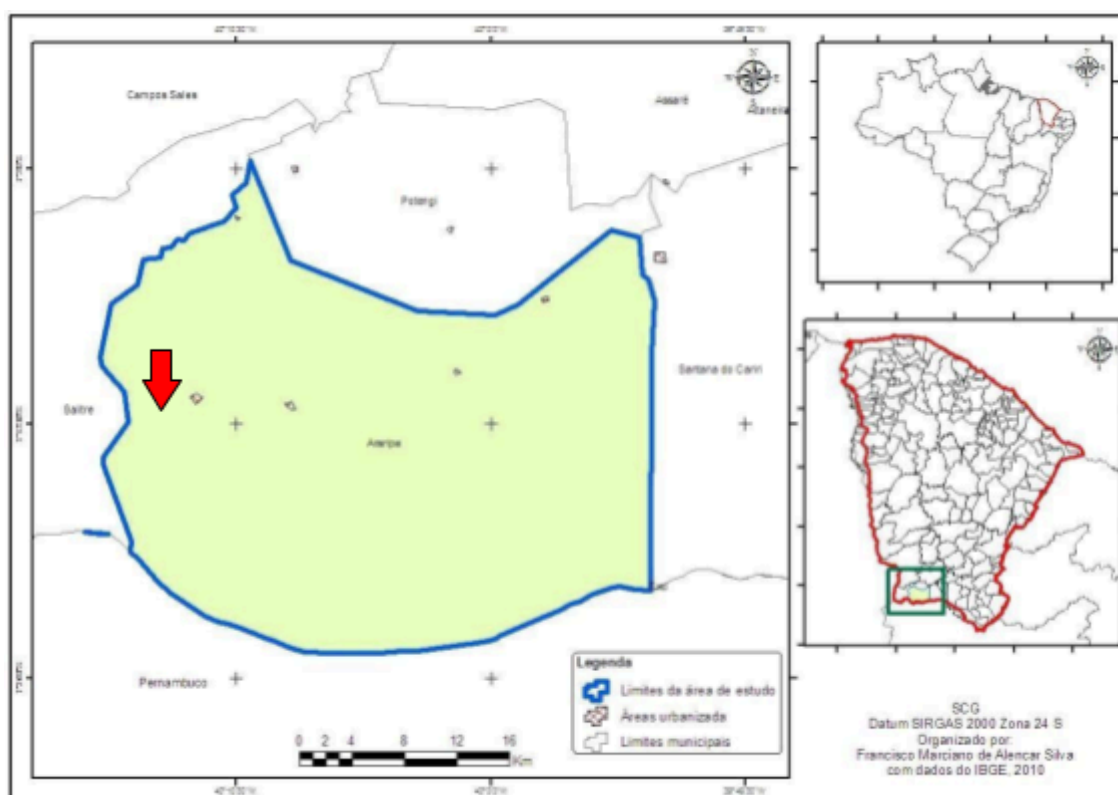
4.1 Localização do Sítio Arruda

O Sítio Arruda é uma comunidade tradicional e rural composta pelos descendentes de três famílias negras: Nascimento, Caetano de Souza e Pereira da Silva, cujos ancestrais viveram durante o período da escravidão. Essas famílias se originaram de escravos que vieram da região dos Inhamuns-CE (Caetanos de Souza), e da Chapada do Araripe (Pereira da Silva). Após a abolição da escravidão, os descendentes dos Nascimentos e dos Caetanos de Souza migraram para o Sítio

Coqueiro, no município de Araripe-CE, onde enfrentaram condições de trabalho desumanas por um longo período (LEANDRO NETO; RODRIGUES, 2019).

Há cerca de três décadas, muitas das famílias quilombolas tradicionais decidiram se mudar para o Sítio Arruda, também localizado no município de Araripe, onde residem atualmente. A comunidade é composta por 75 famílias remanescentes quilombolas do Sítio Arruda, além de várias outras que estão dispersas em outras regiões. Na comunidade, não existe uma linhagem genealógica predominante, sendo considerados legítimos herdeiros das terras todos os membros que possuem parentesco consanguíneo ou afim. Vale ressaltar que a comunidade considera como morador legítimo do quilombo qualquer pessoa que seja parente consanguíneo, mesmo que em grau mais afastado, ou parente afim ancestral, demonstrando a importância do vínculo familiar e da ancestralidade na identidade quilombola (RODRIGUES, 2021).

Figura 1: Mapa de localização da Comunidade quilombola do Sítio Arruda, Araripe



Fonte: Elaborado por Francisco Marciano de Alencar. Geografo, URCA (2016).

4.2 Vegetação

A vegetação predominante na região é a caatinga arbustiva, composta por arbustos, cactáceas, espinhosas, árvores de pequeno porte e plantas xerófitas. Entre as espécies mais comuns estão a catingueira (*Caesalpinia bracteosa*), o mandacaru (*Cereus jamacaru*), o xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), a aroeira (*Myracrodruon urundeuva*) e o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) (SOUSA; FERNANDES, 2016).

Além disso, é possível encontrar algumas áreas de mata ciliar e vegetação de galeria ao longo dos cursos d'água da região, como o rio Araripe. Essas áreas possuem maior umidade e abrigam espécies como o pau-d'arco (*Tabebuia sp.*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*) e o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*).

A presença da vegetação de Caatinga arbustiva e das áreas de mata ciliar no Sítio Arruda contribui para a conservação do solo, fornecimento de alimentos e abrigo para a fauna local. Essa vegetação adaptada às condições do clima semiárido desempenha um papel importante na manutenção da biodiversidade e na preservação dos recursos naturais da região.

4.3 Clima

A Comunidade apresenta um clima quente e seco, com variações sazonais bem definidas. Durante a maior parte do ano, a comunidade do Sítio Arruda experimenta altas temperaturas, com médias que geralmente variam entre 25°C e 35°C. Os meses mais quentes são geralmente de setembro a dezembro, quando as temperaturas podem ultrapassar os 40°C. Essas altas temperaturas são influenciadas pela proximidade com o Equador e a falta de grandes massas de água na região.

Em relação à precipitação, a comunidade do Sítio Arruda enfrenta um regime de chuvas bastante irregular. A maior parte da chuva ocorre durante a estação chuvosa, que geralmente vai de dezembro a abril. Durante esse período, as chuvas podem ser intensas e ocorrer em forma de tempestades. No entanto, a quantidade total de chuva anual é relativamente baixa, variando entre 400mm e 800mm (IPECE, 2018).

Essa falta de chuva e a alta evaporação resultam em uma vegetação típica do clima Semiárido, caracterizada pela presença de Caatinga, com árvores e arbustos adaptados à escassez de água, como cactus, xique-xique e mandacaru. A agricultura

na comunidade do Sítio Arruda é desafiadora devido à falta de água, exigindo técnicas de conservação e aproveitamento eficiente dos recursos hídricos disponíveis.

Além disso, os moradores do Sítio Arruda precisam lidar com a seca prolongada e a escassez de água, o que pode representar desafios para o abastecimento doméstico e a criação de animais. A comunidade desenvolve estratégias de sobrevivência, como a construção de cisternas para coleta de água da chuva e o uso de técnicas de agricultura adaptadas às condições climáticas.

4.4 Relevo

A Comunidade Quilombola do Sítio Arruda, localizada no município de Araripe, possui um relevo que reflete as características típicas da região onde está situada. Araripe está localizada no estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil, e possui um relevo predominantemente plano, com ocorrência de algumas elevações de baixa altitude.

A comunidade quilombola está situada em uma área que apresenta uma mescla de relevos suaves e ondulados. O relevo é caracterizado por colinas suaves e morros de baixa altitude, com formas arredondadas e suaves declividades. Essas colinas e morros são geralmente compostos por solos rasos e arenosos, resultantes da ação de processos erosivos e sedimentares ao longo do tempo (BISPO, 2017).

A região é cortada por alguns cursos d'água, que contribuem para a modelagem do relevo e para a disponibilidade hídrica da comunidade. Esses rios e riachos geralmente apresentam um perfil de leito com pouca sinuosidade, devido à suavidade do relevo.

4.5 Aspectos econômicos e culturais

A comunidade quilombola do Sítio Arruda desenvolve práticas agrícolas tradicionais, com destaque para o cultivo de milho, feijão, mandioca e algumas frutas típicas da região. Além disso, preservam técnicas de manejo sustentável da terra, evitando a degradação ambiental. A organização social da comunidade é baseada em princípios de solidariedade, cooperação e respeito à natureza. Os saberes tradicionais

são valorizados, com a transmissão de conhecimentos ancestrais sobre o uso sustentável dos recursos naturais (MARQUES, 2010).

Segundo Bispo (2017), a Comunidade Quilombola do Sítio Arruda mantém uma relação de respeito e cuidado com a natureza ao seu redor. Os moradores possuem um conhecimento profundo dos recursos naturais locais e das práticas sustentáveis de uso da terra. Eles desenvolveram técnicas agrícolas adaptadas às condições do solo e do clima, como o cultivo de espécies resistentes à seca e a implementação de sistemas de captação de água da chuva.

A comunidade também desempenha um papel importante na preservação da biodiversidade da região, protegendo áreas de mata nativa e promovendo o reflorestamento de espécies típicas da Caatinga e do Cerrado. Essas ações contribuem para a conservação dos recursos naturais e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais para o equilíbrio ambiental.

4.6 Soluções propostas

A comunidade quilombola do Sítio Arruda, enfrenta diversos problemas ambientais que ameaçam a sua sustentabilidade e qualidade de vida. Esses desafios são resultantes da interação entre fatores socioeconômicos, culturais e ambientais, que demandam soluções integradas e conscientização por parte da comunidade e das autoridades responsáveis.

Um dos principais problemas enfrentados na caracterização geoambiental do Sítio Arruda é a degradação dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos. A falta de saneamento básico adequado e o uso indiscriminado dos cursos d'água têm levado à contaminação e escassez de água potável. Para solucionar essa questão, é fundamental implementar medidas como a construção de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação desses recursos.

Além disso, a comunidade enfrenta problemas relacionados à erosão do solo e desmatamento. A prática de agricultura intensiva sem técnicas de conservação do solo tem contribuído para a degradação dos terrenos, levando à perda de fertilidade e à diminuição da produtividade agrícola. Nesse sentido, é necessário promover o manejo sustentável das áreas agrícolas, incentivando a adoção de práticas como o plantio

direto, o terraceamento e a rotação de culturas. A realização de cursos e capacitações sobre técnicas agrícolas sustentáveis também é essencial para conscientizar os agricultores locais.

Outro desafio ambiental enfrentado pela comunidade é a falta de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos. O acúmulo de lixo em áreas impróprias provoca a contaminação do solo e da água, além de contribuir para a proliferação de doenças. Para solucionar esse problema, é fundamental estabelecer um sistema de coleta seletiva e promover a educação ambiental, orientando os moradores sobre a separação correta dos resíduos e incentivando a reciclagem.

Além das soluções mencionadas, é crucial envolver a comunidade quilombola do Sítio Arruda em ações de preservação e recuperação ambiental. A promoção de atividades de reflorestamento com espécies nativas, a criação de áreas de proteção ambiental e a valorização dos conhecimentos tradicionais relacionados à conservação da natureza são estratégias importantes nesse contexto. Além disso, é fundamental estabelecer parcerias com órgãos governamentais, ONGs e instituições de pesquisa para garantir o suporte técnico e financeiro necessário para a implementação dessas soluções.

A caracterização geoambiental da comunidade quilombola do Sítio Arruda revela uma série de problemas ambientais que exigem a adoção de medidas integradas e sustentáveis. A conscientização da comunidade, aliada à implementação de políticas públicas efetivas, é fundamental para garantir a preservação dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade dessa comunidade tão importante para a história e cultura brasileira.

5 Conclusões

A caracterização geoambiental da Comunidade do Sítio Arruda evidenciou a importância de compreender os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da região para a preservação ambiental e valorização da comunidade. Os resultados obtidos fornecem subsídios para a elaboração de estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável, considerando a identidade cultural e os saberes tradicionais dos quilombolas.

A preservação da biodiversidade, o manejo sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento da cultura quilombola são fundamentais para a garantia da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Portanto, é necessário promover ações que valorizem e respeitem a comunidade do Sítio Arruda, reconhecendo sua importância histórica, cultural e ambiental.

6 Referências

AB'SABER, A. N. Biogeografia da Amazônia. *In*: ADOLFO, A. T. Bernardes (Eds.), **Amazônia: ciência e cultura**. São Paulo: Metalivros, 2003.

AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos avançados**, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

BISPO, G. L. **Plantas medicinais na comunidade quilombola Arruda, Araripe-CE: conhecimento e sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.

IPECE. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceara**, 2018. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

LEAL, I. R.; SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; LACHER J. T. E. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**, v. 6, n. 1-2, p. 9-15, 2010.

LEANDRO NETO, J.; RODRIGUES, T. A. História e memória da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe - CE. **Revista África e Africanidades**, Quissamã, p. 1 - 4, 05 nov. 2019.

MARQUES, J. D. G. **Relatório Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Sítio Arruda**. INCRA. Fortaleza, 2010.

RODRIGUES, T. A. **Os princípios do Bem Viver na Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe - Ceará**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2021.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUSA, G. M.; FERNANDES, G. P. Caracterização geoambiental da Comunidade quilombola Sítio Arruda em Araripe-CE. **Caderno de Estudos Geoambientais – CADEGEO**, v. 7, n. 1, p. 45-55, 2016.

SOUZA, M. L. S. Territórios quilombolas e patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 42, p. 64-85, 2015.

Florescer Curativo: uma jornada sobre plantas medicinais, Mulherismo Africana e amor

Angela das Chagas Teles⁴⁰

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

DOI: 10.29327/1292658.8-12

1 Introdução

A medicina tradicional baseada em plantas é uma prática ancestral presente em diversas culturas, incluindo a africana. No Brasil, onde a influência africana é significativa, o conhecimento sobre plantas medicinais é transmitido de geração em geração. No entanto, há uma lacuna na literatura acadêmica que aborda o uso das plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana, que enfatiza o poder e o papel das mulheres negras na sociedade. Essa lacuna ganha ainda mais relevância quando consideramos a perspectiva da agroecologia.

A agroecologia, segundo Caporal e Costabeber (2009), é descrita como um campo de conhecimento científico que busca redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, levando em consideração as inter-relações e influências mútuas entre as sociedades. Essa abordagem pode ser aplicada de forma significativa no cultivo e produção de plantas medicinais, pois se baseia em um enfoque holístico que traz melhorias para a coletividade.

Diante dessa lacuna na literatura, o objetivo desta pesquisa é preencher as lacunas existentes, oferecendo uma análise abrangente da realidade brasileira atual em relação ao uso de plantas medicinais. Esse estudo será realizado à luz do Mulherismo Africana, das concepções de amor prático voltado para ação e cuidado em comunidade de Bell Hooks e da perspectiva agroecológica, que enfatiza as práticas sustentáveis no cultivo e produção de alimentos.

⁴⁰ Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: angelita.teles@hotmail.com ORCID: 0009-0008-4867-9151

O problema de pesquisa que norteia este estudo é compreender qual é o papel das plantas medicinais na perspectiva do Mulherismo africana, nas concepções de amor de Bell Hooks e como essa interseção influencia a saúde e o bem-estar das comunidades brasileiras. Além disso, busca-se entender como as práticas sustentáveis da agroecologia podem contribuir para a valorização e sustentabilidade dessas plantas medicinais.

Ao explorar essa problemática, almeja-se obter um entendimento mais aprofundado do papel das plantas medicinais na perspectiva do Mulherismo africana e nas concepções de amor de Bell Hooks, bem como sua influência na saúde e no empoderamento das mulheres na realidade brasileira contemporânea, levando em consideração também as práticas sustentáveis da agroecologia no cultivo e produção dessas plantas medicinais. Essa análise abrangente poderá contribuir para o desenvolvimento de abordagens mais inclusivas, culturalmente sensíveis e sustentáveis para a promoção da saúde das mulheres e o uso adequado das plantas medicinais na sociedade brasileira.

2 Referencial teórico

As plantas medicinais têm sido amplamente utilizadas na medicina tradicional em várias culturas ao redor do mundo, incluindo a africana. Segundo Rosa et al. (2014), essas ervas possuem propósitos terapêuticos observados nas famílias afroamericanas, inclusive em rituais religiosos místicos e curativos. Nas famílias negras brasileiras, o uso de plantas é amplamente praticado como parte da cultura, refletindo a forte influência africana no Brasil. O conhecimento sobre plantas medicinais tem sido transmitido de geração em geração nesse contexto. Para Rosa et al. (2014), essas plantas possuem propriedades terapêuticas e são utilizadas para tratar uma variedade de condições de saúde, desde problemas digestivos até doenças mais complexas".

De acordo com Caporal e Costabeber (2009), a agroecologia busca integrar os saberes históricos de agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do modelo atual de desenvolvimento. Essa abordagem da agroecologia complementa o uso de plantas medicinais na medicina tradicional, fornecendo uma visão mais holística e sistêmica no contexto da saúde e do bem-estar das comunidades.

Nesse contexto, Fernandes e Santos (2016) destacam que as mulheres negras ocupam um papel de destaque no espaço político, atuando como lideranças comunitárias e chefes de família. Além disso, são responsáveis pela transmissão dos conhecimentos sobre plantas medicinais ao longo das gerações. Guedes (2018), ressalta que, na história do Brasil, especialmente em áreas rurais, as mulheres negras desempenharam um papel importante no trabalho cooperativo e na resistência, envolvendo-se em diversas atividades, incluindo o cultivo de plantas para subsistência e uso medicinal. A pesquisa científica tem contribuído para explorar os benefícios e a eficácia das plantas medicinais, validando seu uso na prática clínica.

No enfoque do Mulherismo Africano, valoriza-se o poder e o papel das mulheres na sociedade. Esse conceito segundo Njeri e Ribeiro (2019), oferece uma nova perspectiva centrada nas mulheres negras africanas e da diáspora, buscando compreender, refletir e agir na luta antirracista e de sobrevivência do povo preto, a partir de uma visão pan-africana e diaspórica. Desse modo, enfatiza a importância do conhecimento ancestral transmitido pelas mulheres, incluindo o conhecimento sobre plantas medicinais.

No Brasil, essa abordagem do Mulherismo Africano tem sido valorizada em comunidades afro-brasileiras, que reconhecem a importância das plantas medicinais como parte integrante do cuidado da saúde da comunidade. Segundo Araújo (2022), as mulheres africanas são colocadas no centro de suas próprias experiências no movimento de afrocentramento, que utiliza elementos culturais próprios dessa comunidade. Essa valorização do conhecimento feminino e das práticas tradicionais de cura baseadas em plantas medicinais contribui para uma abordagem mais inclusiva e culturalmente sensível à saúde.

Além disso, as concepções de amor de Bell Hooks trazem importantes reflexões para a discussão sobre saúde e bem-estar na comunidade. Para Bell Hooks, o amor envolve cuidado, afeição, reconhecimento, compromisso, respeito e confiança, comunicação aberta e honestidade. Além disso, está claro em seus escritos que a capacidade de amar nos ensina a ter compaixão e afirmar nossa conexão com a coletividade. Essa perspectiva amplia o entendimento do cuidado com a saúde, destacando a importância do auxílio mútuo e da promoção de ambientes de cuidado saudáveis. Essas ideias podem ser aplicadas ao contexto da utilização de plantas

medicinais, onde o cuidado e a preocupação com o bem-estar exercido pelas mulheres são fundamentais.

Njeri e Ribeiro (2019) afirmam que, de acordo com sua visão, o ventre do mundo é africano e é governado por matriarcas, elas destacam que as mulheres negras possuem o sangue da vida, que está intrinsecamente ligado à sua terra sagrada, o Ara. No contexto da realidade brasileira atual, a combinação dessas três temáticas oferece uma perspectiva enriquecedora. A compreensão do uso de plantas medicinais na perspectiva do Mulherismo Africana, considerando as concepções de amor de Bell Hooks, pode fornecer insights valiosos sobre como promover a saúde e o bem-estar das comunidades. Conforme destacado por Guedes (2018), as mulheres têm o objetivo de preservar os conhecimentos transmitidos por seus ancestrais sobre o uso e manipulação desses recursos, permitindo-lhes tratar certas doenças que afetam a comunidade. Essa abordagem integrativa reconhece a importância do conhecimento tradicional, do empoderamento feminino e do cuidado amoroso nas práticas de cura e autocuidado.

No entanto, é importante ressaltar que existem lacunas na literatura acadêmica sobre essas interseções específicas. Ainda há a necessidade de pesquisas mais aprofundadas que explorem os efeitos das plantas medicinais na perspectiva do Mulherismo Africana e como as concepções de amor em uma definição realista podem influenciar as práticas de cuidado.

3. Metodologia

Este estudo adotará uma abordagem de revisão integrativa para examinar o papel das plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana e nas concepções de amor voltadas para a prática do cuidar na coletividade, considerando a realidade brasileira. Essa abordagem sintetiza o conhecimento e incorpora os resultados de estudos relevantes na prática, possibilitando responder à questão central da pesquisa.

A metodologia seguirá as seis fases da revisão integrativa, conforme explicado por Souza et al.(2010) e Botelho et al. (2011). Essas fases incluem a elaboração da pergunta norteadora, busca na literatura, coleta e análise crítica dos estudos, discussão dos resultados e síntese dos dados.

No estudo, serão utilizadas palavras-chave como "plantas medicinais e mulheres negras" para realizar uma busca em bancos de dados como Google Acadêmico e Scielo, a fim de localizar estudos relevantes. Critérios de inclusão e exclusão serão estabelecidos para selecionar estudos qualitativos e quantitativos, literatura científica que abordam a utilização de plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana e nas concepções de amor de Bell Hooks, com foco na realidade brasileira.

Os estudos pré-selecionados serão categorizados de acordo com os temas relevantes relacionados à pesquisa. Em seguida, os resultados serão analisados e interpretados para identificar padrões, tendências e lacunas na literatura. Por fim, será realizada uma síntese do conhecimento, reunindo informações relevantes e oferecendo uma visão abrangente.

Essa metodologia seguirá os princípios da pesquisa integrativa, conforme destacado por Botelho et al.(2011), buscando apreciar a problemática e contribuindo para o avanço do conhecimento nessa área específica.

4 Resultados e Discussão

A pesquisa adotou uma abordagem de revisão integrativa com o objetivo de preencher as lacunas existentes na literatura acadêmica, proporcionando uma análise abrangente da realidade brasileira atual em relação ao uso de plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana e das concepções de amor de Bell Hooks. Foram encontrados sete estudos dos quais apenas três foram relevantes dentro dos propósitos da pesquisa para embasar a discussão.

O primeiro estudo caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa baseada em um estudo de caso que buscou descrever os itinerários terapêuticos de mulheres quilombolas de uma comunidade localizada no agreste de Alagoas. Foram selecionadas três moradoras da comunidade que apresentaram histórico de agravo em saúde. O estudo foi desenvolvido em três etapas: revisão bibliográfica, inserção dos pesquisadores na comunidade e identificação dos itinerários terapêuticos por meio de entrevistas semi-estruturadas. Duas categorias temáticas foram construídas e analisadas: a vida da mulher na comunidade quilombola e suas concepções de saúde/doença, e itinerários terapêuticos como caminhos para o cuidado à saúde da mulher quilombola. O estudo permitiu compreender as formas de cuidado produzidas

pelas mulheres da comunidade em relação ao serviço de atenção básica prestado no território.

O segundo estudo teve como objetivo realizar um levantamento etnobotânico sobre o conhecimento e uso de plantas medicinais por moradores de duas comunidades quilombolas no município de Coremas, Paraíba. Foram entrevistadas 72 famílias, sendo 72 mulheres e 54 homens. O levantamento identificou 17 espécies de plantas medicinais distribuídas em 14 famílias botânicas. As entrevistas revelaram que as plantas mais utilizadas são ervas, principalmente as folhas utilizadas no preparo de chás. A maioria das espécies é cultivada em jardins e quintais, indicando a afinidade das comunidades com a flora local.

O terceiro estudo utilizou uma abordagem etnográfica para explorar crenças, valores e práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais entre famílias negras de baixa renda em uma comunidade da periferia da cidade de São Paulo. Foram entrevistadas 20 mulheres negras. Dois subtemas culturais emergiram dos resultados: "Uso remédios que aprendi a fazer com minha mãe e com os religiosos para cuidar das doenças" e "Remédios caseiros servem para resolver problemas que não são graves, pois tenho sempre que preciso, é de graça e não precisa de receita médica". Esses subtemas representam as crenças, valores e práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais nesse contexto.

Os estudos analisados contribuem para ampliar o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana e das concepções de amor de Bell Hooks. Eles destacam a importância das práticas de cuidado e conhecimento tradicional das comunidades estudadas, bem como os desafios enfrentados pelas mulheres negras de baixa renda no acesso aos serviços de saúde convencionais. Essas pesquisas fornecem subsídios valiosos para a promoção de abordagens mais inclusivas e culturalmente sensíveis à saúde, considerando a diversidade cultural e os saberes tradicionais das comunidades envolvidas.

A análise crítica dos estudos revela sua relevância ao ampliar o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana e das concepções de amor de Bell Hooks. Essas pesquisas enfatizam não apenas a importância das práticas de cuidado e conhecimento tradicional das comunidades estudadas, mas também destacam os desafios enfrentados pelas mulheres negras de baixa renda no acesso aos serviços de saúde convencionais.

Ao reconhecer a valorização dos saberes e práticas tradicionais, esses estudos oferecem subsídios valiosos para a promoção de abordagens mais inclusivas e culturalmente sensíveis à saúde. A atenção às diversidades culturais e a incorporação dos saberes tradicionais das comunidades envolvidas podem contribuir para a criação de um sistema de saúde mais equitativo e eficaz, que atenda às necessidades específicas dessas populações.

É importante destacar que as pesquisas abordam a realidade das mulheres negras de baixa renda, que muitas vezes enfrentam obstáculos socioeconômicos significativos para acessar os serviços de saúde convencionais. Ao focar o uso de plantas medicinais e o conhecimento tradicional como estratégias de cuidado, os estudos fornecem uma visão mais ampla das práticas de saúde existentes nessas comunidades, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de políticas e programas de saúde que sejam culturalmente sensíveis e inclusivos.

5 Conclusões

As conclusões desta revisão integrativa ampliam o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais no contexto do Mulherismo Africana e das concepções de amor que envolve o cuidado, afeição, reconhecimento, compromisso, respeito e confiança, comunicação aberta e honestidade em um sentido de coletivo, destacando também lacunas na literatura acadêmica. Essas lacunas podem ser identificadas da seguinte forma: Primeiramente, há uma escassez de estudos específicos que explorem a interseção entre o uso de plantas medicinais, o Mulherismo Africana e as concepções de amor. A falta de pesquisas nessa área limita nosso entendimento sobre o papel desses elementos na saúde e bem-estar das comunidades. Além disso, é importante ressaltar que a voz e os conhecimentos específicos dessas mulheres ainda são pouco valorizados. É necessário promover estudos que deem espaço adequado para suas experiências relacionadas ao uso de plantas medicinais e práticas de cuidado.

Outra lacuna identificada está relacionada à carência de evidências científicas robustas. A falta de estudos de eficácia e segurança compromete nossa compreensão dos efeitos das plantas medicinais, suas interações com outros tratamentos, dosagens adequadas e possíveis efeitos adversos. É fundamental realizar mais pesquisas nessa área para embasar o uso de plantas medicinais em evidências científicas sólidas.

Por fim, é crucial abordar os desafios enfrentados pelas mulheres negras de baixa renda ao acesso aos serviços de saúde convencionais e como isso influencia a utilização de plantas medicinais como uma alternativa de cuidado. Essa realidade deve ser considerada abordada em estudos futuros.

7 Referências

ARAÚJO, Ayni Estevão de. **A Agência política de mulheres negras sob a perspectiva do Mulherismo Africana: para além do ensurdecimento**. ODEERE, v. 7, n. 1, p. 93-106, 2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais**. Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.). COSTABEBER, José Antônio. PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

GUEDES, Ana Célia Barbosa. **Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.
NJERI, A; RIBEIRO, K. **MULHERISMO AFRICANA: práticas da diáspora brasileira**. Currículo sem Fronteiras, v.19, n.2, p.595-608, 2019.

ROSA, Patricia Lima Ferreira Santa; HOG, Luiza Akiko Komura; SANTANA, Mônica Feitosa; SILVA, Pâmela Adalgisa Lopes. **Uso de plantas medicinais por mulheres negras: estudo etnográfico em uma comunidade de baixa renda**. Revista da Escola de Enfermagem da USP. v. 48, n. Esp, p. 46-53, 2014.

SOUSA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de.

Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 8, n., p. 102-106, 2010.

Perspectiva e análise qualitativa estrutural da Feira Agroecológica do bairro Casa Forte, zona noroeste do Recife-PE

Claudio José Dias Silva⁴¹

Davison José Bezerra de Oliveira Silva⁴²

Eduarda Oliveira Casanova⁴³

João Gustavo Soares de Araújo⁴⁴

Walter Santos Evangelista Júnior⁴⁵

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

DOI: 10.29327/1292658.8-3

1. Introdução

Os modelos alternativos de agricultura que se contrapõem ao modo de agricultura convencional, baseado no uso de produtos químicos e em práticas agressivas ao meio ambiente, envolvem contingentes expressivos de produtores no Brasil e no mundo. O que lhes confere uma considerável importância social, embora em termos relativos possua peso modesto, tanto no que se refere à área cultivada com produtos orgânicos quanto no que concerne à produção (ARAÚJO *et al.*, 2015). Esses modelos ou formas de agricultura que não utilizam agrotóxicos, ou reduzem ao máximo o seu uso são contrárias ao agronegócio sendo baseados na produção agrícola em equilíbrio com a natureza (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

⁴¹ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: cjdsilva@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3440-8258>

⁴² Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: davison.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1021-119X>

⁴³ Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: casanovaeduarda@gmail.com; ORCID: não consta

⁴⁴ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: gustavoevolucao@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0182-0073>

⁴⁵ Doutor em Entomologia. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: walter.evangelistajunior@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3845-5225>

Um desses tipos de agricultura é a baseada nos princípios da Agroecologia que defende a possibilidade de agroecossistemas saudáveis, produtivos e com sintonia entre plantas, solo, nutrientes, ar, água e os vários organismos vivos que habitam e coexistem na natureza. Esta forma de agricultura, ou agricultura de base agroecológica (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011), busca produção sustentável, com ambientes agrícolas favoráveis e férteis, respeito às interações entre os próprios elementos da natureza e, que assim proteja e fortaleça as plantações e, conseqüentemente, oferecem colheitas de produtos com qualidade adequada à saúde e segurança alimentar de quem consome (ALTIERI, 2012).

Uma das formas de escoamento da produção de base agroecológica são as feiras orgânicas ou agroecológicas. Essas feiras, geralmente localizadas em espaços de grande circulação nos municípios, são baseadas no comércio de alimentos provenientes da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e de assentamentos, e se difundem pelo Brasil e pelo mundo, gerando novas vivências nos espaços públicos das cidades (SANTANA et al., 2022). Essas feiras propiciam maior proximidade entre produtores rurais e consumidores, removendo a necessidade da intermediação de atravessadores, barateando os produtos e aumentando o rendimento do produtor. Tal aproximação também gera benefícios para o produtor rural, que passa a ter seu trabalho e seu produto mais valorizados e benefícios para os consumidores que passam a levar para casa itens mais saudáveis com maior confiabilidade e responsabilidade de produção sustentável (SANTOS, 2017).

Ainda neste contexto, com relação a venda de produtos agroecológicos e orgânicos nas feiras, através da eliminação da figura do atravessador, de modo geral, é possível que os produtores consigam vender seus itens a preços superiores aos que são praticados pelo mercado convencional, e os consumidores podem comprar a preços inferiores em relação a esse mesmo mercado, resultando em produtos mais saudáveis e mais baratos e, ainda assim, obter maior ganho para os pequenos produtores (ANDRIONI; CAETANO, 2019).

Em relação às feiras agroecológicas presentes em Pernambuco, existem 92 feiras (DAS, 2019), sendo Pernambuco um dos estados brasileiros com maior número de feiras agroecológicas. Na região metropolitana do Recife, 50 feiras agroecológicas estão em espaços de funcionamento (SANTANA et al., 2022), com destaque as feiras agroecológicas das Graças, do Sítio da Trindade, de Casa Forte, Boa Viagem e

Cordeiro, todas com funcionamento semanal, principalmente, aos fins de semana (DIÁRIO DE PERNAMBUCO 2019 e PREFEITURA DO RECIFE, 2023). Destas, segundo a sistematização da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife, listam um total de quarenta e duas feiras Agroecológicas registradas e consideram destaque quanto às dificuldades de organização, espaço físico e fiscalização cinco feiras (Graças, Casa Forte, Rosarinho, Setúbal e Coopergás).

Para este trabalho, decidimos focar nas dificuldades observadas no funcionamento da Feira Agroecológica de Casa Forte. Casa Forte é um bairro de classe média-alta localizado na Zona Noroeste do município de Recife-PE, capital do estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. O bairro possui um dos mais elevados níveis de renda per capita da capital pernambucana e alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,955) (IBGE, 2010; JORNAL DO COMERCIO, 2015).

O objetivo deste trabalho foi realizar observações acerca das características e fluxos de funcionamento da feira agroecológica de Casa Forte, especificamente por ser considerada uma das mais desordenadas das cadastradas para uma melhor organização baseada nas observações e diálogos com feirantes e clientes, entender as problemáticas atuais e identificar os principais gargalos, e sugerir melhorias na estrutura organizacional da feira.

2. Referencial teórico

- Agroecologia e Feiras Agroecológicas

A Agroecologia une ideias agrícolas e sociais que favorecem a gestão dos agroecossistemas sustentáveis, sendo ferramenta de apoio teórico à transição da agricultura convencional para agricultura agroecológica. A união entre Agroecologia e iniciativas de diversas representações da sociedade em busca de uma agricultura limpa e, portanto, menos prejudicial ao ambiente e ao ser humano, tem como pressuposto o esvaziamento do modelo agroquímico de produção agrícola (ALTIERI, 2012). A Agroecologia está fortemente ligada ao respeito à biodiversidade, à priorização das culturas locais e ao planejamento de plantio, desenvolvimento e colheita de produtos associados a cada estação do ano (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

Dentre as mais importantes vias de escoamento dos produtos advindos da produção de base agroecológica estão, justamente, as feiras orgânicas ou agroecológicas. Além de espaços de atividades de comercialização de alimentos, estas feiras são importantes instrumentos de trocas de experiências, socialização de saberes em rodas de conversas, troca de sementes, promoção da segurança e a soberania alimentar, baseada no compromisso com a preservação do meio ambiente e venda direta de produtos a um preço mais justo (DIAS e SOUZA, 2014).

As feiras agroecológicas consistem, também, em espaços de manifestação e fortalecimento cultural, e de valorização de modo de produção agrícola em prol de projeto de sociedade mais equilibrado em termos da relação do ser humano com o planeta em que habita (BONADIMAN *et al.*, 2018). Os produtos comercializados nestas feiras são provenientes de sistema agrícola de base ecológica, que está relacionado com utilização de técnicas de compostagem, reciclagem de resíduos sólidos, uso de adubos verdes, manejo e controle biológico de insetos (TERRA; COSTA, 2017).

Em Recife, as feiras agroecológicas surgiram após os produtores de orgânicos constatarem que têm relevante dificuldade em comercializar seus produtos em feiras convencionais, pois a produção natural ocorre em escala menor. Além disso, a figura do atravessador prejudicava o rendimento. As primeiras iniciativas de organização de pontos específicos de comercialização de produtos orgânicos foram implementadas no Recife, a partir de 1997. O sucesso das feiras tem criado um movimento favorável para o crescimento desta forma de comercialização (FARIAS *et al.*, 2010; SANTANA *et al.*, 2022).

- Consumo de Produtos Orgânicos

Na esfera da Agroecologia, a modalidade de agricultura orgânica está posta como uma alternativa sustentável à prática convencional de produção alimentícia, configurando-se como um sistema que maneja, de modo equilibrado e racional, o solo e demais recursos do ambiente, fazendo uso de insumos naturais em detrimento aos insumos químicos, e que se alinha com a sustentabilidade ambiental, propiciando a sociedade a disponibilização dos chamados “produtos orgânicos” (SCARPARI; ZIMMERMANN, 2021). O consumo de produtos orgânicos no mundo está em crescimento, uma das causas está relacionada à disseminação e fluxos de informação

nas mais diversas camadas sociais, da importância ambiental, econômica, social e de saúde associadas à produção e consumo destes itens. (TERRA; COSTA, 2017).

Muitos aspectos podem influenciar as pessoas a realizar, ou não, o consumo de alimentos orgânicos, desde a consciência da existência de hábitos alimentares mais saudáveis até as condições socioeconômicas. A demanda por alimentos saudáveis, sem agrotóxicos tem atraído mais consumidores para as feiras agroecológicas e difundindo a ideia de agroecologia entre as pessoas (OLIVEIRA *et al.* 2005).

É fundamental perceber que qualquer produto para ser classificado como orgânico deve atender previamente às demais legislações pertinentes, principalmente nos que tange quesitos sanitários e ambientais. Os produtos orgânicos podem ser vendidos de forma direta ao público consumidor ou de maneira indireta, ou seja, quando são adquiridos, em supermercados, restaurantes e empórios, por exemplo (DIAS; SOUZA, 2014).

O sistema orgânico de produção, no Brasil, está regulamentado pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, caracterizado pelo uso de técnicas produtivas específicas, com utilização otimizada e eficiente de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais produtoras, objetivando a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, o emprego, sempre que possível, de métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a não-utilização de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer etapa dos processos de produção, processamento, estocagem, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Um elemento básico das leis e normas instituídas a partir de 2003 é a ideia de controle social, algo intrinsecamente vinculado ao trabalho associativo dos produtores. Neste contexto, podem realizar venda direta de produtos orgânicos os agricultores familiares vinculados a Organizações de Controle Social (OCS) devidamente cadastradas no Mapa. As OCSs geram credibilidade pela sociedade, a partir da interação de pessoas ou organizações, com base na confiança, participação, comprometimento, transparência, papel ativo dos consumidores, responsabilidade solidária e funcionamento de instâncias de controle. As famílias agricultoras ligadas às OCSs das associações são identificadas por meio da Declaração de Cadastro

fornecida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Esta declaração deve estar disponível em local facilmente visível no ponto de comercialização e/ou disponibilizada no momento da venda dos produtos aos programas públicos e/ou na entrega de cestas em residências (ARAÚJO *et al.*, 2015; BRASIL 2020).

3. Metodologia

Este trabalho foi realizado a partir de visitas à Feira Agroecológica do bairro de Casa Forte, zona noroeste do Recife, entre os meses de abril a junho de 2023. Foram realizadas observações diretas da feira, coleta de informações através de diálogo com feirantes, participação de reuniões presenciais e remotas com a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife, Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO), Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), associações de feirantes e Ministério Público e registros de vídeo e fotográficos da feira.

A primeira visita foi realizada em conjunto por docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), com posterior retorno dos autores deste trabalho para consolidação das informações. Durante as visitas foram realizadas conversas com feirantes agroecológicos e clientes/transeuntes, a fim de obter as respectivas percepções e impressões no que tange a existência e funcionamento da feira. Também foram realizadas observações individuais pelos autores deste trabalho, percepções da feira como um todo e possibilidades de melhorias.

Quanto a criação da identidade visual para a feira, foram realizadas reuniões remotas para sugestões e aprovação de uma logomarca a ser utilizada em produtos de divulgação pelos feirantes em barracas, espaços da feira e mídias digitais, diferenciando os agricultores agroecológicos dos demais feirantes, no intuito de chamar a atenção para a importância desta identificação.

4. Resultados e Discussão

Já na primeira ida à feira tivemos dificuldade de identificar os feirantes Agroecológicos dos demais e foi avaliada e aceita a sugestão de elaboração de um

plano organizativo, de identificação e identidade visual, na tentativa de mitigar esta dificuldade.

Nas reuniões com a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife foram observados os trabalhos realizados em todas as 42 feiras cadastradas na Prefeitura do Recife, levantadas as dificuldades de cada uma e oportunidades de melhoria. Em relação à Feira de Casa Forte, a Prefeitura, a Adagro e o Ministério Público estão fazendo uma ação de tentativa de organização da disposição da feira, fiscalização e identificação do local. A participação nestes debates foi muito rica por observar de forma estruturada a construção de políticas públicas para o objeto e sujeitos estudados.

A partir das observações e diálogos realizados, foi possível notar que a feira Agroecológica de Casa Forte é composta por barracas de vários agricultores, provenientes, principalmente de municípios da Zona da Mata pernambucana, como: Pombos, Glória do Goitá e Vitória de Santo Antão.

Foi constatada grande variedade de produtos para comercialização, tanto *in natura*, como: hortaliças, frutas, raízes, tubérculos, legumes, ovos de galinha e mel, quanto beneficiados (geléias, bebidas, laticínios, desidratados e bolos). Os produtos encontrados com maior frequência nas barracas da feira foram: tomates, pimentas, alface, cenouras, bananas, beterraba, chuchu, coentro cebolinha, batatas, pimentão, couve, abacaxi e limão. Alguns outros com menos frequência como, rúcula, milho e feijão. A maioria dos produtos da feira possuíam preços de venda tabelados.



Figura 1 – Feirantes agroecológicos em suas barracas.

Visto que o espaço da feira é em uma praça (Praça da Vitória Régia) e ocorre geralmente aos sábados de manhã, foi observado que o espaço da feira é de grande fluxo de pessoas, transeuntes que passam pela feira para aquisição de produtos e demais finalidades. Foi verificada a ocorrência de bastante interações e grande relação de troca de diálogos e saberes entre produtores e consumidores.

Foi observado a presença de barracas de “caroneiros” ou aproveitadores (barracas de produtos provenientes de agricultura convencional ou não-agroecológica) potencialmente próximos às barracas de venda de produtos orgânicos e agroecológicos, assim como, existem também barracas adjacentes com venda de produtos de cunho mais recreativo e consumo imediato, com venda de coco verde, salgados, salada de fruta, carrinhos de pipoca, picolé, e até mesmo barraca de consumo de frutos do mar e espumante.



Figura 2 - Barraca de consumo de frutos do mar e espumante

Os agricultores agroecológicos/comerciantes tentam realizar padronização visual para facilitar a identificação pelos clientes. A maioria das barracas de comercialização de produtos orgânicos deixa exposta de maneira facilmente visível sua respectiva Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a Organização de Controle Social (OCS), o que remete a credibilidade da veracidade dos itens comercializados no modo de produção em conformidade orgânica.

Atualmente, na feira de Casa Forte, o padrão sinalizado para as barracas com produtos agroecológicos usam as cores vermelha (saia) e azul (coberta). Entretanto, ainda não existe destaque para identidade visual oficial ou logotipo. Também não existem delimitações espaciais muito bem definidas para atuação específica de venda de produtos agroecológicos.

Com relação aos diálogos com alguns feirantes comerciantes de produtos agroecológicos, as principais dificuldades relatadas foram as relacionadas a logística, entre elas a dificuldade com o transporte de mercadorias das propriedades e assentamentos rurais nos municípios produtores para a feira agroecológica, pois possui

custo relevante alto e existe pouco apoio governamental, assim como o transporte das pessoas envolvidas (feirantes). A falta da disponibilidade de banheiros e a precária delimitação de espaço físico exclusivo para comercialização de produtos orgânicos, que gera constante presença de “caroneiros” e aproveitadores, que confundem clientes (compra de produtos da agricultura convencional por engano), foram outras dificuldades/problemas encontrados. Precisamos ressaltar também a dificuldade encontrada sob a vulnerabilidade dos feirantes quanto à coação dos “pedintes” que exigem contribuição de produtos expostos para venda sob o argumento de doação comunitária, que ao fim da feira saem com muitos quilos de alimentos doados mediante a esta abordagem. E por último foi identificada a falta de segurança pública no espaço da feira, já que os feirantes ocupam a praça desde a meia noite da sexta até o sábado às 10:00 da manhã.

Não obstante, foi criado para esta feira, como resultado deste estudo, uma logomarca e Códigos QRs para utilização na identificação das barracas, aventais e camisas dos feirantes, buscando a identificação dos mesmos, à medida que a desordem organizativa da feira como um todo não consegue priorizar a atenção devida ao produto Agroecológico.



Figura 3 - Logomarca com identidade visual proposta por este estudo e aprovada pelos feirantes

5. Conclusões

A partir dos resultados obtidos, concluímos que a Feira Agroecológica de Casa Forte, no Recife, é um espaço de estreitamento da sociedade com a Agroecologia. Além da relação comercial, ocorrem relações interpessoais interessantes com agricultores-clientes, com fortalecimento da agricultura local (itens agrícolas regionais) e troca de saberes campesinos e de agricultura familiar.

Constatamos a existência de alguns relevantes problemas como falta de identidade visual bem definida, falta de banheiros e dificuldade de controle referente a delimitação espacial de barracas com venda exclusiva de produtos orgânicos/agroecológicos com ocorrência de presença camuflada de barracas de itens provenientes de cultivo convencional. Sendo assim, maiores análises têm potencial para desenvolvimento de ações e melhorias futuras na feira.

6. Agradecimentos

Ao Sr. Biu (Severino Raimundo da Silva) da Associação dos Produtores Rurais em Agropecuária do Engenho Ubu, do município de Goiana.

Guilherme Malthus, assessor dos feirantes agroecológicos na Feira de Casa Forte.

7. Referências

ANDRIONI, I.; CAETANO, E. Feiras agroecológicas como contraponto ao projeto do capital. **Revista Trabalho Necessário**. v. 17. nº 34. 2019.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão Popular, 3ª ed. São Paulo. 2012.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Ed. IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho) e Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 280 p. Fortaleza. 2015.

BONADIMAN, P. A.; CUNHA, E. G.; FRIZZERA Jr. J. L.; DALBOM, F. L.; PREZOTTI, L. **Percepção dos Feirantes Sobre as Novas Feiras Agroecológicas da Grande Vitória-ES**, 2017. **Anais** do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, nº 1. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 21 jun 2023.

BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia prático de Formação de Organizações de Controle Social (OCS)**. 1ª ed, Brasília, 2020

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n.1. Porto Alegre. 2000.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A., & PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In F. R. CAPORAL & E. O. de AZEVEDO (Eds.), *Princípios e Perspectivas da Agroecologia* (pp. 45–80). Instituto Federal do Paraná, 2011.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Iniciativas agroecológicas em Pernambuco serão catalogadas**. Recife. 2019. Disponível em <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/iniciativas-agroecologicas-em-pernambuco-serao-catalogadas.html> Acesso em: 22 jun. 2023.

DIAS, T. F.; SOUZA, W. J. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, v.4, n.1, p. 261-294. 2014.

FARIAS, J. S.; GOMES, R. J.; LIRA, E. B. S.; PEREIRA, A. P. S.; FIGUEIREDO, M. Influência das feiras agroecológicas do Recife na vida de produtores e consumidores de produtos orgânicos, JEPEX UFRPE, **Anais**. Recife, 2010. Disponível em

chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R1112-1.pdf Acesso em 21 jun 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), **População Brasil Pernambuco Recife**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama> Acesso em 21 jun. 2023.

JORNAL DO COMERCIO. **Recife é a capital nordestina com melhor IDH**. 2015.

Disponível em:

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2015/07/01/recife-e-a-capital-nordestina-com-melhor-idh-188468.php> Acesso em: 21 jun 2023.

OLIVEIRA, R. A.; LIMA, P. S.; SILVA, L. M. R. **O consumo e comercialização de produtos orgânicos: o caso da associação para o desenvolvimento da agropecuária orgânica**. Ed Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2005.

PREFEITURA DO RECIFE. **Informações socioeconômicas**. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/informacoes-socioecon> Acesso em 22 jun. 2023.

SANTANA, PAULO JOSÉ DE ; EVANGELISTA JÚNIOR, WALTER SANTOS ; GERVAIS, ANA MARIA DUBEUX ; ANDRADE, LUCIANO PIRES ; SILVA, JOSÉ NUNES DA . Family Farming and Social Construction: the advances in the adaptation processes to the conformities of organic and agroecological agriculture in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, v. 9, p. 282-295, 2022.

SANTOS, M. B. Feiras agroecológicas: necessários diálogos entre campo e cidade sob a perspectiva sociocultural. II SNEA (Seminário Nacional de Educação em Agroecologia). **Anais**. v. 12, n° 1, 2017.

SANTOS, N.C.S.; ARAÚJO, J.F. Produção orgânica em Petrolina-PE e em Juazeiro-BA na perspectiva dos consumidores da região. **Revista Ouricuri**, v. 7, n. 2, p. 31-44, 2017.

SCARPARI, K. A. ZIMMERMANN, S. A. Agroecologia: a experiência de organização social de agricultores familiares em Foz do Iguaçu/PR. **Geografia Agrária**, v. 16, n. 41, p. 20-42, 2021.

TERRA, S.B.; COSTA, J.E.L. Nível de informação e consumo da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, n. 2, p. 311-318, 2017.

A Construção do Conhecimento Agroecológico na Prática Pedagógica dos Educadores

João Leandro Neto⁴⁶

Luciana Souza de Oliveira⁴⁷

Cristiane Moraes Marinho⁴⁸

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

DOI: não há (resumo simples)

1 Introdução

A Agroecologia é uma abordagem que busca a integração harmoniosa entre os sistemas agrícolas e o ambiente, promovendo a sustentabilidade e a produção de alimentos saudáveis, é ciência, movimento, prática e ação (CAPORAL, 2004). Nesse contexto, o papel dos educadores é fundamental na disseminação e construção do conhecimento agroecológico. O objetivo deste estudo foi compreender como os professores vivenciam e constroem o conhecimento agroecológico em sua prática pedagógica, explorando as contribuições desse processo para a formação dos alunos e para a transformação do sistema agrícola convencional em direção à Agroecologia. O levantamento teórico baseou-se em estudos que discutem a Agroecologia como uma alternativa sustentável para a produção de alimentos. Foram explorados conceitos como sistemas agroecológicos, manejo integrado de recursos naturais e a importância da participação social na construção do conhecimento agroecológico. Além disso, foram analisados estudos que abordam a relação entre a prática pedagógica dos docentes e a construção do conhecimento (CAPORAL, 2004). A presente pesquisa

⁴⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: joao.leandro@discente.univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-11>

⁴⁷ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: luciana.ifsertaope@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6396-1800>

⁴⁸ Doutora em Extensão Rural. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3130-1941>

adotou uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas conduzidas com educadores que atuam em escolas rurais com enfoque agroecológico. Foi realizada uma revisão bibliográfica, abrangendo fontes acadêmicas, livros, artigos científicos, com o intuito de embasar teoricamente o estudo. A análise de conteúdo foi empregada para identificar categorias e temas recorrentes relacionados à construção do conhecimento agroecológico, proporcionando uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado (BARDIN, 2016). Os resultados revelaram que os participantes vivenciam o processo de construção do conhecimento agroecológico por meio de experiências práticas, trocas de saberes com a comunidade local, formações e participação em redes de colaboração. Eles destacaram a importância de vivenciar na prática os princípios agroecológicos, como a diversificação de culturas, a utilização de técnicas de conservação do solo e o respeito aos ciclos naturais. Além disso, ressaltaram a importância de promover a participação dos alunos e da comunidade no planejamento e na implementação das atividades agroecológicas, estimulando a reflexão crítica e a valorização dos conhecimentos tradicionais. A partir da experiência docente, os participantes relataram uma transformação em sua própria visão de mundo, percebendo a Agroecologia não apenas como uma técnica de produção, mas como um modo de vida mais sustentável e conectado com a natureza. Eles também destacaram a influência positiva desse processo na formação dos alunos, proporcionando-lhes uma visão crítica sobre os impactos ambientais e sociais da agricultura convencional. A construção do conhecimento agroecológico a partir do experienciar docente revelou-se como um processo transformador tanto para os educadores quanto para os alunos. A vivência prática, o diálogo com a comunidade e a valorização dos saberes locais mostraram-se fundamentais para essa construção. Os resultados deste estudo contribuem para a compreensão do papel dos professores na promoção da Agroecologia e evidenciam a importância de investimentos em formação e apoio institucional para fortalecer esse processo (ALTIERI, 2012). A educação agroecológica, baseada na experiência docente, pode desempenhar um papel significativo na transição para sistemas agrícolas mais sustentáveis e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Agroecologia; Interdisciplinaridade; Prática Pedagógica.

RE-SIGNIFICANDO O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS

Eduardo Santana Cardoso⁴⁹

Linha de Pesquisa: Sociedade, economia e construção do conhecimento

DOI: não há (resumo simples)

1 Introdução

O ensino de Ecologia é importante para a promoção de informações referentes às interações entre os seres vivos, tendo em vista isso, durante o estágio obrigatório a docência, ministrei aulas para turmas dos segundos anos do ensino médio sobre essa temática, entretanto, notei uma dificuldade dos estudantes, principalmente na assimilação da agroecologia e o cultivo de plantas para o consumo humano. Tendo em vista isso, surgiu a oportunidade de investir na atividade prática de cultivo vegetal na escola, a princípio o desejo foi semear hortaliças para serem usadas na alimentação, mas devido a falta de recursos a ideia amadureceu até finalmente alcançar o plantio de mudas medicinais. Entre as atividades que foram desenvolvidas, destacam-se a pesquisa sobre as plantas medicinais utilizadas na região (capim santo, erva-doce e mãe de milhares), a identificação e classificação dessas plantas, plantio e o estudo das propriedades medicinais, dosagem e formas de preparação dos chás. Tomei como base o livro Guia de Produção para Plantas Medicinais, Aromáticas e Flores Comestíveis, de Mirian Regina Stumpf Morelli, é uma obra de referência que aborda os aspectos teóricos e práticos do cultivo dessas plantas. Este resumo apresenta a sequência didática proposta para o ensino de plantas medicinais em sala de aula para a turma do 2º ano A. A metodologia aplicada baseia-se em práticas pedagógicas que possibilitam aos alunos aprenderem a partir da vivência, experimentação e reflexão sobre os temas trabalhados. A primeira etapa consiste em uma sondagem para

⁴⁹ Graduando em Ciências Biológicas; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail: Eduardo.santanac@ufpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1602-5064>

identificar os conhecimentos prévios dos alunos sobre plantas medicinais, por meio de uma roda de conversa ou questionário. Em seguida, são realizadas atividades lúdicas para estimular a curiosidade dos alunos sobre o tema. A segunda etapa é a contextualização teórica, abordando a história e a importância das plantas medicinais na sociedade, além de aspectos botânicos e químicos relacionados ao uso terapêutico das plantas. A terceira etapa consiste na reflexão e sistematização dos conhecimentos, por meio de debates, elaboração de relatórios, criação de murais e produção de textos. Por fim, é realizado um encerramento com a prática do plantio da horta medicinal no ambiente externo a sala de aula e um momento de avaliação a partir de um questionário, a fim de verificar a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos alunos. Com essa metodologia, espera-se que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda sobre o uso terapêutico das plantas medicinais, promovendo o respeito ao conhecimento tradicional, a ética na utilização das plantas e a valorização da biodiversidade. Os resultados indicaram que a sequência didática foi adequada para o ensino de plantas medicinais, pois proporcionou aos alunos o conhecimento sobre os diferentes tipos de plantas, seus benefícios e cuidados necessários para a sua utilização como terapia alternativa. Os discentes também desenvolveram habilidades de pesquisa, análise e síntese de informações, além de uma postura crítica em relação às informações que circulam na mídia sobre a utilização de plantas medicinais.

Palavras-chave: Ensino; Plantas; Medicinais.

Semeando saberes através de práticas educativas construídas por mulheres camponesas: as experiências do Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), Picuí – PB

Cristiane de Souza Castro⁵⁰

Laeticia Medeiros Jalil⁵¹

José Nunes da Silva⁵²

Vanessa Maria Santiago da Silva⁵³

Angela das Chagas Teles⁵⁴

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e construção do conhecimento

DOI: 10.29327/1292658.8-1

1 Introdução

Este texto objetiva relatar algumas experiências educativas realizadas com mulheres camponesas, por meio de ações desenvolvidas pelo Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), entidade localizada em Picuí/PB. Para isso, optou-se, como metodologia, pelas pesquisas bibliográfica e documental.

Promover experiências educativas com as camponesas oportuniza o resgate e a difusão de saberes tradicionais, como técnicas de cultivos, de beneficiamento de alimentos, de produção de fitoterápicos, para citar alguns exemplos. Esses momentos

⁵⁰ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: crscastrope@gmail.com ORCID: 0009-0007-7018-7762

⁵¹ Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura (UFRRJ) Professora do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE E-mail: laeticia.jalil@ufrpe.br ORCID: 0000-0002-8746-5155

⁵² Doutor em Sociologia (UFRPE) Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE). E-mail: jose.nuness@ufrpe.br ORCID: 0000-0002- 8544 -5935

⁵³ Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vanessa.mssilva@ufrpe.br ORCID: 0009-0004-6769-5502

⁵⁴ Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: angelita.teles@hotmail.com ORCID: 0009-0008-4867-9151

fortalecem a solidariedade entre elas e entre os demais membros de sua comunidade e podem contribuir para o fortalecimento das lutas pelo direito à terra, pela produção de alimentos saudáveis e pelo equilíbrio do ecossistema.

Relegadas à função de meras “ajudadoras” dos homens de sua família, às camponesas é negado o papel legítimo de protagonistas do processo de transformação da realidade do campo. Essas mulheres têm suas experiências desvalorizadas na sociedade e propiciar momentos de formação educativa pode contribuir para a constituição de sua autoestima e do seu empoderamento, da mesma forma que pode favorecer sua autonomia financeira e a de sua comunidade.

2 Referencial Teórico

A mulher, enquanto sujeito e inserida em uma sociedade machista, sexista, patriarcal, enfrenta diversos desafios. Entre os principais problemas por ela enfrentados, verifica-se a desigualdade de gênero, com a divisão sexual do trabalho, a remuneração desigual entre os sexos e o desprestígio da atuação da mulher no mercado de trabalho.

Essa desvalorização da força laboral da mulher decorre do patriarcado, “[...] uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (Delphy, 2009, p. 174). Nesse contexto, essa forma de opressão imprime, na divisão sexual do trabalho, sua marca mais evidente, basta verificar que “[...] as mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens, estão limitadas a um número restrito de atividades (...)” (Hirata, 2018, p. 17).

Quanto às camponesas, Almeida *et al* (2014, p. 3344) afirmam que seu trabalho é “[...] qualificado como ‘ajuda’ para muitos, o que reflete na desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, conseqüentemente inviabiliza o reconhecimento das mulheres na produção”. Isso contribui para o fato de muitas camponesas não se perceberem como contribuintes para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Caracterizar a mulher camponesa significa compreender uma longa história que está intimamente relacionada à agricultura, às práticas agroecológicas, à luta pela terra, pela soberania e pela segurança alimentar. Nesse contexto, ressalta-se, também,

a resistência da mulher do campo ao machismo, ao sexismo e ao patriarcalismo, tão presentes na estrutura de nossa sociedade.

Silva (2011, p. 439) considera que “A identidade camponesa (...) é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela (...)”. Ainda sobre a constituição da identidade campesina:

Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida (...). Assim se constrói “o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta das demais. Assim é o camponês brasileiro. (Silva, 2011, p. 439).

A Agroecologia colabora para reforçar as contribuições das camponesas, além de propiciar o importante debate sobre gênero na agricultura familiar, ampliando a discussão sobre esse tema e contribuindo para desenvolver uma agricultura sustentável e menos desigual. Corroborando Silva, Castro e Santos (2023), ao possibilitar espaços para a reflexão das relações de gênero, a Agroecologia colabora para que as mulheres camponesas tenham acesso direto ao trabalho lucrativo, uma vez que elas passam a participar do processo produtivo desde a produção até a comercialização. Por outro lado, “[...] passam a se integrar socialmente e a adquirir conhecimentos a partir de intercâmbios, momentos em que há troca de experiências agroecológicas [...]”. (Silva; Castro; Santos, 2023, p. 18).

Esses intercâmbios são riquíssimos e é possível considerar que práticas educativas direcionadas às camponesas podem vislumbrar perspectivas para seu empoderamento e para sua autonomia financeira. Essas práticas, igualmente, podem ampliar as alternativas de atuação das camponesas, não estando estas limitadas apenas ao trabalho reprodutivo, mas também responsáveis pela geração de renda familiar.

Nessa direção, é fundamental que se desenvolvam práticas educativas em que se considerem as especificidades desse público para melhor atender às suas demandas. Da mesma forma, é imprescindível que essas práticas se deem em um contexto em que os saberes advindos dessas mulheres sejam considerados basilares para o desenvolvimento das ações propostas.

Freire (1996, p. 12) aponta para o fato de que “[...] não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro [...]”. Nessa direção, “[...] Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém” (Freire, 1996, p. 12) e, dessa mesma forma, quando se organizam atividades educativas para as camponesas, as trocas de saberes repercutem na vida dessas mulheres e na da sociedade como um todo.

Contudo, não podemos entender esse movimento pela busca por uma educação no campo pautada nas necessidades e características do/a camponês/a de forma isolada, mas de caráter político social (Gohn, 2011, p. 333). E é justamente por esse motivo que visualizamos a tênue relação entre movimento social e novas formas pedagógicas, porque, quando entendemos a educação *do* e *para* o campo, de forma interdisciplinar, isso nos remete à reflexão sobre as mulheres camponesas e sua participação na sociedade, na política, na família, no campo de forma igualitária, além de vislumbrarmos a educação como ferramenta emancipatória da mulher camponesa.

Na intenção de ampliar as possibilidades das práticas educativas no campo, em 1998, o Estado brasileiro instituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tornando-se política pública com a criação da Lei 11.947/2009 e com o Decreto 7.352/2010. Neste, em seu artigo 1º, fica considerado que “A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo”. (Brasil, 2010).

Essa iniciativa, além de reconhecer as necessidades específicas do/a camponês/a, colabora para a sua manutenção no campo, evitando o êxodo dessa população para os centros urbanos e os consequentes problemas sociais advindos disso, como a submissão a subempregos e a locais de moradia precários, para citar alguns. Ressalta-se, também, que esse programa surge de reivindicações sociais advindas dos altíssimos níveis de analfabetismo no campo, superior ao do meio urbano, na tentativa de suprir as demandas educacionais do campo e seus princípios metodológicos se pauta na pedagogia da alternância, “[...] que respeita às necessidades camponesas de intervalos entre o plantio e a colheita” (Valadão, 2014, p. 03).

Valadão (2014, p. 01) considera que o acesso à educação, por meio do PRONERA, “[...] pode ser ferramenta na emancipação da mulher camponesa contra as

opressões já enraizadas na sociedade”. Tais opressões são advindas do sistema patriarcal e ratificadas pelo capitalismo.

Além dessas possibilidades aventadas pela educação formal, outras surgem, muitas delas propostas por organizações sociais. Como exemplo, citamos o Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), cujas experiências serão apresentadas a seguir.

3 Metodologia

O presente resumo apresenta o resultado de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa documental com o objetivo central de abordar algumas experiências educativas com mulheres camponesas assistidas pelo Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), Picuí/PB. Esta se caracteriza como uma cidade de pequeno porte, com população composta de 18.333 habitantes, segundo o censo 2020 (IBGE, 2022), e de clima semiárido, localizado na região do Curimataú paraibano.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, de acordo com o que preconizam Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...) e tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”. Dessa forma, foram consultadas fontes acadêmicas, como artigos científicos e capítulos de livros de autores, como Freire (1996), Gohn (2008), Boni (2013), Siliprandi (2013) e Hirata (2018).

Além da pesquisa bibliográfica, procedeu-se a uma pesquisa documental, a qual se baseia “[...] em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 55). Nesse sentido, recorreu-se ao documento Brasil (2010), assim como ao material elaborado pelo Centro de Educação e Organização Popular (CEOP). Importante ressaltar que as informações relacionadas às experiências realizadas pelas mulheres camponesas assistidas pelo CEOP foram extraídas desse material, não tendo havido a coleta de informações a partir da escuta dessas mulheres.

4 Resultados e discussão

O Centro de Educação e Organização Popular (CEOP) desenvolve ações voltadas ao fortalecimento da Agroecologia e da economia solidária e um de seus eixos de atuação é a mobilização e organização dos agricultores e agricultoras para a convivência no semiárido (CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR, 2019). Esse centro social promove momentos contínuos de formação, assim como desenvolve projetos nos quais as camponesas são as principais protagonistas.

As atividades desenvolvidas no centro se caracterizam como resultados de processos formativos realizados junto com as mulheres, momento em que ocorrem trocas de conhecimentos entre as camponesas e diversos parceiros. Alguns destes são a Associação Quilombola Serra do Abreu (Nova Palmeira/PB), Associação de Desenvolvimento Comunitário de Serra Baixa, Secretaria Municipal de Agricultura (ambas em Picuí/PB) e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT/Campina Grande/PB).

Com o apoio da Fundação Interamericana – órgão norte-americano que investe em projetos voltados a pessoas de baixa renda na América Latina e Caribe (FUNDAÇÃO INTERAMERICANA, s/d) -, o CEOP desenvolve diversos projetos, como o Projeto de Reflorestamento, que orienta as mulheres camponesas a plantarem árvores, colaborando para o processo de regeneração de áreas degradadas na região. O principal objetivo dessa ação é orientar as camponesas, por meio de mutirões, quanto ao adequado procedimento de escavação para o plantio de diversas culturas, como umbu, gliricídia e barriguda, colaborando para a integração entre essas mulheres e fortalecendo os laços entre elas.

Outra importante atividade é a Feira Agroecológica. Por meio dela, as mulheres camponesas reforçam o compromisso com as práticas agroecológicas, trocam receitas, empoderam-se, contribuem com a renda familiar, além de exercerem o protagonismo – pois são as principais articuladoras dessa atividade.

Com a Feira Agroecológica, as camponesas enfrentam o capitalismo ao se oporem à monocultura, ao uso dos agrotóxicos, ao modelo de mercado estabelecido. Elas buscam “[...] produzir alimentos para que os povos do mundo não passem fome e, mais, que esses alimentos precisam ser saudáveis, não é qualquer alimento”. (Cinelli; Jahn, 2011, p. 90).

A contraposição ao agronegócio promove o estabelecimento de um modelo de agricultura agroecológica. Desse modo, “[...] a agricultura camponesa se preocupa mais com o bem-estar, pois produz alimentos saudáveis”, o que aponta para a semelhança com o que preceitua o Ecofeminismo, por enfatizar o fato de que “[...] as mulheres têm mais cuidado com do que os homens, porque geram a vida e cuidam da vida”. (Boni, 2013, p. 76).

Destaca-se, também, a atividade com o Fundo Rotativo Solidário, espécie de poupança comunitária administrada, coletivamente, por mulheres. O investimento feito por elas é destinado para a construção de fogões agroecológicos, aparatos domésticos cujo funcionamento apresenta significativa redução no uso de lenha, colaborando, dessa forma, com a preservação de árvores da região e da boa qualidade do ar.

Todas essas atividades são realizadas com a orientação e com o acompanhamento do CEOP, que promove encontros formativos para discutir sobre formas de manejo animal, de cultivo e beneficiamento de diversas culturas, com foco na convivência com o Semiárido e nas práticas agroecológicas. Estas têm sido o ponto de partida das ações da entidade, que colabora para a visibilidade da agricultura familiar, sobretudo do trabalho da camponesa, ressaltando sua relevância na preservação do meio ambiente e na socialização de saberes tradicionais (CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR, 2019).

Esses encontros são momentos importantes para que as camponesas possam ocupar seu lugar de fala, contribuindo com seu aprendizado e com o fortalecimento de movimentos sociais com pautas agroecológicas e feministas. Siliprandi (2013, p. 332) acentua que “As mulheres têm crescido como articuladoras políticas e colocado questões novas para esses movimentos[...]”, e isso se evidencia seja “[...] no que diz respeito à sustentabilidade da produção agrícola, como no que se refere à sua participação no mundo público, questionando os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres [...]”. (Siliprandi, 2013, p. 332).

Poderíamos citar aqui outras diversas atividades realizadas pelo CEOP, como a produção de algodão em consórcio agroecológico, a partilha de alimentos, a realização do Seminário Técnico Científico sobre saneamento rural, promovido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Seminário Nacional sobre saneamento rural e momentos formativos para a participação na Marcha das Margaridas (CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR, 2019). Essa diversidade de experiências só reforça o

poder que a educação voltada para a formação das camponesas tem de transformar a sua realidade e de oferecer-lhes possibilidades de resgatar sua autoestima, de promover seu protagonismo nas atividades no campo e de conquistar seu empoderamento.

5 Conclusões

No que tange às experiências educativas com as mulheres camponesas, a partir de atividades formativas capitaneadas por movimentos sociais, por organizações não governamentais, é possível vislumbrar um movimento em que elas possam ter a oportunidade de se reinventarem e de se prepararem para os desafios contemporâneos. Tal oportunidade pode ser dada a elas por meio de uma intervenção com a qual seus saberes sejam mais do que respeitados, mas que sejam eles o ponto central, o ponto de partida de qualquer atividade que possa ser realizada com esse público.

Desse modo, desenvolvendo práticas educativas relacionadas diretamente com as demandas das mulheres camponesas, evidenciando suas particularidades, suas especificidades, é possível considerar que tais práticas possam ser exitosas. Nesse contexto, será oportunizado a essas camponesas as possibilidades de compartilhar seus saberes, suas experiências, suas descobertas com seus pares, em um processo de contínuo aprendizado em que se evidencia o seu patrimônio cultural.

Havendo um comprometimento real com a organização de uma educação a partir desses sujeitos, há a possibilidade de efetivar um trabalho significativo e efetivo e, para isso, é necessário que o planejamento seja pautado nas demandas desse grupo. Levando em consideração que um dos problemas atuais da educação é a falta de experiência em lidar com certos contextos, a educação pautada nas especificidades de determinados sujeitos pode contribuir, positivamente, no momento em que leva ao centro das discussões problemas reais desses grupos e possibilidades concretas de solução para esses problemas.

6 Referências

ALMEIDA, Juliete Amanda Theodora de *et al.* **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas**. In: REDOR, 18, 2014. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

BONI, Valdete. Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos** – Chapecó/SC. N. 34/35 – 2013.

BRASIL. Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR (CEOP). **Práticas Solidárias no Semiárido**. Picuí/PB: 2019.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**. n° 117, Fevereiro de 2011.

DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H., LABORIE, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (coord) **Dicionário crítico do feminismo**, São Paulo: EDUNESP, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO INTERAMERICANA. **Inter- American Foundation**. Página inicial. s/d. Disponível em: < <https://www.iaf.gov/pt/quem-somos/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16. N. 47. Mai-ago. 2011.

HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe**. Revista Trabalho Necessário. ano 16, Nº29/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Picuí**. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama>>. Acesso em: 28 jun 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras e a Construção os Movimentos Agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói/RJ: Alternativa, 2013.

SILVA, Geovana Araújo da; CASTRO, Cristiane de Souza; SANTOS, Ana Paula de Araújo. **Desafios e perspectivas de mulheres agricultoras em uma sociedade machista**. Picuí/PB, 2023. 47 p. Monografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: FERMENT, Gilles; ZANONI, Magda (orgs). **Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011.

VALADÃO, Franciele Aparecida. **As mulheres na educação do campo transformando o território do Pontal do Paranapanema: estudo sobre a participação das militantes do MST no PRONERA**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, 10 a 16 de agosto de 2014

LINHA DE PESQUISA

**III – TRANSIÇÕES SOCIOECOLÓGICAS E SISTEMAS PRODUTIVOS
BIODIVERSOS**

Horta orgânica institucional: caminhos para a soberania e segurança alimentar na Compesa de Santa Cruz do Capibaribe – PE

Ana Paula Gomes da Silva⁵⁵

Silvio José da Silva Santos⁵⁶

Luciano Pires de Andrade⁵⁷

Horasa Maria Lima da Silva Andrade⁵⁸

Linha de Pesquisa: Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos

DOI: 10.29327/1292658.8-21

1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar as estratégias utilizadas para a implantação de uma horta orgânica, através do estímulo do consumo de vegetais, na Estação de Tratamento de Esgoto – ETA da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), no município de Santa Cruz do Capibaribe – PE, a partir da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), executada pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

O fomento às hortas orgânicas através das ações de ATER, está conectada com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, que traz em suas diretrizes o incentivo à produção de orgânicos baseados nos princípios da agroecologia, apoio a sistemas alimentares regionalmente adaptados, estimulando a

⁵⁵ Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); E-mail: anapgsilva2@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4383-6102>;

⁵⁶ Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); E-mail: silviot.a@hotmail.com;

⁵⁷ Não consta (e não encontrei o Lattes); Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br; ORCID: 0000-0001-5818-711X

⁵⁸ Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

produção de subsistência, e a diversificação de cultivos objetivando a segurança alimentar e nutricional sustentável (PNATER, 2004).

O Instituto Agrônomo de Pernambuco, fundado em 1935, tem como objetivo a melhoria das condições de vida da sociedade pernambucana mediante o aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais do estado, procurando garantir a continuidade na renovação dos recursos renováveis e buscando assegurar o equilíbrio dos ecossistemas.

A instituição agrega atividades de pesquisa de extensão rural e infraestrutura hídrica. No que trata de extensão rural, o IPA vem desenvolvendo projetos e programas, voltados para Agricultura Familiar, com vistas ao estímulo do plantio e consumo de hortaliças orgânicas (IPA, 2018).

Dentre as ações executadas pelo IPA, estão as atividades de implantação de hortas orgânicas do Programa Horta em Todo Canto, que tem como um dos principais objetivos, estimular a produção e o consumo de vegetais orgânicos nas dependências das instituições públicas do estado de Pernambuco, como é o caso da horta implantada na unidade da ETA da Compesa de Santa Cruz do Capibaribe.

Sendo assim, estimular o plantio de vegetais orgânicos com base na agroecologia é um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas e que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas (AQUINO e ASSIS, 2007).

2 Referencial teórico

O crescente interesse pelo consumo de alimentos com maior valor nutritivo e menor teor de contaminantes, além da busca por hábitos de vida mais saudáveis, têm contribuído para impulsionar o consumo de alimentos orgânicos (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008).

Em 2018 a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da saúde (OMS), afirmaram no guia para transição de sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis que é um “direito de todas as pessoas” terem acesso a uma quantidade suficiente de alimentos sãos e nutritivos, em conformidade com o direito a uma alimentação adequada, para não padecer de fome,

tal como visa o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (FAO 2018).

Em relação ao Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os autores Valent, Oliveira e Valent (2013), reforçam que “a soberania alimentar é um conceito de grande importância para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional.

Por sua vez, Ferraz (2017) confirma que o respeito à soberania alimentar passa a ser um requisito para a consolidação da segurança alimentar e nutricional (SAN) e, por conseguinte, para o direito humano à alimentação adequada.

No que se refere a soberania e segurança alimentar é importante ter alimento em quantidade e qualidade que permita à população o direito à alimentação de qualidade e a escolha, fruto de uma diversidade que pode ser produzida e estimuladas em planejamentos de políticas públicas alimentares (ALVES e JAIME, 2014).

O conhecimento de diferentes alimentos é essencial para a aquisição de uma alimentação variada, o que constitui uma das premissas fundamentais para uma alimentação saudável, sendo a oferta de hortaliças (verduras, folhosas e legumes) e frutas determinantes não só para o consumo, mas também, da preferência por este tipo de alimento (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008).

Para Valent, Oliveira e Valent (2013), ao permitir que a população tenha conhecimento de diferentes tipos de alimentos como cita os autores acima, esta possibilidade relaciona-se ao direito dos povos de decidir sobre o que consumir. Dessa forma, segundo o autor, importam à soberania alimentar a autonomia e as condições de vida e de trabalho daqueles que produzem, o que se reflete na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local.

Sendo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (2004) impulsionadora da produção orgânica baseada nos princípios da agroecologia, como também apoiadora de sistemas alimentares regionalmente adaptados, que estimula a produção de subsistência, e a diversificação de cultivos objetivando a segurança alimentar e nutricional sustentável, temos como um dos seus princípios:

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir

de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competência, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializam os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2004).

Agricultura Familiar - PROATER-PE, esclarece o funcionamento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER:

Art. 2 O serviço que tem como base a educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, geração de renda, segurança alimentar, beneficiamento e comercialização de produtos, inovação tecnológica e apropriação de conhecimentos de natureza técnica, econômica, ambiental, social, serviços agropecuários e não agropecuários atividades agroextrativistas, florestais, pesqueiras artesanais e acesso às políticas públicas; (PERNAMBUCO, 2013, p 01).

Em Pernambuco, a ATER estatal é executada pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que agrega também atividades de pesquisa e infraestrutura hídrica. No que trata de extensão rural, o IPA vem desenvolvendo projetos e programas, voltados para Agricultura Familiar, com vistas ao estímulo do plantio e consumo de hortaliças orgânicas (IPA, 2018).

Dentre os programas executados pelo IPA, encontramos o Programa Horta em Todo Canto, implementado pelo governo de Pernambuco desde 2016, e que tem como objetivo fomentar entre as instituições públicas a importância e a consciência do consumo e cultivo de alimentos saudáveis (PERNAMBUCO, 2017).

3 Metodologia

O município de Santa Cruz do Capibaribe está localizado no agreste setentrional de Pernambuco, tem uma área territorial de 335,309 km², e fica a uma distância de 190,7 km da capital Recife (IBGE, 2022) (Figura1).

Figura 1 – Localização de Santa Cruz do Capibaribe, no mapa de Pernambuco



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/santa-cruz-do-capibaribe.html>

A horta orgânica foi implantada na unidade de estação de tratamento de esgoto da COMPESA que fica no município de Santa Cruz de Capibaribe, através do Programa Horta em Todo Canto.

A solicitação partiu da diretoria da companhia, em 2022, com o objetivo de estimular o consumo de hortaliças entre o corpo funcional da unidade.

Os trabalhos para a implantação de horta, constaram inicialmente da visita técnica *in loco* do extensionista rural do IPA, para diagnóstico da área e posterior planejamento, visando a instalação da horta. O processo do diagnóstico também constou da coleta de análise de solo da área escolhida, atividade essa, que faz parte do processo de trabalho inicial para a implantação de uma horta.

Reuniões com os responsáveis pela viabilização da implantação da horta e com os/as funcionários/as da ETA também foram realizadas no período, como parte do planejamento para implantação e manutenção da mesma.

Na metodologia adotada para o alcance dos objetivos, também foi incluído o treinamento do pessoal escolhido para a implantação e manutenção da horta.

4 Resultados e Discussão

A horta orgânica da ETE Santa Cruz do Capibaribe teve suas instalações concluídas ainda em 2022, com a construção de 8 canteiros de alvenaria (2m x 10m) numa área total 300m².

O espaço acumula desde quando começou a funcionar, cerca de 11 espécies plantadas (Quadro 1.), com uma produção escalonada para que haja colheita de maneira recorrente.

Quadro 1. Lista de espécies plantadas na horta

Hortaliças	Alface, Beterraba, Coentro, Couve, Cenoura, Cebolinha, Pimentão, Quiabo, Rúcula, Salsa e Tomate.
------------	--

Fonte: A autora (2023)

Para a implantação da horta, foi preciso trabalhar a formação de quem iria ficar responsável pela mesma, e a metodologia adotada pela extensão rural, foi a de formatar um curso, onde cada visita feita pelo extensionista era abordado um assunto, de forma que a parte teórica era executada na prática tornando assim a implantação mais dinâmica.

Essa também é uma estratégia metodológica aplicada para construção do conhecimento que durante a execução das ações que foram desenvolvidas estava tão somente pautada no processo de metodologias participativas que permite um canal de diálogo, e conseqüentemente a interação, a troca e acumulação de saberes coletivos (FREIRE, 2002).

Atualmente a horta é cuidada em um formato de revezamento pelo corpo funcional que ao se dedicarem a horta também aprendem sobre o manejo da mesma, e ainda fazem a utilização desse espaço para um momento de terapia e integração entre eles.

Ribeiro, Watanabe e WADA (2015), ao sistematizar a experiência de práticas comunitárias de segurança alimentar e agricultura urbana, afirmaram que o cultivo de hortas orgânicas traz benefícios à saúde individual e social, além de promover uma conexão positiva entre as pessoas e o ambiente.

A escolha das espécies a serem plantadas a cada ciclo é definido de maneira participativa levando em consideração a predisposição de consumo do grupo envolvido.

A ETA tem em torno de 30 funcionários e na hora da colheita da produção a gestão é feita de maneira compartilhada. Até o momento já foram doados em torno de 100kg de tudo que foi produzido até então.

A metodologia em que valoriza a construção coletiva do conhecimento também é defendida por Frota, Albuquerque e Linard (2007), ao afirmarem que, o ser humano independentemente de ser ou não alfabetizado, é capaz de captar os dados da realidade, para ser capaz de saber e com esse saber transformar sua realidade.

O excedente da produção é doado para uma creche e para um asilo com o propósito de melhorar nutricionalmente as refeições oferecidas ao público assistido.

A estação de tratamento da Comesa de Santa Cruz do Capibaribe, é tida como uma referência no tratamento de efluentes, e por isso, recebe visitas de estudantes de todos os níveis educacionais. A horta orgânica foi incluída na metodologia da visita guiada sendo uma importante oportunidade para divulgação da proposta de uma alimentação sem veneno, entre as pessoas que transitam no espaço.

5 Conclusões

A implantação da horta a partir do planejamento pautado nas metodologias da extensão rural, reforça a importância da participação ativa do corpo funcional, envolvida em todos os processos desde a construção do espaço até a colheita da produção, passando pela decisão da destinação final dos produtos.

A presença constante de um profissional qualificado fornecendo assistência técnica totalmente alinhada com os propósitos corpo funcional, respeitando os vários níveis de conhecimentos do grupo envolvido sobre a implantação e manutenção da horta, é um elo importante nesse processo, pois fortalece os saberes, prestigia e valoriza as pessoas envolvidas, mantendo-as animadas e dispostas a ampliarem a produção da horta.

Os próximos desafios a serem enfrentados para a incorporação de atividades que complementam e dão sustentabilidade a manutenção da horta, será a implantação de um minhocário, de uma composteira e de uma sementeira.

6 Agradecimentos

Ao corpo funcional da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) de Santa Cruz do Capibaribe e ao Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA).

7 Referências

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 137-150, 2007.

ALVES, K. P. de S.; JAIME, P. C. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(11):4331-4340, 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5rjQDDxqWPZ5KprPdJMLFzB/?lang=pt> Acesso em: 06 jul. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/santa-cruz-do-capibaribe.html> Acesso em 07 jul. 2023.

FAO. **The 10 Elements of Agroecology: Guiding the transition to sustainable food and agricultural systems**. Rome; 2018.

IPA. Regimento Interno Instituto Agrônômico de Pernambuco Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/pdf/regimento-interno-do-ipa-2018-rev.pdf> Acesso em: 28 jun. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FROTA, M. A.; ALBUQUERQUE, C. de M. de; LINARD, A. G. Educação popular em saúde no cuidado à criança desnutrida. **Texto Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, v. 16, n. 2, jun. 2007

PERNAMBUCO. **Lei nº 15.223, de 24 de dezembro de 2013**. Institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=263683> Acesso em 22 de jun. 2023.

RIBEIRO, S. M. e B.; WATANABE C. M.; WADA H. A. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00730.pdf> Acesso em: 25 jun. 2023.

ROSSI, A.; MOREIRA, E. A. M.; RAUEN, M. S. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 6, dez. 2008.

VALENT, J. Z.; DE OLIVEIRA, L.; VALENT, V. D. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 2, p. 4-19, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5708/570863192002/570863192002.pdf> Acesso em: 4 jul. 2023.

Projeto Algodão Agroecológico Potiguar: transição agroecológica e convivência com o semiárido

Leandro Vieira Cavalcante⁵⁹

Jackson Araujo de Sousa⁶⁰

Maria Flávia Dantas da Cruz⁶¹

Linha de Pesquisa: Transições Socioecológicas e Sistemas Produtivos Biodiversos

DOI: não há (resumo simples)

1 Introdução

O Projeto Algodão Agroecológico Potiguar (PAAP), lançado em 2021 pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Norte (Sedraf), visa fomentar a produção agroecológica de algodão possibilitando o desenvolvimento da agricultura familiar através da geração de renda. Em 2022 o projeto contemplou efetivamente 361 famílias de 41 municípios, resultando na produção de 458,8 hectares de algodão cultivados em sistema de consórcio agroecológico (Sedraf, 2022). Mesmo em caráter inicial, o projeto já é considerado a principal iniciativa de revitalização da cultura de algodão no estado, agora centrada no manejo agroecológico. Nesse sentido, objetiva-se evidenciar as contribuições iniciais do PAAP ao fortalecimento da transição agroecológica e do desenvolvimento territorial, considerando reportagens veiculadas pela mídia e relatórios elaborados pela própria Sedraf. A produção agroecológica de algodão pressupõe a implantação de sistemas produtivos balizados na potencialidade natural dos solos e na necessidade de adotar ações pautadas na sustentabilidade ambiental e social, eliminando o uso de agrotóxicos e demais práticas de manejo consideradas danosas ao solo e à

⁵⁹ Doutor em Geografia. Professor Adjunto dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Estudos Urbanos e Regionais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: leandro.cavalcante@ufrn.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

⁶⁰ Doutor em Geografia. Professor Adjunto dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Estudos Urbanos e Regionais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: leandro.cavalcante@ufrn.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

⁶¹ Graduanda em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: fvmaria5@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1012-3122>

biodiversidade como um todo, de modo a garantir uma efetiva melhoria de vida das famílias camponesas (Lima, 2001; Lima, 2005; Silva, Alves e Wanderley Junior, 2009; Cardoso, 2017; Beltrão et al, 2010; Mattos et al, 2020). No âmbito do PAAP, evidenciou-se que além da garantia da venda da pluma do algodão, adquirido por empresas têxteis, o projeto prevê que a produção algodoeira seja realizada em consórcio com demais culturas, a exemplo de feijão, milho e gergelim, a fim de que as famílias possam consumir os alimentos e vender o excedente, contribuindo com a renda familiar e a soberania alimentar. Com foco em práticas agrícolas sustentáveis balizadas pela Agroecologia (Caporal e Costabeber, 2000, 2002; Altieri, 2004, 2012) e pela Convivência com o Semiárido (Silva, 2003; Malvezzi, 2007; Baptista e Campos, 2013), a produção agroecológica de algodão considera a intrínseca relação entre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, de modo a evidenciar um conjunto de elementos que se fazem presentes no processo produtivo, desde o preparo do solo às perspectivas de comercialização, passando pelas relações de trabalho da família agricultora e pelo conhecimento das capacidades de suporte do ambiente, dentre outras. Nesse sentido, ressalta-se a importância do Projeto Algodão Agroecológico Potiguar, o qual almeja altos índices de produtividade com garantia de renda para as famílias mediante adoção de práticas de manejo que contribuem com o fortalecimento de experiências exitosas de Agroecologia e de Convivência com o Semiárido. Com o aprofundamento de estudos de viabilidade técnica, ambiental, social e econômica da produção agroecológica de algodão, pode-se aprofundar no entendimento das contribuições do projeto para o efetivo desenvolvimento territorial do semiárido potiguar.

Palavras-chave: Algodão Agroecológico; Transição Agroecológica; Convivência com o Semiárido.

Agroecologias e Resistências: vidas e vozes do Araripe

Juliano César Petrovich Bezerra⁶²

Ângelo Giuseppe Chaves Alves⁶³

Horasa Maria Lima da Silva Andrade⁶⁴

Linha de Pesquisa: Transições socioecológicas e sistemas produtivos biodiversos

DOI: 10.29327/1292658.8-2

1 Introdução

O território do Araripe pode ser considerado “uma terra de contrastes”. Por um lado, possui uma rica biodiversidade, está inserido no bioma Caatinga e é guardião de um verdadeiro patrimônio arqueológico, geológico e paleontológico, além de toda a força cultural do Sertão. Por outro lado, no território são desenvolvidas atividades geradoras de conflito, danos ambientais e violação de direitos de populações camponesas, quilombolas e indígenas, como a mineração, monoculturas (principalmente de eucalipto), cultivo de transgênicos, garimpo e siderurgia.

Diante desse cenário, há uma forte onda de organização social para o fortalecimento das populações locais e a compreensão das diferenças nas relações de poder e direitos. Assim, diversas instituições e movimentos sociais atuam e mobilizam o território, bem como têm a Agroecologia como um meio de produção, uma bandeira para a promoção do cuidado com as pessoas e meio ambiente, e uma construção coletiva e tradicional.

⁶² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: juliano.petrovich@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1867-4372>

⁶³ Doutor em Ecologia. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: angelo.alves@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1506-5734>

⁶⁴ Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>

Com este trabalho, pretende-se responder à pergunta: Quais as principais problemáticas e, em contrapartida, as frentes de resistência que são desenvolvidas pela população do Araripe para conter os danos sociais e ecológicos no território, e reivindicar e garantir direitos sociais básicos? Diante de tal questão, prezando pela voz das pessoas locais, o presente texto organiza-se em torno dos seguintes objetivos: a) discorrer acerca de problemáticas existentes no território do Araripe, principalmente, no tocante aos grandes projetos econômicos e à forte violação dos direitos sociais; b) fazer um levantamento de normas jurídicas aplicáveis à situação observada, principalmente relacionadas às populações tradicionais; e c) apresentar ações de resistências e organização social, contribuindo para o enfrentamento dessas problemáticas, a partir da construção de experiências agroecológicas. Nesse sentido, fortalecer o anúncio das riquezas do Araripe, assim como denunciar violações e injustiças observadas no território, são pontos que demonstram a importância social, acadêmica e ecológica deste estudo.

2 Referencial teórico

De início, ao longo do processo histórico, as abordagens sobre o Sertão e os/as sertanejos/as têm sido caracterizadas por uma suposta homogeneidade político-cultural, sustentada por discursos e políticas públicas que tratam os camponeses de diferentes regiões do Brasil como se existisse apenas um único indivíduo sertanejo (DOURADO, 2012). Desse modo, para o autor, isso desprivilegia o fortalecimento das identidades de quem vive na região, acaba implicando no pouco reconhecimento das populações camponesas e suas particularidades, e, por conseguinte, na ausência de políticas públicas para agricultura familiar no sertão.

De encontro a isso, segundo Cruz (2006), emergem identidades territoriais construídas por populações tradicionais nas lutas pela afirmação de seus modos de vida e pelo reconhecimento de sua cultura, memória e territorialidade, diante da sociedade e do Estado. Isso representa a resistência a uma tentativa de se descartar a Memória Biocultural da sociedade, a qual, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015), refere-se aos valores, biodiversidade, conhecimento local, convivência harmônica com o meio, autonomia dos povos e soberania alimentar.

A Educação, por sua vez, é uma grande ferramenta para conscientização e transformação da realidade social. Com populações camponesas, o seu modo de produção tende a ser situado na invisibilidade da lógica formativa hegemônica e suas identidades são rejeitadas (SOUSA, 2017; TEIXEIRA, 2020). Assim, trabalhar uma educação escolar, formal e contextualizada que tenha sentido, fazendo que os/as educandos/as se vejam e se reconheçam desde seu lugar, com seus traços culturais se mostra como o grande desafio. É necessário, para tanto, baseado nos autores, um currículo que valorize cada cultura, em suas particularidades e relações com o “externo”.

Como fio condutor deste estudo, temos a Agroecologia. Esta, na condição de *Ciência*, deve prezar por um diálogo de saberes, e, ao mesmo tempo, como um *Movimento* social anti-hegemônico, possibilita repensar e construir novos modelos de produção agropecuária e de sociedades sustentáveis, aliando *Práticas* de produção ecológica com o empoderamento político e social dos agricultores/as, dando-lhes autonomia para produzir alimentos e viver com dignidade (LOPES et al, 2017).

Quando nos referimos ao meio rural, sabemos que a agricultura industrial, com seus venenos, transgênicos e geneticamente modificados, passou a ter um papel hegemônico no cenário de produção de alimentos no mundo. Desenvolvem ações comerciais padronizadoras, na maioria das vezes ignorando a racionalidade e os saberes do agricultor tradicional e impondo condições e tecnologias que interferem na integridade do ambiente e cultura locais (ALTIERI, 2012).

Como dito anteriormente, temos diferentes normas jurídicas que dialogam com as temáticas abordadas, especialmente relacionadas a direitos de populações camponesas, quilombolas e indígenas.

Em primeiro lugar, destacamos a Constituição Federal, em seu artigo 5º, pelo qual a autodeterminação dos povos é um dos princípios na República Federativa do Brasil, assim como os artigos 215 e 216, que apontam a necessidade e importância de resguardar o patrimônio cultural nacional. Há, ainda, a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da OIT, adotada em 1989, e no Brasil, determinada pelo Decreto n.º 10.088/2019; a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2007, que reafirma a convicção de que o diálogo intercultural é o meio mais adequado para a promoção da paz, da tolerância e do respeito à diferença, ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 6177/07; o Estatuto da Igualdade

Racial; e o Decreto n.º 6.040/07, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual tem ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

3 Metodologia

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso e foi desenvolvido a partir das imersões realizadas com discentes e docentes do curso de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A imersão é uma atividade que faz parte da formação dos/as doutorandos/as, e busca um diálogo entre teoria e prática, universidade e sociedade. No semestre 2021.1, ocorrendo de maneira síncrona e remota, com encontros gravados pela plataforma Google Meet, em virtude da pandemia do Coronavírus, podemos “imersão” e conhecer um pouco do Território do Araripe. Nesse sentido, para compreender de modo mais amplo as particularidades do Araripe, buscou-se um Diálogo de Saberes, entre as falas desses sujeitos do território e materiais teóricos pertinentes às temáticas.

Assim, a metodologia utilizada pode ser dividida em três momentos distintos. Primeiramente, a leitura e fichamento de livros e textos recomendados no curso das disciplinas do Doutorado no PPGADT/UFRPE, o que possibilitou um olhar mais teórico para as vivências. O segundo, as imersões propriamente ditas, ocorridas entre os dias 25 e 27 de março, e 20 a 22 de maio de 2021. Aqui, sujeitos locais, convidados pelos docentes do programa, trataram de diferentes temáticas relacionadas ao território, como mulheres, juventudes, quilombolas, indígenas, saúde, educação contextualizada, agroecossistemas e Soberania Alimentar, destacando problemáticas e iniciativas locais de organização social e resistências. Por fim, tivemos o momento de refletir e relacionar os dados levantados, para o processo da escrita do trabalho.

4 Resultados e Discussão

Como dito anteriormente, no território em estudo são implementadas e desenvolvidas algumas atividades geradoras de conflitos. Temos como exemplo, o Polo Gesseiro do Araripe e a exploração da Gipsita, o qual concentra cerca de 40% das reservas de gipsita do mundo e é responsável por 90% da produção de gesso do país (MEDEIROS et al, 2010). No filme “Sertão Branco”, vimos que dentre os problemas sociais decorrentes da produção do gesso, temos vínculos trabalhistas inexistentes ou precários, acidentes de trabalho, amputações, pouca perspectiva de trabalho e emprego, problemas respiratórios à população, excesso de calor e ruído, baixa expectativa de vida, além do alto índice de evasão escolar por parte de adolescentes e jovens entre 14 e 16 anos, que, para ajudarem em casa, abandonam os estudos e vão trabalhar na indústria.

Ademais, para a produção do gesso, a principal fonte de energia utilizada pelas fábricas é a queima de madeira, em sua maioria retirada da vegetação nativa da caatinga. Em contrapartida, com o intuito de minimizar o desmatamento do bioma, Poder Público e empresas apontam monocultivos de eucalipto como fonte de madeira. Essa mudança no uso e ocupação do solo resulta numa série de problemas e desequilíbrios, especialmente na intensificação do processo de mudanças climáticas. Conforme Souza et al (2015), a Caatinga apresenta grandes extensões onde a desertificação já se encontra instalada, existindo uma relação estreita entre este tipo de degradação, a supressão da vegetação e os solos.

De acordo com um de nossos interlocutores na Imersão, da OnG CAATINGA, o Araripe é um território de “*desenvolvimento sem envolvimento*”; e “*as alternativas vindas de fora*” não apontam a uma real solução aos problemas, pois o estado e o polo gesseiro não consideram as pessoas que vivem no território”. A agricultura familiar, segundo ele, embora gere renda, emprego e movimento o território, não é valorizada potencial e economicamente, com forte insuficiência de políticas públicas.

Destacamos, ainda, a organização das mulheres, às práticas integrativas e promoção da saúde no/do território. Conforme relatou uma interlocutora, do Centro Nordestino de Medicina Popular, Grupo de Mulheres Jurema e Fórum de Mulheres, observou-se o aumento nos índices de depressão e violência com o isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus, sendo necessário o estabelecimento de

condições adequadas e seguras para elas. Nesse sentido, destacou o programa de rádio “Mulheres do Sertão”, que junta e articula sociedade e movimentos, com ênfase em Direitos Humanos, saúde e feminismo.

Para outra interlocutora, agricultura agroflorestal e raizeira, membro da Agrodoia, deve-se articular e valorizar as redes existentes, com povos, instituições e movimentos, com o intuito de reforçar a resistência e continuidade no Araripe. Nesse sentido, tem investido no acompanhamento de famílias, através dos costumes e remédios dos mais velhos e antepassados, e do uso de plantas medicinais, resgatando os saberes dos povos. Ressaltou, pois, a importância de o povo unificar forças, com base no cuidado, em defesa das identidades, das tradições, do território, da vida!

“Qual desenvolvimento de fato queremos? É possível e como podemos integrar gesso, famílias, animais...?”. Esses questionamentos foram feitos por outro interlocutor, presidente da Agrodoia, diretor do STR de Exu e da Ong CAATINGA. Sua aposta para combater a pressão da soja, cana e eucalipto, a grilagem, o arrendamento e a venda de terras por preços baixos, está nos Sistemas Agroflorestais Sucessionais Agroecológicos.

Sabemos que os quintais produtivos e os Sistemas Agroflorestais – SAF são essenciais para uma produção responsável de alimentos. Nascimento et al (2016) apontam que a Agroecologia tem se destacado como uma alternativa concreta para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, contribuindo para a conquista de soberania alimentar e de uma vida digna no campo e na cidade.

Outro interlocutor, da Agrovila Nova Esperança e do Centro de Educação Agroecológica, em Ouricuri/PE, é agricultor e trabalha com SAF no Semiárido desde 2006. Para ele, as questões climáticas vinham atrapalhando bastante a produção; então, destacando a importância da diversidade de sementes para a resiliência dos agroecossistemas, resolveu iniciar a construção do SAF, como meio de assegurar a produção, e contribuir com a conservação do ambiente e equilíbrio do clima no território. Destacou, também, a função pedagógica que esses agroecossistemas podem desempenhar junto às crianças, que, segundo ele, iam para a escola, mas não aprendiam o que interessava ao contexto.

No Araripe, existem distintas experiências na seara da Educação Contextualizada, ou Educação do/no Campo, principalmente referentes a práticas

agroecológicas para convivência com o Semiárido. Destacamos a Escola Rural Ouricuri, a qual reforça a ideia do conhecimento agroecológico como oriundo do território, sendo sua construção para atender aos anseios da própria localidade, já que não havia uma escola para os filhos dos agricultores na região, que iam às cidades, quando havia transporte. Um professor da ERO, outro interlocutor, defende uma Educação agroecológica com uma escola para atender às necessidades locais.

Outro elemento levantado com os encontros da imersão está relacionado às histórias, identidades e preconceitos. Uma interlocutora, do Quilombo Mulatos, em Jardins/CE, ressaltou que a história de sua comunidade era contada pelos mais velhos, que foram morrendo e a tradição se perdendo. Ademais, além dos preconceitos vividos e sentidos pelos quilombolas, que se refletem na própria negação de identidade, têm de lidar com diversas dificuldades estruturais, como a pouca assistência governamental com serviços de saúde e educação, e a falta de água à comunidade.

Quanto a esse reconhecimento da Identidade, uma das nossas interlocutoras nas Imersões, indígena Cariri, ressaltou a existência e resistência indígena, ao afirmar que tiveram de ficar calados e morrerem para existir; a cultura, os saberes e os rituais foram negados para estarem vivos. Para ela, *“Ser índio vem de dentro, vem de uma ancestralidade que a gente carrega em nós.”* Desse modo, ao destacar a autoafirmação da identidade indígena, ela considera que isso, por si só, já reflete toda uma negação histórica sofrida, pela qual se nega território, cultura, língua e espiritualidade.

Com as imersões, tivemos ainda a oportunidade de dialogar com/acerca de outro grupo social que vive, organiza-se e resiste no Sertão do Araripe: as juventudes. Pudemos perceber a apropriação do espaço que os/as jovens vêm tendo no território, animados/as para um novo horizonte de atuação. Esse movimento de organização da juventude nos movimentos sociais rurais, tendo como bandeira a permanência na terra, traz novos significados e sentidos a esse grupo.

Duas jovens interlocutoras, uma da Comunidade Lagoa do Pau Ferro e outra da Chapada do Tamboril, ressaltaram que o ser jovem camponesa no sertão traz muitos desafios e poucas oportunidades. Isso provoca na juventude uma vivência mista nos agroecossistemas, pois ambos sabem dessas dificuldades de estarem no território e muitas vezes vão buscar fora o que o contexto local não oferece, como também reconhecem que continuarem nele é algo fundamental, garantia de uma sucessão

rural. Sobre isso, uma desabafou: “*como querer que a gente continue no campo? É cansativo ser forte no agroecossistema*”. A outra jovem, então, completou destacando a importância da organização de jovens na política, reivindicando sua valorização e garantia de direitos. Diante desse dilema, ambas estão cursando o Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular, na UFRPE, e apostam na multiplicação dos exemplos e agroecossistemas para a vizinhança, tendo em vista que, segundo elas, alguns/as jovens já são guardiões/ães da proposta agroecológica no território.

5 Conclusões

Diante do exposto, percebemos as diversas formas de violência decorrentes de megaprojetos industriais, contra populações agricultoras, juventudes, quilombolas, mulheres, ou seja, refletem o descaso do Poder Público e a violação a direitos básicos destas populações.

Neste cenário, como visto, muitas normas jurídicas são feridas e descumpridas. Percebemos, então, que não basta conhecer as leis para ter garantido o cumprimento de direitos; mas esse é um primeiro passo para uma resistência mais sólida e potencialmente efetiva acerca dessas garantias. Com base nisso, levanta-se no Araripe, um forte movimento de organização social para a resistência e fortalecimento, ecoando junto às vozes oriundas de populações tradicionais, que reivindicam o reconhecimento de suas identidades, culturas e territórios.

Reforçamos, por fim, a percepção de que o semiárido não se trata apenas de clima, vegetação, solo, sol ou água. É luta, arte, espiritualidade, política e história, num intenso processo social. É uma terra de muitas riquezas, dentre as quais se destacam a cultura local e a própria população sertaneja, com sua grande capacidade criativa. Nesse sentido, diante da magia e força do povo, a série de violência gera uma onda de resistência fortemente organizada. São as pessoas e as vozes do Território do Araripe, representando toda uma diversidade, com diferentes grupos e movimentos unidos em prol de um mesmo objetivo: resistir, existir e mudar.

7 Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3a. ed. rev. Ampl. - São Paulo, Rio de Janeiro : Expressão Popular, ASPTA, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:
05/07/2021.

_____. **Decreto nº 6.040**, de 7/02/007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Disponível em:**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.
Acesso em: 18/07/2021.

_____. **Decreto nº 6.177**, de 1/08/2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm. Acesso em: 15/07/2021.

_____. **Decreto nº 10.088**, 05/11/2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm. Acesso em: 15/07/2021.

_____. **Lei nº 12.288, de 20/07/2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em:
15/07/2021.

CRUZ, Valter. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia**. 2006.

Disponível em:

file:///C:/Users/Juliano%20Duend'JAH/Downloads/208-384-1-SM%20(1).pdf . Acesso em: 05/04/2021.

DOURADO, J. A. L. **Camponês caatingueiro**: reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6220/4380> . Acesso em: 23/03/21.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. **Juventude Assentada e a Identidade Vinculada com a Terra**. Psicol. Soc., Belo Horizonte , v. 29, 2017. Disponível em:

<https://bit.ly/3ePB8t5>. Acesso em: 30/03/2021.

MEDEIROS, Marcílio Santos; HURTADO-GUERRERO, José Camilo; SILVA, Lia Giraldo Augusto. **A Saúde no Contexto do Polo Gesseiro de Araripina-Pernambuco, Brasil**. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n2/12.pdf> . Acesso em: 24/03/2021.

NASCIMENTO, Erika; FERRAZ, Janaina Maria de Paiva; MELO, Maria Cristina Aureliano de; DANTAS, Synara; BONFIM, Waneska. **Juventude e permanência no campo**: reflexões das juventudes rurais sobre possibilidades, limites e desafios. Recife : Centro Sabiá, 2016.

SERTÃO BRANCO. Direção: André Picolotto, Luara Wandelli, Vitor Shimomura.

Produção: OIT e MPT. 2019. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=shDTQpxNIHQ>. Acesso em: 23/03/2021.

SOUSA, Romier da Paixão. **Educação em agroecologia**: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. 2017. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200011 . Acesso em: 02/05/2021.

SOUZA, B. I. de; ARTIGAS, R. C.; LIMA, E. R. V. de. **Caatinga e Desertificação**. 2015.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mercator/a/zxZxXjPfrx9HjpNj8PLVn4B/?lang=pt&format=pdf> .

Acesso em: 23/06/2021.

TEIXEIRA, C. T. M. **As Estratégias de Convivência com o Semiárido alicerçadas no**

saber local: uma análise a partir do Território Sertão do Araripe - PE. 2020. Disponível

em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20741?show=full> . Acesso em: 04/05/2021.

TOLEDO, Vitor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a**

importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Editora Expressão

Popular, 2015.

LINHA DE PESQUISA

IV - Convivência com o Semiárido, Inovações, Sociotécnicas e Desenvolvimento

Caracterização de um agroecossistema de produção de caprinos leiteiros na região semiárida do estado de Pernambuco

Maria Sonia Lopes da Silva⁶⁵

Talysson Daniel Santos da Silva⁶⁶

Alineaurea Florentino Silva⁶⁷

Nivea Regina de Oliveira Felisberto⁶⁸

Leandro Silva Oliveira⁶⁹

Linha de Pesquisa: Convivência com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento

DOI: 10.29327/1292658.8-6

1 Introdução

A caprinocultura leiteira desempenha importante papel socioeconômico no Nordeste brasileiro, com a geração de recursos financeiros através da venda de leite e de animais para o abate e/ou para o próprio consumo desses (Souza Neto et al., 1987). Nas duas últimas décadas, por incentivos governamentais e não governamentais, aumentou o interesse de produtores sobre a caprinocultura leiteira, muitos que criavam caprinos somente para o abate passaram também a criar para a produção de leite, ocorrendo mudanças significativas nos sistemas de produção (Gonçalves Júnior, 2010). Neste sentido, o presente artigo teve como objetivo caracterizar um agroecossistema de produção de caprinos leiteiros na região semiárida do estado de Pernambuco,

⁶⁵ Doutora em Ciência do Solo; Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Solos); E-mail: sonia.lopes@embrapa.br; ORCID: 0000-0002-9695-5842

⁶⁶ Graduando em Engenharia Agrônômica; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE Campus Vitória de Santo Antão); E-mail: tdanielsantossilva2@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2901-4014>

⁶⁷ Graduando em Engenharia Agrônômica; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE Campus Vitória de Santo Antão); E-mail: tdanielsantossilva2@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2901-4014>

⁶⁸ Doutora em Zootecnia. Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Caprinos); E-mail: nivea.felisberto@embrapa.com.br;

⁶⁹ Doutor em Zootecnia. Analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Solos); E-mail: leandro.silva@embrapa.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4425-629X>

visando identificar seus subsistemas que o faz ter um melhor convívio com o Semiárido por meio de suas inovações sociotécnicas e desenvolvimento territorial.

2 Referencial teórico

A caprinocultura desempenha importante papel socioeconômico e constitui fonte de renda e de alimentos (carne e leite) e contribui largamente para a viabilidade de pequenos produtores em países em desenvolvimento como o Brasil (Baker e Souza Neto, 1989; Escareño et al., 2012), que é o maior produtor de leite caprino do continente Americano - 26 milhões de litros/ano (FAOSTAT, 2020; IBGE, 2019).

A região Nordeste pode ser considerada a mais importante bacia de produção de leite caprino do Brasil, localizada entre os estados da Paraíba e de Pernambuco, abrangendo as microrregiões do Cariri Ocidental e Oriental da Paraíba, Pajeú, Sertão do Moxotó, Vale do Ipojuca e Vale do Ipanema de Pernambuco, responsável por 7,4 milhões de litros/ano, que corresponde a 81% do leite total produzido nos dois estados e 28% da produção nacional (IBGE, 2019).

Diante da importância dos agroecossistemas na produção de leite de caprinos na região Nordeste, o presente artigo fez a caracterização de um sistema agroecológico de produção de leite caprino no estado de Pernambuco, mostrando subsistemas que os compõem, identificando seus potenciais e pontos críticos, bem como a caracterização morfológicamente de seus solos.

3 Metodologia

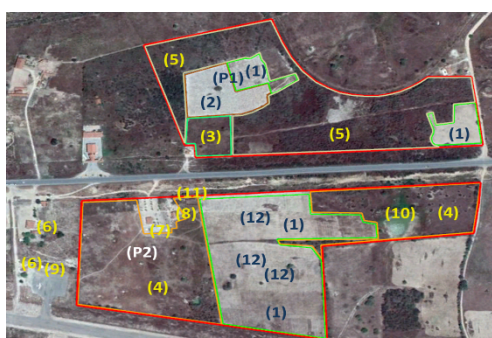
O estudo foi desenvolvido no Sítio Caiana, município de Pesqueira, PE, no qual realizada a identificação dos subsistemas (plantios, obras rurais, alternativas de fontes de água, área de preservação, etc.), a partir da caminhada transversal e, posteriormente, plotados no Google Earth, bem como realizada a caracterização morfológica dos solos constantes.

4 Resultados e Discussão

A partir do mapa do agroecossistema (Figura 1) foram identificados os seguintes subsistemas, bem como a localização das trincheiras abertas para a identificação morfológica dos solos.

Figura 01. Mapa da propriedade 1 a partir da imagem de satélite do Google Earth.

Fonte: Própria, 2023.



O sítio possui uma área total de 21,4 ha, compostos de 12 subsistemas:

1. Área de plantio (Milho + Feijão) - 6,9 ha
2. Área-Mandioca - 1,1 ha
3. Palma - 1,8 ha
4. Pasto Nativo - 8,2 ha
5. Caatinga - 7,1 ha
6. Casa Sede com cisterna de consumo -16 mil litros
7. Casa irmão com cisterna calçadão
8. Casa depósito com cisterna de consumo – 16 mil litros
9. Curral - Aprisco - 0,1 ha
10. Açude
11. Cocheira
12. Silos: 1, 2 e 3
13. Trincheiras/perfis abertas (P1 e P2) - Perfis onde foram efetuada caracterização dos solos.

Este cenário identificado é possível a partir da atuação de uma rede sociotécnica com um recorte na dimensão do espaço de análise, mais centrado em territórios, na percepção quanto ao funcionamento dos complexos arranjos produtivos possíveis (clusters, parcerias, alianças) que fortalecem sistemas agroalimentares com geração de valor tanto para o agricultor quanto para a sociedade.

A partir da gestão do agroecossistema percebe-se claramente a sua contribuição na a geração de valor e produção de riqueza, conseqüentemente na inclusão social e produtiva, através de processos que fortalecem a ação coletiva, a criação, o desenvolvimento e apropriação de novos conhecimentos e novas práticas que, ao ser adotadas, possibilitam a construção de capacidades locais que estão tornando agroecossistema resiliente e sustentável, gerando mudança social ou possibilitando a superação de desafios sociais.

Duas classes de solos dominantes e suas características e potencialidade para o uso agrícola foram identificados através de caracterização morfológica:

1. Neossolo Regolítico com camada cimentada (RR - fragipã): solo de cor esbranquiçada, constituído geralmente por camadas de textura arenosa na parte superficial e uma camada fracamente cimentado em profundidade formando uma espécie de esponja, onde absorve e retém bastante água que que penetra no perfil. É um solo profundo a muito profundo, de baixa fertilidade natural, mais de fácil manejo por ocorrerem em relevo pouco movimentado, portanto, muito utilizado com culturas anuais, fruteiras e pastagem plantada. A camada esponjosa, fracamente cimentada (fragipã) situada em profundidade, mantém uma boa umidade no perfil do solo, por além do período das chuvas, constituindo-se um solo com alto potencial para o uso na agropecuária, principalmente quando o pequeno produtor rural adiciona esterco de curral (matéria orgânica) na sua superfície, que além de melhorar a fertilidade, evitando a evaporação, mantendo a umidade superficial do solo.

2. Argissolo Vermelho Amarelo (PVA): solo de cor avermelhada, profundo a muito profundo, textura arenosa a média na superfície e argilosa em profundidade. Possui média a alta fertilidade, boa permeabilidade e boa capacidade de retenção de água no perfil do solo, oferecendo alto potencial para o uso com culturas anuais, perenes e pastagens, principalmente capineiras e palma forrageira.

5 Conclusões

A diversificação do espaço rural observada no conjunto de subsistemas que o agroecossistema possui, tem promovido a valorização do modo de vida da agricultura familiar tradicional.

O agroecossistema tem vivenciado um processo mediante o qual artefatos tecnológicos estão proporcionando a inclusão socioproductiva da família, com geração e apropriação de valor, adequação sociotécnica, desenvolvimento de capacidades e estratégias de gestão.

A classe de solo Neossolo Regolítico com camada cimentada (RR - fragipã) apesar de suas limitações é um solo com alto potencial para o uso na agropecuária, principalmente quando o agricultor/a adicionar esterco de curral (matéria orgânica) na sua superfície, que além de melhorar a fertilidade, evitar a evaporação, mantendo a umidade superficial do solo.

Já a classe Argissolo Vermelho Amarelo (PVA), possui média a alta fertilidade, boa permeabilidade e boa capacidade de retenção de água no perfil do solo, oferecendo alto potencial para o uso com culturas anuais, perenes e pastagens, principalmente capineiras e palma forrageira.

6 Agradecimentos (opcional)

À família agricultora participante da pesquisa e aos parceiros institucionais EMPAER e EMPARN, que contribuíram significativamente no desenvolvimento das ações do projeto.

7 Referências

BAKER, G.A.; Souza Neto J. Assessment of the potential of dual-purpose goats in northeast Brazil. **Small Ruminant Research**. 2:97-105. 1989.doi.org/10.1016/0921-4488(89)90035-7.

ESCAREÑO. L.; SALINAS-GONZALEZ, H.; WURZINGER, M.; INIGUEZ, L.; SOELKNER; J., MEZA-HERRERA, C. Dairy goat production systems. **Tropical Animal Health and Production**. 45:17-34. 2012. doi.org/10.1007/s11250-012-0246-6.

FAOSTAT. **Production: Livestock Primary**. Disponível em: <[http://fenixservices.fao.org/faostat/static/bulkdownloads/Production_LivestockPrimary_E_All_Data_\(Normalized\).zip](http://fenixservices.fao.org/faostat/static/bulkdownloads/Production_LivestockPrimary_E_All_Data_(Normalized).zip)>. Acessado em 26 fev. 2020.

Gonçalves Junior, O. **Da tradição ao mercado: construção social e caprinovinocultura no semi-árido**. 336 f. 2010. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – FGV, São Paulo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2019. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, Censo Agropecuário 2017 - Resultados Preliminares**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>. Acesso em 15 fev. 2020.

Souza Neto J, B. G, Mesquita R.C.M. Características gerais da produção de caprinos leiteiros no Nordeste do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia**. 16:481-49. 1987

Vivência didático-pedagógicas – a dicotomia entre os conceitos de tempo e clima

⁷⁰João Gustavo Soares de Araújo

⁷¹Maria Rita Ivo de Melo Machado

⁷²Francinete Francis Lacerda

⁷³Sandreanio Nascimento Ferreira

Linha de Pesquisa: Convivência com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento.

DOI: 10.29327/1292658.8-15

1 Introdução

São dezoito anos de docência no Ensino Médio e todos os anos quando o assunto é climatologia uma dúvida vem à tona: qual a diferença entre tempo e clima?

Apesar da estratégia pedagógica ser sempre a mesma, explicar pacientemente que tempo e clima não é a mesma coisa. O tempo indica as condições meteorológicas de um determinado lugar ou região, por exemplo: num espaço de tempo curto de horas ou dias, ou seja, representa um acontecimento momentâneo. O clima integra as informações médias do tempo meteorológico observadas por espaço de tempo longo, no mínimo, 30 anos de observações sistemáticas.

Numa forma didática é possível dizer que o clima e o temperamento e reflete uma constante e o humor e o tempo que reflete um momento específico. Uma das questões básicas em relação ao tempo e ao clima é que o tempo pode mudar rapidamente, enquanto o clima só se altera ao longo de décadas, centenas, milhares ou milhões de anos.

70 João Gustavo Soares de Araújo; Doutorando do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Email gustavoevolucao@yahoo.com.br; <http://orcid.org/0009.0001-0182-0073>

71 Maria Rita Ivo de Melo Machado; docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal Rural de Pernambuco; Email mariarita.machado@ufrpe.br; <http://orcid.org/0009.0001-0182-0073>

72 Francinete Francis Lacerda, Universidade Federal Rural de Pernambuco; Email francislacerda2012@gmail.com; ORCID <https://orcid.org/0009-0001-0182-0073>

73 Sandreanio Nascimento Ferreira, Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Email sandreanioferreira@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2810-195X>

Mesmo com esse eficiente argumento os discentes não entendem, porém percebe-se que esse não entendimento não fica só na Educação Básica, ele extrapola as fronteiras da academia e chega aos ambientes profissionais incluindo os midiáticos formadores de opinião. Sendo assim, não é difícil presenciar um profissional televisivo referir-se às citadas terminologias erroneamente e trocar tempo por clima.

Quando se usa a expressão “tempo quente” ela está indicando o estado meteorológico momentâneo ou parcial de um local ou região do planeta. Por outro lado, a expressão “clima quente” faz referência a um tipo de classificação climática que é obtida, por exemplo, utilizando observações, dados e métodos recomendados e padronizados pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

A proposta surge da vivência didático-pedagógica e resultado também de relatos de experiências e de práticas vivenciadas durante as imersões. Com um olhar crítico de geógrafo, observou-se as colocações feita pela turma de doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial durante debates tanto em gabinete feitos na disciplina de Mudanças Climáticas e Impactos na Agricultura do Semiárido, quanto no campo, durante as práticas ministradas pela professora doutora Francis Lacerda e pelo professor doutor Marcus Metri.

2 Referencial teórico

2.1 A participação do clima na morfogênese

O clima foi definido como sendo o conjunto de fenômenos meteorológicos que caracterizam o estado médio da atmosfera, numa determinada parte da superfície terrestre. É o ambiente atmosférico constituído pela série de estados atmosféricos acima de um lugar, em sua sucessão habitual, reforçando a afirmação de Jatobá (1998). A Organização Meteorológica Mundial (OMM, 1994) afirma que o clima: constitui o estado médio e o comportamento estatístico da variabilidade dos parâmetros do tempo (temperatura, chuva, vento, etc.) sobre um período, suficientemente, longo de uma localidade (<https://news.un.org/pt/tags/omm>). O clima é um dos mais destacados componentes da esfera geográfica. Influencia consideravelmente todos os componentes do complexo geográficos naturais, particularmente no relevo terrestre.

A influência do clima sobre o relevo terrestre se dá de forma direta e indireta. As influências diretas são decorrentes dos principais elementos do clima sobre os corpos rochosos que estão expostos ao ar atmosférico. Esses elementos são sobretudo as precipitações, a umidade, a temperatura do ar e os ventos. O entendimento da ciência atmosférica a partir das várias perspectivas e disciplinas permite e amplia a compreensão sobre os efeitos do clima e do tempo na saúde humana e animal, na interação água-solo-planta-atmosfera, na interação com os oceanos, etc.

A meteorologia é a ciência que, no curto prazo, trata dos fenômenos que acontecem nas camadas mais baixas da atmosfera, onde a vida se desenvolve. Assim sendo, as mudanças que ocorrem a cada momento, enquadram-se na ciência meteorológica que tem como objetivo prever o tempo e elaborar previsões com base no curto e no médio prazo. Por outro lado, a climatologia tem como foco as variações do tempo de longo prazo e, embora utilize o mesmo conjunto de variáveis, busca tirar conclusões sobre a evolução geral do conjunto de fenômenos.

A ação do clima sobre as rochas acarreta, inicialmente, os processos de meteorização destas e, posteriormente, a ocorrência de processos erosivos deposicionais (JATOBÁ, 1998).

2.2 Intemperismo

O intemperismo constitui o conjunto de processos causados por fatores biológicos, físicos e químicos, operantes na superfície terrestre que ocasionam a decomposição dos minerais das rochas, graças à ação dos agentes atmosféricos e biológicos (LEINZ, 1998).

O termo clima tem sua raiz no vocábulo grego *clinein*, inclinar-se, pois perceberam os antigos gregos a inclinação do eixo da Terra em relação ao plano da eclíptica. O termo clima determinou a mudança no sentido do vocábulo, significando, então, as condições gerais, médias, da atmosfera. Denomina-se tempo às condições temporárias de um local que se integram no tempo e no espaço, para formar o clima de uma região (LEINZ, 1998. P. 55).

2.3 O livro didático de Geografia

A Geografia é considerada a ciência que estabelece a relação, a explicação e a espacialidade dos fenômenos físicos (substrato rochoso, relevo, clima, água e solos), biológicos (fauna e flora) e humanos (aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos) que constituem e integram o contexto espacial terrestre. O clima é um dos elementos importantes nas questões cotidianas e, também, nas questões ambientais. Os processos atmosféricos influenciam os demais processos do ambiente, principalmente na biosfera, hidrosfera e litosfera. Mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar os demais processos e/ou elementos do ambiente ao estudar o clima (FERRETTI, 2012), a exemplo dos hábitos e culturas relacionadas à questão do clima que a população encontra-se submetida.

O clima influencia diretamente as plantas, os animais, os solos e os hábitos de consumo, as rochas por meio do intemperismo, enquanto as forças externas que modelam a superfície terrestre são basicamente controladas pelo clima. Este, próximo a superfície, é controlado pelos elementos da paisagem, da vegetação e do ser humano, além de ser influenciado pelos elementos climáticos e pelos fatores climáticos, que configuram o que é chamado de tempo meteorológico (FERRETTI, 2012). Elementos climáticos são temperatura, umidade, pressão atmosférica, nebulosidade, precipitação, ventos, radiação solar, evapotranspiração, etc.

Os fatores climáticos imprimem parte das características do espaço geográfico e são influenciados por elementos como altitude, latitude, continentalidade, maritimidade, relevo, além do uso e ocupação do solo. Os estudos meteorológicos e seus conceitos podem auxiliar através das suas aplicações diversas áreas do conhecimento e atividades práticas como: na agricultura, na geologia, na marinha, na aeronáutica, em estudos sobre o impacto ambiental, na disponibilidade hídrica e energética, na arquitetura, no turismo, transportes, operação de radares, entre outras aplicações.

2.4 Meteorologia

A Meteorologia é a ciência da atmosfera e seus fenômenos. Atualmente pode ser definida de duas maneiras:

- Tradicional – estuda separadamente os elementos meteorológicos como temperatura, umidade, pressão, ventos, nebulosidade.

- Dinâmica – estuda a mecânica geral da atmosfera, considerando em bloco os estados atmosféricos como tempo e massas de ar.

Geógrafos e meteorologistas fazem observações com os mesmos instrumentos (satélites e radares meteorológicos) e sobre os mesmos fenômenos (chuvas e deslocamento de frentes frias, entre outros), embora o meteorologista preocupe-se com a precisão dos aparelhos, com a sensibilidade deles, com a crítica matemática das séries de dados meteorológicos e com a variação desses dados tendo em vista a previsão.

Há dois domínios de pesquisa na Meteorologia:

- Meteorologia Descritiva Tradicional – estuda separadamente os elementos do tempo e da atmosfera. Os geógrafos utilizam-se largamente deste método.
- Meteorologia Dinâmica – estuda a mecânica geral e a termodinâmica da atmosfera. A sua utilização pelos geógrafos é limitada.

A Meteorologia coleta os dados que a Climatologia e a Geografia necessitam para interpretar e analisar as características de tempo e do clima. Além da previsão do tempo e do clima, os meteorologistas atuam em muitas áreas. A Meteorologia também investiga fenômenos como poluição atmosférica, eletricidade atmosférica, recursos hídricos e mudanças climáticas. Há interfaces com a química, oceanografia, meio-ambiente, agricultura e saúde, entre muitos outros. Abaixo algumas áreas de aplicação: micrometeorologia e agrometeorologia; análise e previsão do tempo e clima; interação oceano-atmosfera; sensoriamento remoto e hidrometeorologia; oceanografia física; processos de superfície terrestre; poluição atmosférica e climatologia; previsão numérica do tempo; meteorologia sinótica; teledetecção atmosférica; hidrometeorologia; modelagem atmosférica; termodinâmica da atmosfera.

2.5 Mudanças Climáticas

Uma síntese do relatório do IPCC (2021), publicado em março de 2023 é mais que um alerta da comunidade científica. O alerta, desta vez, traz uma mensagem final, “uma questão de sobrevivência”. O planeta já está 1,2°C mais quente do que nos tempos pré-industriais, e as previsões indicam que os próximos cinco anos serão os mais quentes já registrados. A emergência climática deu lugar a uma emergência humanitária. Este último relatório é um apanhado dos últimos seis relatórios publicados

pelo IPCC. Os níveis atmosféricos de dióxido de carbono atingiram um novo recorde, em maio de 2023, um pico de 424 ppm, um aumento de 3,0 ppm, o maior em milhões de anos, pelo menos. As emissões de gases de efeito estufa – GEE, precisam parar de crescer até 2025 e depois cair 43% até 2030 (em relação aos níveis de 2019), compatíveis com a meta de 1,5°C do ‘Acordo de Paris’ (IPCC,2021).

3 Metodologia

Identificamos um problema recorrente no meio acadêmico e também profissional, as colocações adjetivas erradas ao se referir a tempo e clima. Neste caso surgiu a ideia de fazer uma análise de onde está a matriz do problema. Buscamos os livros didáticos da Educação Básica e identificamos uma superficialidade no tocante ao tema deste trabalho, gerando assim a dicotomia identificada inicialmente na disciplina de Mudanças Climáticas e Impactos na Agricultura do Semiárido do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Os livros didáticos abordam esse tema de maneira direta e superficial, sem fornecer muitos detalhes sobre a diferença entre tempo e clima, porém a correlação com as características do clima e com os fatores do clima, dão um norte crítico para que o estudante possa separar bem os conceitos.

Os conceitos de tempo e clima possuem significados diferentes, embora popularmente sejam empregados como sinônimos. Quando falamos em tempo atmosférico, nos referimos ao estado momentâneo da atmosfera em determinado lugar e instante, ou seja, se está chovendo ou não, se está fazendo frio ou calor, se o céu está limpo ou nublado, se está ventando etc. As condições do tempo variam muito de um lugar para outro, de modo que pode estar ensolarado e quente onde estamos e chuvoso em outros lugares, próximos ou distantes. As condições do tempo também são dinâmicas e podem mudar rapidamente. Quem nunca foi surpreendido por uma chuva repentina?

O clima, por sua vez, pode ser entendido como uma rotina habitual dos tipos de tempos meteorológico que predominam em determinado lugar, em cada época do ano o clima expressa, portanto, as condições atmosféricas mais marcantes ao longo do ano (meses mais quentes ou mais frios, meses mais chuvosos ou mais secos, etc.).

Assim, quando dizemos que Manaus e Belém possuem climas quentes e chuvosos, é porque essas cidades apresentam temperaturas elevadas e chuvas ao longo dos meses do ano, ou mesmo de um ano para outro. No caso de Manaus e Belém, por exemplo, certos meses do ano podem ser bem mais chuvosos ou bem mais secos do que o esperado para aquela época.

Na superfície terrestre existem climas com características bem distintas, alguns deles bem quentes, outros muito frios, alguns bastantes chuvosos outros extremamente secos. Essa grande diversidade climática decorre em grande parte da atuação de diversos fatores que diferem principalmente na temperatura e na umidade do ar atmosférico, influenciando as características climáticas de cada região. Alguns dos fatores climáticos:

- **Altitude:** distância vertical de um lugar em relação ao nível do mar;
- **Latitude:** de maneira geral, as temperaturas na superfície do planeta variam de forma inversa de acordo com a latitude, ou seja, a temperatura diminui conforme a latitude aumenta e vice-versa;
- **Corrente marítimas:** as extensas correntes marítimas que se movimentam pelos oceanos podem exercer grande influência sobre o clima de regiões situadas no interior dos continentes;
- **Maritimidade e continentalidade:** a maior ou menor distância de um lugar em relação ao oceano também interfere em seu clima;
- **Vegetação:** as características climáticas que atuam em certas regiões do planeta também são influenciadas pelo tipo de vegetação natural ali existente.

4 Resultados e Discussão

Tempo é o estado momentâneo atmosférico, é o comportamento atmosférico num determinado momento. O tempo pode estar chuvoso, seco, frio, quente, nebuloso, ensolarado ou mesmo escuro e claro. Já o clima é previsível, e mesmo seco pode estar chuvoso; mesmo havendo a previsão de ser um clima frio para aquele período do ano, num dado momento o tempo pode virar e se tornar quente. Existem regras para definir o clima de uma região, essas são definidas pelos fatores climáticos.

Os Fatores que determinam o clima de uma região, são as observações/medidas de temperatura, umidade, vento, precipitação, etc., essas são

ferramentas para que possamos diferenciar tempo de clima, entre outros fatores tais como:

- Latitude: quanto maior a latitude, menor a quantidade de radiação solar recebida ao longo do ano;
 - Sistemas predominantes de ventos e pressão: a distribuição da precipitação no globo mostra uma relação muito próxima com a distribuição dos principais sistemas de ventos e pressão da Terra;
 - Distância dos oceanos: capacidade térmica da água > capacidade térmica da superfície continental, quanto mais próximo de oceanos (ou grandes corpos d'água), menor as variações de temperatura ao longo do dia • Altitude: quanto maior a altitude, menor a temperatura;
 - Tipo de superfície: quanto mais “refletora” a superfície (quanto maior o albedo), menor a temperatura. • Correntes oceânicas e temperatura da superfície do mar (TSM)
- Latitude - influencia na radiação solar recebida.

5 Conclusões

Diferenciar o tempo de clima é fundamental, principalmente, em tempos de emergência climática, antropoceno e crise ambiental. As mudanças climáticas são um dos maiores desafios globais, uma vez que envolvem ações coordenadas em diversas dimensões, tais como a ciência, o meio ambiente, a economia e a política. A ciência está em busca constante de respostas e caminhos para proteger a vida na Terra. Os impactos das mudanças climáticas são uma combinação entre a ordem de grandeza da ameaça (ex.: secas severas, enchentes, temperaturas extremas, acidificação dos oceanos, aumento do nível do mar etc.) e o grau de exposição aos fenômenos meteorológicos.

Nesse contexto, esse trabalho tenta dar uma contribuição em termos educativos, para além da compreensão didática do tema, busca trazer clareza e dotar de significado um dos maiores desafios deste século. O sentido da comunicação e da popularização de tais temas, como elemento de formação de uma nova abordagem cultural, depende desta interação comunicacional, dos símbolos por meio da linguagem, da enunciação das palavras, do diálogo e das conversas.

Nesta perspectiva, a ciência, a qual é complexa, fica ainda mais para ser assimilada (fazer sentido) pelo público leigo. As barreiras do sentido se encontram sobremaneira na peculiar linguagem técnica e especializada. A complexidade é tamanha que a não compreensão científica tem impacto direto na qualidade de vida das pessoas e no exercício de sua cidadania. A promoção de uma educação científica, a popularização da Ciência e Tecnologia e Inovação e a apropriação social do conhecimento é reconhecida inclusive como estratégica no mundo, faz parte da abordagem superficial da disciplina de Ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental, quanto ao conteúdo de Geografia no primeiro ano do ensino médio. Assim, o conteúdo deve ser aprendido no Ensino Básico, logo percebe-se que quando o indivíduo na academia comete tal equívoco em confundir tempo e clima, fica claro a deficiência de informações adquirida na base do processo.

6 Referências

FERRETTI, ELIANE. **Geografia em ação, práticas em climatologia – 2 ed.** - Curitiba: Aymar, 2012.

IPCC, 2021. **Mudanças Climáticas 2021 - a Base da Ciência Física, Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas** [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, SL Connors, C Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, MI Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, JBR Matthews, TK Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu e B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press, no prelo, publicado: 9 de agosto de 2021.

JATOBÁ, LUCIVÂNIO; LINS, RACHEL CALDAS. **Introdução à geomorfologia – 2 ed.** revista e ampliada – Recife: Bagaço, 1998.

LEINZ, VICTOR; AMARAL, SERGIO ESTANISLAU. **Geologia geral – 13 ed.** rev. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

MARTINEZ, ROGERIO; VIDAL, WANESSA PIRES GARCIA. **#Contato geografia, 1º ano – 1 ed.** – São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

Links:

(<https://news.un.org/pt/tags/omm>) Acessado em 27/06/2023;

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/qual-a-diferenca-entre-climatologia-e-meteorologia#:~:text=Em%20termos%20gerais%2C%20a%20meteorologia,atmosfera%20e%20dos%20elementos%20atmosf%C3%A9ricos>. Acessado em 27/06/2023;

(<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quatro-graficos-alarmanes-que-mostram-o-quao-extremo-o-clima-esta-atualmente/>). Acessado em 23/06/2023

ESTRUTURA TÉCNICA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA (SEMAGRI) DA BACIA LEITEIRA ALAGOANA

Sandreanio Nascimento Ferreira⁷⁴

João Gustavo Soares de Araújo⁷⁵

José Eduardo Matos⁷⁶

Roseane Santos de Jesus⁷⁷

Luís Cláudio Monteiro Mattos⁷⁸

Linha de Pesquisa: Convivência com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e
Desenvolvimento

DOI: 10.29327/1292658.8-16

1 Introdução

O estado de Alagoas possui sua economia voltada a basicamente três segmentos econômicos: sucroalcooleiro, produção de leite e o turismo. Esses segmentos se baseiam em características estruturais totalmente diferenciadas, mas apresentam um ponto comum entre si, tornando o estado uma referência ao nível de nordeste nesses segmentos econômicos.

Para Dantas (2011), o setor sucroalcooleiro é responsável pela principal economia do estado em movimentação comercial, exportação, giro de recursos e

⁷⁴ *Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:sandreanioferreira@gmail.com ; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2810-195X*

⁷⁵ *Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:gustavoevolucao@yahoo.com.br; ORCID: http://orcid/0009.0001-0182-0073*

⁷⁶ *Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:joseeduardomatos.aju@gmail.com; ORCID: http://orcid/0009-0001-4828-8993*

⁷⁷ *Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:roseane.jesus@ufrpe.com.br; ORCID: https://orcid.org/00090008-5093-9805*

⁷⁸ *Doutor em Desenvolvimento Territorial. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:luis.mattos@ufrpe.br.; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6997-604X*

pagamento de impostos. O mesmo autor afirma que a atividade leiteira é responsável pelo maior número de empregos na zona rural de Ipanema (DANTAS, 2011). Essa região está localizada na zona de transição entre o agreste e o sertão, mais precisamente no Vale do Rio Ipanema. Já o setor de turismo, explora as belezas naturais de Alagoas em sua plenitude e contribui circunstancialmente para o desenvolvimento da economia nos polos turísticos.

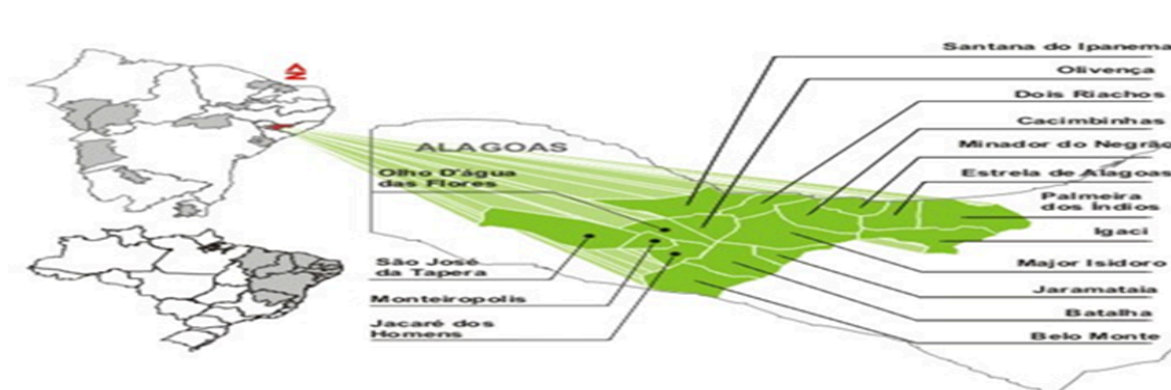
Embora o segmento de produção de leite no estado de Alagoas, tenha sua maior concentração de produção no Vale do Rio Ipanema, houve uma expansão que se deu em parte pelo aumento no consumo, ocupação de terras antes destinadas à produção de cana de açúcar, e o atendimento das demandas de mercados, inclusive de outros estados (SEBRAE, 2022).

A região da Bacia Leiteira abrange uma área de 2.782,9 km² e é composta por 11 municípios, são eles: Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Palestina e Pão de Açúcar (ALAGOAS, 2017).

Já o Banco do Nordeste do Brasil – BNB (2004), atua e reconhece a bacia leiteira de alagoas com 16 municípios, os municípios enquadrados no contexto territorial são: Olho D'Água das Flores, São José da Tapera, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Santana do Ipanema, Olivença, Dois Riachos, Cacimbinhas, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios, Igaci, Major Isidoro, Jaramataia, Batalha e Belo Monte, conforme demonstrado na figura 01.

Várias outras instituições compreendem o território da bacia leiteira com maior ou menor número de municípios, para efeito deste resumo expandido, lavou-se em consideração limitante, os municípios da bacia leiteira correspondente aos estabelecidos pelo Governo do Estado de Alagoas que estão inseridos no escopo da mesma figura.

Figura 1: Localização da bacia leiteira de Alagoas



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB (2004)

Para atender as demandas que emergem desse território, às gestões públicas necessitam implementar uma governança democrática de direito, sem viés político que nem sempre é possível fazer. Para isso, devem mediatizar o envolvimento da sociedade na implementação das políticas públicas, favorecendo sua capacidade de influir nas decisões relativas à definição da agenda pública e, principalmente, de monitorar e avaliar sua execução (CARNEIRO, 2016).

A implantação e execução de projetos municipais, precisam atender todos os povos, seja o agricultor familiar, quilombolas, assentados, dentre outros, todavia, podem esbarrar, dentre outras questões, na burocracia. A esse respeito, Fernandes (2018) afirma que às instituições públicas ainda enfrentam os problemas advindos de frequentes cortes de orçamento, estruturas rígidas, característicos do meio público, deixando os processos morosos, e, às vezes, travam o fluxo de suas atividades, impedindo-as de cumprir eficientemente sua missão.

Na prática, há uma constante demanda do setor produtivo para as SEMAGRI que compõem a bacia leiteira alagoana. Nesse aspecto, é possível que essas secretarias não disponham de estrutura técnica adequada para atender toda essa demanda do campo que são provenientes de vários movimentos sociais.

Nesse resumo estendido, os olhares e as discussões objetivam fazer um diagnóstico e descobrir qual a estrutura técnica das SEMAGRI disponível para atender a toda a demanda de trabalho e promover o desenvolvimento do território da bacia leiteira de Alagoas.

2 Referencial teórico

A estratégia de desenvolvimento rural no Brasil encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, que assume o papel de formular planos de desenvolvimento rural para diferentes territoriais, assume também, a negociação dos recursos que os diferentes ministérios dispõem para aplicação no âmbito rural, coordenar e fortalecer as ações dos colegiados territoriais (ECHEVERRI, 2010).

Segundo Grisa e Schneider (2015), o marco da abordagem territorial não é simplesmente a criação de territórios, mas, sobretudo, elementos centrais no desenho da política territorial, privilegiando os temas de governança e gestão social, os quais estariam relacionados com: 1) construção institucional da participação de atores; 2) intersetorialidade das atividades propostas; 3) elaboração de projetos estratégicos de desenvolvimento.

Neste sentido, as equipes técnicas das SEMAGRI estabelecem modelo de governança idealizado pela gestão municipal, fomentando a gestão social compartilhada entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, mobilizando e articulando os atores territoriais para a discussão e condução de temáticas específicas. Em torno da ação, interação e reação entre os atores da sociedade civil e do Poder Público “em alusão a um bem comum” é que se deflagra a ação pública (ÁVILA, 2011).

Referindo-se a sociedade civil, os movimentos sociais, por sua vez, têm procurado seu próprio rumo, através de suas diferentes formas de organização, alguns, vítimas desse desenvolvimento econômico excludente, proclamam seus direitos e questionam os responsáveis por sua situação (MARTINS, 2001). Por outro lado, a ação pública visa observar os dispositivos concretos de política pública como construções sociais consequentes de um jogo complexo entre uma multiplicidade de atores sociais, políticos e econômicos (MASSARDIER, 2003).

Para Peixoto (2014), existe uma grande espera de um serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que nunca chega para todos, e a realidade tem demonstrado que a ATER privada, sentencia o pequeno agricultor, comprometendo as contas que ele não tem condições de assumir.

Paiva (2012) observou uma série de deficiências no serviço de ATER prestado por instituição em diversos municípios do estado, entre as quais: limitações na

formação técnica/acadêmica de muitos profissionais, falta de estruturação dos escritórios locais e reduzido quadro de funcionários das Secretarias Municipais de Agricultura.

Para atender as demandas que emergem dos setores que buscam se desenvolver, ocupar espaços, às gestões públicas necessitam implementar uma governança democrática de direito. Santos (1986) afirma que o espaço se situa na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função, porque os movimentos da totalidade social, modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram processos e incitam funções até então não desencadeadas.

Veiga (2016) ressalta que a governabilidade não está voltada ao processo de reconstrução e preocupação com o ser em si, do sujeito, da cidadania, mas somente a reelaboração e consolidação da estrutura e capacidade de ações de controle. Já as ações e as estratégias focadas para o controle social podem repercutir na não liberdade dos sujeitos em sociedade (AGAMBEN, 2004).

O povo pode se manifestar, mas sempre sujeito a muitos limites e mecanismos de controle que pretendem conter a força constituinte do povo, a qual seria capaz de transformar completamente qualquer realidade político-institucional. Nesse sentido, toda essa tradição, para Negri (2015), deveria ser vista como essencialmente conservadora e anti revolucionária.

De acordo com Peixoto (2014), em geral, às estatísticas, considera-se atendido o produtor que recebeu visita técnica ou participou de alguma atividade grupal promovida pelo serviço de ATER ao menos uma vez no ano, o que é insuficiente para serem atingidos os objetivos esperados pelos produtores.

Pettan (2010) afirma que houve um o desmonte progressivo da estrutura existente a partir dos anos 1990, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) não buscou reverter o quadro de restrição orçamentária dessas empresas de ATER e as Secretarias Municipais de Agricultura, por sua vez, não evoluíram para superar esse gargalo. Há uma lacuna na preparação desses profissionais para lidar com aspectos relacionados à diversidade étnica, cultural, de gênero, entre outras existentes no meio rural brasileiro, principalmente no caso do público da agricultura familiar. (IPEA, 2017).

Alves e Souza (2014) avaliando os desafios da recém-criada ANATER, identificou que os Estados e Municípios devem fazer uma análise sobre suas estruturas

profissionais para melhor atender a demanda a curto e médio prazo, haja vista, a capacidade técnica deste órgão aliando a logística inadequada não atender as recomendações previstas pela PNATER.

3 Metodologia

O início da pesquisa se deu pela identificação e articulação de todos os secretários municipais de agricultura dos 11 municípios que compõem o território da bacia leiteira alagoana através do Fórum Alagoano dos Secretários Municipais de Agricultura (FASA). Observou-se na fase de articulação, que nos municípios de Jaramataia e Jacaré dos homens não possuíam secretários municipais devidamente empossados. Em seguida, foram traçadas rotas estratégicas mediante agendamentos de visitas em todas as secretarias municipais de agricultura previamente articuladas, mediante a disponibilidade de cada secretário.

Noutro momento, iniciou-se a coleta de dados priorizando fazer com secretários, de modo a obter informações mais precisas e realistas de cada secretaria, salvo naqueles municípios que não possuem secretários municipais. Para levantar as informações necessárias, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, questionário de pesquisas exploratórias descritivo de natureza qualitativa, através do Google Forms.

O questionário de pesquisa foi aplicado nas 11 (onze) Secretarias Municipais de Agricultura, sendo, 09 (nove) diretamente com os secretários municipais de agricultura e 02 (dois) com técnicos das secretarias. Fez-se, também, pesquisas em livros, revistas, periódicos, materiais e artigos referentes ao assunto proposto para auxiliar no embasamento científico deste estudo.

Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa seguiu dois roteiros preestabelecidos, o primeiro roteiro trata da dinâmica estrutural relativo à equipe técnica das Secretarias Municipais de Agricultura. No segundo, busca entender os motivos pelas quais essas secretarias apresentam tais

estruturas. Após aplicação dos questionários de pesquisa, os dados foram tabulados para observar a estrutura operacional dessas secretarias e sua capacidade de atendimento às demandas existentes no campo.

Na ocasião, foi solicitado aos secretários de Agricultura o orçamento anual de suas pastas, porém, apesar de ter uma significativa importância para este trabalho, não foi possível ter acesso diante da dificuldade de acessar tais informações, o número de técnicos foi comparado com o número de estabelecimentos rurais. Nesse contexto, analisaremos a capacidade operacional destas secretarias em função da quantidade de estabelecimentos agropecuários existentes em cada município.

O campo de estudo se deu no território da Bacia leiteira alagoana que corresponde a 11 municípios estabelecidos pelo Estado de Alagoas. Esse resumo expandido, busca, também, trazer para o Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, os aspectos territoriais referentes a interlocução entre os atores da gestão pública e o território.

4 Resultados e Discussão

4.1 Estrutura operacional das Secretarias Municipais de Agricultura

As SEMAGRI necessitam dentro de sua estrutura operacional, uma equipe técnica qualificada capaz de desempenhar suas funções administrativas, burocráticas e absorver a demanda existente da própria natureza da qual a administração pública faz parte, além das demandas identificadas ou até mesmo solicitadas por produtores, agricultores, associações, cooperativas, movimentos sociais, assentados, quilombola, dentre outros.

Ao analisarmos os dados levantados nas SEMAGRI dispostos no quadro 01, nota-se que não existe uma correlação entre a equipe técnica disponível nas secretarias em detrimento da quantidade de estabelecimento rurais. Municípios com maior ou menor número de estabelecimentos rurais, tem em sua composição técnica praticamente as mesmas dinâmicas estrutural e quantidade de técnicos.

Observa-se no mesmo quadro, que os municípios têm mais profissionais cedidos a órgãos do governo do estado, como, por exemplo: EMATER/AL e ADEAL, do que mesmo a quantidade de técnicos disponíveis na própria secretaria. Esse fato

denuncia uma questão bastante grave no contexto da divisão de responsabilidades técnicas, haja vista, o próprio estado não dispor de técnicos o suficiente para fazer as ações básicas nos municípios.

Quadro 01: Equipe técnica das Secretarias Municipais de Agricultura

Município	Quant. de técnicos	Técnicos em regime parceria	Nº de estabelecimentos
Batalha	03	00	735
Belo Monte	05	01 (EMATER)	498
Cacimbinhas	02	01 (EMATER) 01 (ADEAL)	774
Jacaré dos Homens	02	01 (EMATER) 02 (ADEAL)	538
Jaramataia	01	00	411
Major Isidoro	03	01 (ADEAL) 01 (EMATER)	1.985
Minador do Negrão	02	01 (ADEAL) 01 (EMATER)	793
Monteirópolis	02	02 (EMATER) 02 (ADEAL)	316
Olho D'Água das Flores	03	01 (EMATER) 01 (ADEAL)	1.440
Palestina	02	01 (EMATER) 01 (ADEAL)	120
Pão de Açúcar	04	01 (EMATER) 01 (ADEAL)	1.539

Fonte – Elaborado pelo autor baseada em pesquisa de campo (2023).

Em análise do mesmo quadro, dos 11 (onze) municípios, apenas os municípios de Batalha e Jaramataia não cedem técnicos para os órgãos estaduais, 07 (sete) Municípios cedem o mesmo número de técnico ou mais do que a quantidade de técnico que está disponível para a própria secretária, e apenas 02 (dois) municípios tem mais técnicos na sede da secretaria do que a quantidade de técnicos cedido para outros órgãos.

Levando em consideração a quantidade de estabelecimentos rurais, nenhum dos municípios apresenta técnicos o suficiente para prestar uma assistência técnica de qualidade em sua totalidade. Evidencia-se que há uma enorme deficiência de técnicos, sobretudo, nos municípios de Major Isidoro, Batalha, Olho D'Água das Flores, Jaramataia e Pão de Açúcar.

O estado de Alagoas, através da SEAGRI, vêm ao longo dos anos, adotando uma política de parceria com as prefeituras de forma continuada e incisiva, de modo que, as prefeituras que não fecharem essa parceria ficam desprovidas de serviços básicos que é de competência do Estado, essa parceria contribui diretamente para o sucateamento técnico das SEMAGRI, além de contribuir para o agravamento de problemas que já são crônicos, como a falta de profissionais melhor capacitados nos quadros municipais para fazerem ATER em seus respectivos municípios.

4.2. Composição da equipe técnica

As gestões públicas de forma generalizada optam pela contratação de equipes técnicas de menor valor agregado, refletindo diretamente na composição da equipe técnica das SEMAGRI, que por sua vez, traz influência na qualidade dos serviços disponibilizados para os agricultores familiares.

No gráfico 01, observa-se o grau de instrução dos técnicos que compõem as SEMAGRI, sendo estes cedidos para outros órgãos estaduais através das próprias secretarias ou não. Nota-se que 64,70% das equipes técnicas são compostas por profissionais de nível médio, destes, 29,41% é composto por técnicos agrícolas. Esses dados demonstram que às gestões municipais contratam técnicos de forma aleatória, sem critérios e com pouca ênfase na qualidade, que pode resultar em deficiência na qualidade da prestação de serviços aos agricultores familiares.

No mesmo quadro, pode-se observar que 17,65% das equipes técnicas são compostas por veterinários, esses profissionais são extremamente importantes dentro da dinâmica das SEMAGRI por serem responsáveis pela inspeção e monitoramento sanitário de abatedouros de frangos, mercados públicos, muito comuns nos pequenos municípios do território da bacia leiteira, dentre outros serviços.

Verifica-se que zootecnistas (5,88%) e agrônomos (7,84%) e outros (3,92%), nesse último caso, assistentes sociais e agentes locais, compõem as equipes técnicas

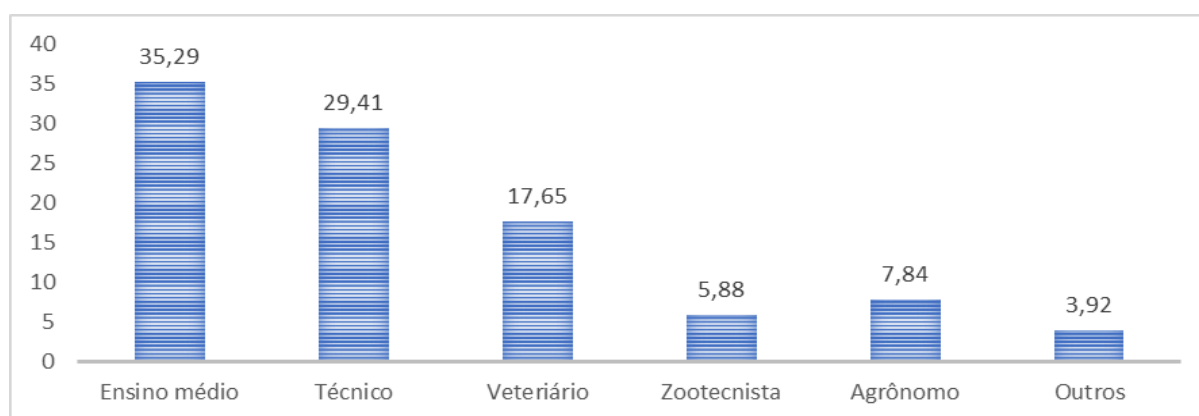
em menor número de profissionais, geralmente os zootecnistas e agrônomos estão cedidos aos órgãos estaduais como a EMATER e ADEAL.

As equipes que ficam à disposição das secretarias municipais apresentam no geral menor grau de instrução, baixa qualidade técnica, e geralmente não passam por capacitações, treinamento ou até mesmo aperfeiçoamento, o que pode interferir diretamente na resolução dos problemas evidenciados no campo. Identifica-se que as SEMAGRI apresentam dificuldade de compor equipes técnicas devido à forma de contratação que se dá por viés político e não técnico. Logo, essas equipes buscam apenas atender as demandas diárias, e acompanhar os projetos externos provenientes do governo estadual e federal, como, por exemplo: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Garantia Safra.

Outra questão que fica limitada, é o atendimento e execução de políticas públicas, ações e execução de possíveis projetos direcionados aos quilombolas e assentados existentes no território, favorecendo a desigualdade no acesso e prestação de informações necessária para o desenvolvimento econômico, podendo interferir diretamente na segurança alimentar desses povos.

Os técnicos mais bem capacitados são cedidos para os órgãos estaduais descritos aqui (EMATER e ADEAL), tem a ver com a demanda dos serviços realizados por estes órgãos no município. A EMATER, dentre outros serviços, presta assistência técnica e emite o CAF, já a ADEAL monitora os rebanhos e emite o GTA.

Gráfico 01: Grau de instrução das equipes técnicas



Fonte – Elaborado pelo autor baseada em pesquisa de campo (2023).

Em conversas com os secretários municipais de agricultura, durante a coleta de dados, evidencia-se que os mesmos não apresentam força de indicação técnica para compor suas equipes de trabalho, todo quadro técnico, seja, o da própria secretaria ou

dos profissionais cedidos aos órgãos estaduais, são indicados pelo próprio gestor municipal, ocasionando alguns atritos e desconfortos profissionais.

5 Conclusões

Conclui-se que a composição da equipe técnica das SEMAGRI não atende a nenhum parâmetro técnico quando comparado a quantidade de estabelecimento agropecuário a ser atendido em seus respectivos municípios de atuação, essas contratações são realizadas por viés totalmente político.

Os técnicos com maior grau de instrução estão cedidos aos órgãos estaduais, EMATER e ADEAL, impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados pela SEMAGRI. Essas parcerias estabelecidas entre o governo municipal e estadual tem um peso significativo para a gestão municipal e denuncia a falta de técnicos por parte do estado para desenvolver os trabalhos de sua competência.

As limitações em relação à quantidade e a capacidade técnica disponível para nas SEMAGRI interferem diretamente na implantação de política pública, ações de desenvolvimento econômico, na operacionalização de projetos direcionados aos agricultores familiares, e, sobretudo, quilombolas e assentados existentes no território da bacia leiteira alagoana.

6 Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O estado de exceção como paradigma de governo**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre Pecuária Leiteira de Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 37p.

ÁVILA, M. L. **Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: o caso do Território das Águas Emendadas**. 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ALVES, E.; SOUZA, G. S. **Desafios da agência de extensão rural**. In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

CARNEIRO, R., and BRASIL, F.P.D. **Gestão pública no Brasil do século XXI: tendências reformistas e o desafio da profissionalização**. In: GADELHA, P., NORONHA, J.C., DAIN, S., and PEREIRA, T.R., eds. Brasil Saúde Amanhã: população, economia e gestão [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016, pp. 75-117. ISBN: 978-65-5708-093-1.

DANTAS, J. S. **Congresso Internacional do Leite**, 10. 2011, Maceió: Centro de Convenções, 26 out. 2011.

ECHEVERRI, Rafael. **Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e no território da cidadania**. In: FAVARETO, Arilson et al, Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios/Série Desenvolvimento Sustentável, Brasília: IICA, 2010, p. 81-114.

FERNANDES, W. C. (2018). **Modelagem de processos utilizando a teoria das restrições na divisão de transportes de uma universidade pública**. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Federal de Goiás. Aparecida de Goiânia, GO, Brasil.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três gerações de Políticas Públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre a sociedade e o Estado no Brasil**. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-49

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília: Rio de Janeiro. 2017.

MARTINS, José de Souza. **O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento rural, São Paulo, USP: Instituto de Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 31-36, set.-dez. 2001.

MASSARDIEU, G. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin, 2003.

NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

PEIXOTO, M. **Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo**. In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SANTOS, M. Espacio y Método. **Geocritica**. Cadernos Críticos de Geografia Humana, Barcelona, Publicacions i Edicions UB, n.65, Septiembre 1986. 57 páginas.

SEBRAE. **Diagnóstico do Setor de Laticínios do Estado de Alagoas**: Análise das Empresas Vinculadas ao Sindicato do Leite de Alagoas. Maceió, 2022.

VEIGA, Itamar Soares. **Viventes, dispositivos e os processos de subjetivação segundo Agamben**. **Revista de Filosofia**. Vol. 13, n. 1, junho/ 2016.

http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/Polos_Desenvolvimento/Polo_Bacia_Leiteira_Alagoas/gerados/polo_bacialeiteira_localizacao (2004). asp: acessado em 07/06/2023.

As tecnologias sociais de convivência com o semiárido no fortalecimento da transição agroecológica: um estudo de caso na comunidade São Francisco (Lagoa Nova/RN)

Maria Flávia Dantas da Cruz⁷⁹

Ana Lorena Bezerra dos Santos⁸⁰

Leandro Vieira Cavalcante⁸¹

Linha de Pesquisa: Convivência com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento

DOI: não há (resumo simples)

1 Introdução

O Semiárido brasileiro é tradicionalmente associado a imagens estereotipadas construídas historicamente sobre um espaço-problema, marcado pela presença da seca e da miséria, as quais não representam a complexidade das potencialidades da região. Esse discurso institucional, com o tempo, tornou-se merecedor da atenção do poder público, que atuou na implementação de ações governamentais ineficientes de combate à seca. O paradigma oposto ao combate à seca está pautado na convivência com o Semiárido e refere-se a lógica de pensar, agir e conduzir ações que dialoguem com a perspectiva de bem viver da região, considerando as fragilidades e potencialidades do ambiente, através da implementação de políticas públicas, da difusão de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água e da promoção da agroecologia, entre outros (Silva, 2003; Carvalho, 2010; Baptista e Silva, 2013). Defende-se que as tecnologias sociais, em específico, cumprem um papel importante na transição agroecológica (Caporal e Costabeber, 2000, 2002; Altieri, 2004, 2012), a exemplo do que corre na comunidade São Francisco, na zona rural do município de

⁷⁹ Graduanda em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: fvmaria5@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1012-3122>

⁸⁰ Graduanda em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: ana.lorena.095@ufrn.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2890-6712>

⁸¹ Doutor em Geografia. Professor Adjunto dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Estudos Urbanos e Regionais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: leandro.cavalcante@ufrn.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

Lagoa Nova, Rio Grande do Norte. Diante disso, objetiva-se discorrer sobre as contribuições das tecnologias sociais para o fortalecimento da transição agroecológica na comunidade São Francisco, ressaltando a sua importância nesse processo. Por meio de visitas in-loco e entrevistas com agricultoras da localidade, foram obtidos relatos que exemplificam o fortalecimento da transição agroecológica a partir da implementação das tecnologias supracitadas. Averiguou-se que a Cáritas Diocesana de Caicó assessora a comunidade por meio de incentivos à agroecologia, além de implementar as tecnologias sociais existentes que corroboram com a transição agroecológica, como o biodigestor, o bioágua e o quintal produtivo comunitário. A partir das falas das agricultoras da comunidade, conhecemos um pouco sobre a dinâmica funcional das tecnologias apresentadas. O biodigestor trata a matéria orgânica através de decomposição, produzindo biogás e biofertilizante que contribui com a produção agrícola. O bioágua é uma tecnologia social de convivência com o Semiárido potencializadora da agricultura familiar como um todo, uma vez que seu sistema permite o reuso das águas cinzas para irrigar os cultivos. No caso da comunidade São Francisco, ambas tecnologias são essenciais, pois permitem o abastecimento de matéria orgânica do quintal produtivo, assim como a garantia de água, favorecendo o cultivo de hortaliças, verduras e legumes cultivados pelas agricultoras beneficiárias. A transição agroecológica leva em consideração a relação dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, evidenciando o manejo sustentável dos agroecossistemas, de modo a desenvolver uma agricultura sustentável que contribua com a conservação ambiental, a geração de renda e a produção de alimentos saudáveis. Nesse sentido, ressalta-se a importância das tecnologias sociais no fortalecimento desse processo na comunidade, onde desempenham um papel fundamental e impactam positivamente na produção agrícola e na segurança hídrica e alimentar da população local.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido; Tecnologias Sociais; Transição Agroecológica.

Análise da qualidade da água em um agroecossistema no município de São José do Egito – PE

Talysson Daniel Santos da Silva⁸²

Renata Andrade Lima⁸³

Maria Sonia Lopes da Silva⁸⁴

Nivea Regina de Oliveira Felisberto⁸⁵

Leandro Silva Oliveira⁸⁶

Linha de Pesquisa: Convivência com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento

DOI: 10.29327/1292658.8-23

1 Introdução

A água é essencial para a vida e desempenha um papel fundamental na manutenção dos ecossistemas e no sustento das atividades agrícolas. No entanto, a crescente pressão sobre os recursos hídricos devido à intensificação da agricultura tem levantado preocupações quanto à qualidade da água em agroecossistemas.

No município de São José do Egito, localizado no estado de Pernambuco, a atividade agrícola é uma importante fonte de subsistência e desenvolvimento econômico. No entanto, a utilização de práticas agrícolas intensivas, como o uso de

⁸² Graduando em Engenharia Agrônoma; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE Campus Vitória de Santo Antão); E-mail: tdanielsantossilva2@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2901-4014>

⁸³ Engenheira Agrônoma; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE Campus Vitória de Santo Antão); E-mail: renataprisko1@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2113-854X>

⁸⁴ Doutora em Zootecnia. Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Caprinos); E-mail: nivea.felisberto@embrapa.com.br; ORCID: 0000-0002-9695-5842

⁸⁵ Doutora em Zootecnia. Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Caprinos); E-mail: nivea.felisberto@embrapa.com.br;

⁸⁶ Doutor em Zootecnia. Analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Solos); E-mail: leandro.silva@embrapa.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4425-629X>

fertilizantes, pesticidas e irrigação descontrolada (SILVA *et al.*, 2011), pode impactar negativamente a qualidade da água.

A caracterização e avaliação da qualidade da água nos agroecossistemas são de extrema importância para compreender a influência das práticas agrícolas no manejo dos ecossistemas, a qualidade da água, antes de tudo, refere-se não a um estado original de pureza, mas, as características químicas, físicas e biológicas que os corpos d'água devem apresentar de acordo com os múltiplos usos a que se destinam (SILVA, 2006).

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo realizar a análise da qualidade da água em um agroecossistema no município de São José do Egito – PE, visando o monitoramento do uso e manejo sustentável de sua área produtiva.

2 Referencial teórico

A caracterização e qualidade da água em agroecossistemas têm sido objeto de estudos e pesquisas em todo o mundo. Com o despertar da nossa consciência ambiental, a água passou a ser alvo de maiores atenções, até porque a sobrevivência de todas as espécies, inclusive a humana, depende da sua pureza (ALMEIDA, 2019). No contexto específico do município de São José do Egito, a qualidade da água nos agroecossistemas assume um papel de extrema importância devido à sua relevância para a agricultura local.

A qualidade da água é um fator de grande importância para a agricultura irrigada, principalmente em regiões que não apresentam uma distribuição regular de chuvas como o Nordeste (SILVA, 2006).

Segundo Silva (2006) considerando a água utilizada na agricultura, o conceito de qualidade de água refere-se às características que podem afetar sua adaptabilidade para uso específico, ou seja, a relação entre a qualidade da água e a necessidade dos usuários.

Através dessas características, é possível fornecer subsídios para a tomada de decisões e implementação de estratégias de manejo sustentável dos recursos hídricos disponíveis nas propriedades, visando a redução de riscos à saúde humana, preservação local e promoção da sustentabilidade ambiental.

De acordo com a CETESB (2009) as fontes que levam à degradação da qualidade da água podem ser classificadas em pontuais, que são aquelas caracterizadas pelos efluentes domésticos e industriais, e em difusas, que são os resíduos provenientes da agricultura (fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas, entre outros), o escoamento superficial (urbano e rural). Barbosa *et al.*, (2003) concerne que, à medida que a degradação ambiental se intensifica afetando a disponibilidade de água e comprometendo a qualidade dos corpos hídricos, a gestão integrada de bacias hidrográficas assume uma importância cada vez maior, descentralizando as ações e permitindo que os diversos usuários organizem seus atos, visando o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável

3 Metodologia

A área de estudo está localizada na Fazenda Queimadas, no município de São José do Egito, localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião de Pajeú, com uma altitude aproximada 585m e posicionado nas coordenadas: 07°30'43.6"S 037°16'12.4"W. A vegetação é formada pela caatinga hiperxerófila. O clima é característico do semiárido, a temperatura média anual é de 26 °C, precipitação pluviométrica de 624 mm, sendo os meses mais chuvosos de janeiro a abril (CPRM, 2023).

Para a coleta das amostras de água, foram selecionados pontos estratégicos dentro do agroecossistema em estudo. Considerando a influência das práticas agrícolas, a proximidade de fontes potenciais de contaminação e a distribuição espacial adequada. As amostras foram coletadas em duas fontes de água, que foram no Poço Cacimbão e no Poço Rio Pajeú.

As amostras foram coletadas utilizando técnicas apropriadas, como o uso de garrafas estéreis e recipientes adequados para evitar a contaminação durante o processo. A coleta foi realizada, levando em consideração as características específicas de cada ponto de amostragem.

Após a coleta, as mostras foram enviadas para o laboratório da Embrapa. No laboratório, foram realizadas as análises da qualidade da água, para as características físicas e química e a classe de irrigação, segundo Richards (1954).

4 Resultados e Discussão

Com base nos resultados da análise da qualidade da água nos dois poços, podemos observar que ambos apresentam um risco alto de salinidade e um baixo risco de sodicidade (Tabela 01). Isso significa que a água contém uma concentração elevada de sais, o que pode afetar negativamente o desenvolvimento de algumas culturas, especialmente aquelas sensíveis à salinidade.

É importante ressaltar que o uso da água desses poços para irrigação é recomendado em solos permeáveis, que tenham uma boa drenagem. Isso ocorre porque a boa drenagem permite que os sais presentes na água sejam lixiviados e não se acumulem no solo, minimizando os efeitos da salinidade. Além disso, o uso desses poços para irrigação é mais adequado para plantas que são tolerantes aos sais. No caso específico deste agroecossistema, o feijão-de-corda, que é uma cultura muito plantada na propriedade, é uma cultura altamente sensível à salinidade, portanto, não seria recomendado o uso dessa água para irrigá-lo.

Tabela 01: Análise de água dos dois poços do agroecossistema. Fonte: Própria, 2023.

Ca ²⁺	Ca ²⁺ + Mg ²⁺	Na ⁺	K ⁺	HCO ₃ ⁻	SO ₄ ⁻	Cl ⁻	pH	CE	RAS	Dureza	Classe Irrigação
cmol _c .dm ⁻³							dS m ⁻¹				
Poço Amazonas - Cacimbão											
2,09	5,08	6,15	0,14	3,56	4,56	12,75	7,00	2,00	3,45	12,70	C3S1
Poço Rio Pajeú											
0,75	2,43	5,75	0,90	3,22	5,03	11,79	8,50	0,95	4,66	6,08	C3S1

Considerando a classificação de irrigação, ambos os poços se enquadram na classe C3S1, indicando uma água com risco moderado de salinidade (C3) e risco baixo de sodicidade (S1). Isso reforça a recomendação de utilização desses poços em solos permeáveis e culturas tolerantes aos sais.

5 Conclusões

Os resultados indicam que a água dos poços avaliados apresenta um risco alto de salinidade, sendo recomendada para uso em solos permeáveis e plantas tolerantes aos sais. No entanto, é necessário considerar as necessidades específicas de cada cultura, evitando o uso dessa água em culturas sensíveis à salinidade, como o feijão-de-corda mencionado.

Essas informações são valiosas para orientar o uso e manejo adequado da água no agroecossistema de São José do Egito, visando garantir a eficiência da irrigação e a sustentabilidade dos recursos hídricos.

6 Agradecimentos

À família agricultora participante da pesquisa e aos parceiros institucionais EMPAER e EMPARN, que contribuíram significativamente no desenvolvimento das ações do projeto.

7 Referências

ALMEIDA, Rafael et al. Índice de sustentabilidade em agroecossistema de base familiar em Muniz Freire-ES, território do Caparaó Capixaba. **XXII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica** - Universidade do Vale do Paraíba. 2019.

BARBOSA, C. F. *et al.* **Sistema de gestão de recursos hídricos através de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em Áreas de Proteção Ambiental Municipal (APA ou APAM)**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Geociências – IG, 2003. 39 p. Trabalho de Graduação

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado de Pernambuco**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2023.

Disponível em:

<https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15656/Rel_.pdf?sequence=1 .

Acesso em: 05 jul. 2023.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Variáveis de qualidade de água**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/variaveis.asp#transparencia>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

RICHARDS, L. A. **Diagnosis and improvement of saline and alkali soils**. Washington D.C., U.S. Salinity Laboratory, 1954. 160p. (USDA Agriculture Handbook, 60).

SILVA, M. G. **Caracterização da qualidade da água na Barragem do Perímetro Irrigado de Jacarecica I, Itabaiana- Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe, 2006. 74p. Dissertação de Mestrado.

SILVA, da F. R. M.; *et al.* **Recursos hídricos: Usos e manejos**. Editora livraria da física, 2011

LINHA DE PESQUISA

V – AMBIENTE, SAÚDE E SISTEMAS AGROALIMENTARES

Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural e Agroecologia Nos Territórios Rurais

Rafaela Rodrigues Lins⁸⁷

Tarcísio Augusto Alves da Silva⁸⁸

Linha de Pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

DOI: 10.29327/1292658.8-17

1 Introdução

Nos últimos anos, se tem observado uma crescente articulação de populações de territórios rurais visando a elaboração de políticas públicas, com foco no desenvolvimento rural e na agroecologia, voltadas para a melhoria de vida desses sujeitos.

Neste sentido, a compreensão da categoria território, entendida como um espaço de relações de poder, se coloca como tarefa fundamental, pois nele os atores se orientam por sua história e cultura. A proximidade desses sujeitos com instituições endógenas e exógenas ao território gera ações coletivas, como troca de experiências e redes de colaboração, que influenciam no desenvolvimento e ampliam as relações sociais com os que estão fora do território (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004).

Com isso é importante ressaltar, de acordo com Freitas, Freitas e Dias (2012), que o conceito de desenvolvimento rural apresenta iniciativas que podem melhorar as condições de vida dos atores residentes em território rurais, a depender da perspectiva de desenvolvimento rural assumida pelo Estado, através da combinação de ações, iniciativas e escolhas que considerem a reprodução social, econômica e cultural, a partir de ações endógenas e exógenas ao território. Ainda segundo os autores, a noção de desenvolvimento rural se apresenta como uma orientação teórica para a elaboração das políticas públicas.

Sendo assim, utilizar um modelo de desenvolvimento rural endógeno, com enfoque agroecológico, pode auxiliar na criação de Políticas Públicas territoriais.

⁸⁷ Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: rafaela.lins@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-5402>

⁸⁸ Doutor em Sociologia. Professor Associado III do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: tarcisio.asilva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2956-3512>

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar um exemplo de modelo de desenvolvimento rural endógeno, com enfoque agroecológico, criado por Gusmán (2001), que pode ser utilizado para elaboração de políticas públicas.

2 Referencial teórico

O conceito de políticas públicas, conforme Souza (2006), mostra que o governo elabora políticas públicas com o intuito de melhorar a vida dos cidadãos, criando ações específicas que são definidas de acordo com o campo de estudo das questões públicas, com o objetivo de sanar os problemas daqueles que são diretamente beneficiados.

Já para Serafim e Dias (2012) pode-se compreender as políticas públicas como ações ou conjunto de ações nas quais o Estado pode interferir na realidade da sociedade, apresentando um objetivo com o propósito de superar algum problema identificado.

Cada vez mais instituições e organizações sociais participam da elaboração e determinam os rumos das políticas públicas dos governos e de Estado, um exemplo disso são as políticas de desenvolvimento rural ou para o campo. Na última década, movimentos camponeses influenciaram a elaboração de políticas de desenvolvimento rural para a agricultura, pecuária, mercado, indústria, educação, saúde e habitação (FERNANDES, 2015).

Ainda segundo Fernandes (2015), os territórios rurais ocupados pelos camponeses apresentam necessidades específicas, ou seja, elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural que demandam ações voltadas para o trabalho familiar, cooperativo ou associado, bem como para produção de culturas para os mercados locais, regionais, nacional e até mesmo para exportação.

É importante destacar a formulação de políticas públicas para os territórios rurais voltadas para a agroecologia, pois estas devem contar com uma rede atores estatais e não estatais, que desde os anos 80, lutam por mudanças nas ações do Estado para ampliar a participação da sociedade civil (NIEDERLE, et al. 2019).

Segundo Caporal (2004), ao longo de muitos anos, os agricultores e os povos tradicionais adotaram a prática da agricultura sem o uso de insumos químicos, com o intuito de prejudicar menos o meio ambiente. O principal objetivo era proteger os

recursos naturais e evitar o uso da química agrícola, da biologia e da mecânica, que já estavam sendo aplicados no início do século XX.

O autor também destaca que várias terminologias foram utilizadas para nomear alternativas para a agricultura, como orgânica, biológica, natural, ecológica e permacultura, cada uma seguindo seus próprios princípios, regras e normas. No entanto, os problemas socioambientais decorrentes do modelo tradicional de agricultura foram se acumulando ao longo do tempo, e as alternativas não foram capazes de resolvê-los.

Sendo assim, a partir da busca por soluções e novos conhecimentos, surgiu a Agroecologia, apresentando uma abordagem científica que engloba a transição para estilos de agricultura sustentável, promovendo o desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL, 2004).

Alguns autores apresentam um conceito para a Agroecologia. Para Altieri (2004):

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, p. 24, 2004).

Já para Gliessman (2003) é:

Una base principal de la Agroecología es el concepto del ecosistema, el cual se define como un sistema funcional de relaciones complementarios entre organismos vivos y su ambiente, delimitado por bordos escogidos arbitrariamente, que en el espacio y el tiempo parece mantener un equilibrio estable pero dinámico (GLIESSMAN, p. 110, 2003).

A incorporação da agroecologia como foco para políticas públicas resulta de interações entre articulações da sociedade civil, poder público e movimentos sociais, que ao longo do tempo, derivaram em uma institucionalização da agroecologia, como exemplo, pode-se citar a criação em 2012 da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instrumentalizada em 2013 pelo I Plano Nacional de

Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO), que após atualizado e revisado em 2016, surge o II PLANAPO (NIEDERLE, et al. 2019).

3 Metodologia

O presente resumo debruça-se sobre a proposta de Gusmán (2001) sobre um modelo de desenvolvimento rural endógeno, com enfoque agroecológico.

O contato com as ideias do autor ocorreu na disciplina desenvolvimento rural, políticas públicas e território, lecionada no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, semestre 2022.1, onde foi discutido o desenvolvimento rural brasileiro, apresentando particularidades de sua trajetória e a produção de políticas públicas nos territórios rurais.

4 Resultados e Discussão

Cada vez mais, as populações camponesas residentes nos territórios rurais buscam exigir e participar da elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. A agroecologia se apresenta como uma possibilidade para que haja uma melhoria das condições de vida desses indivíduos, por isso a necessidade de que essas políticas contemplem uma agricultura sustentável social e ambientalmente.

É importante destacar que a elaboração de políticas públicas para os territórios rurais deve levar em consideração o desenvolvimento rural e a agroecologia. As ideias de Gusmán (2001) revelam a construção de um modelo de desenvolvimento rural endógeno com enfoque agroecológico, que pode ser aplicado nos estudos sobre territórios rurais.

Gusmán (2001) adaptou e criou um modelo de desenvolvimento rural endógeno com enfoque agroecológico, apresentando as características e descrição que devem ser levadas em conta para sua análise, este modelo também pode ser utilizado como base para elaboração de políticas públicas específicas para o território que será estudado, conforme observa-se no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Modelo de desenvolvimento rural endógeno

Característica	Descrição
Integralidade	Deve-se buscar o estabelecimento de atividades econômicas e socioculturais que abrangem a maior parte dos setores econômicos necessários para permitir o acesso aos meios de vida da população, em busca da melhoria do bem-estar da comunidade.
Harmonia e equilíbrio	Deve existir sempre um equilíbrio entre os sistemas econômico e ecológico. As atividades agrícolas devem ser realizadas mantendo, também dentro do setor, um caráter integral, ou seja, buscando um processo de integração agrossilvopastoril que permita a manutenção do equilíbrio ecológico.
Autonomia de gestão e controle	Os próprios habitantes da zona devem ser os responsáveis pela gestão e controle dos elementos chave do processo. Os processos de desenvolvimento rural, ao longo do tempo, foram impostos pela intervenção pública, o que não deve ocorrer. Tal imposição, muitas vezes, ocorreu de forma inconsciente por parte da administração, já que está, ao estabelecer as infra-estruturas organizativas necessárias para o estabelecimento dos processos, introduziu, também, um contexto social, tecnológico e administrativo alheio aos mecanismos socioculturais da comunidade, gerando, com isto, barreiras à participação local.
Minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas	Estabelecimento de redes locais de intercâmbio de insumos localmente disponíveis, como elemento de resistência e enfrentamento ao controle externo exercido pelas empresas comerciais introdutoras dos elementos de natureza industrial (o que gera impactos negativos no manejo dos recursos naturais), tanto na fase de produção como na fase de comercialização. A geração de mercados alternativos de

	insumos e produtos tem um papel-chave como estratégia de resistência.
Manutenção e potencialização dos circuitos curtos	Após o conhecimento da complexidade dos processos de intercâmbio nos mercados convencionais e do estabelecimento de mecanismos de defesa frente à estrutura de poder característica destes mercados (em geral, vinculados à dimensão econômica da globalização), é possível dar-se o passo no sentido de introduzir-se em mercados de circuitos mais longos.
Utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais	Deve-se analisar o nível de sustentabilidade e tentar, a partir dos pontos de estrangulamento, reconduzir o sistema em busca de contextos de sustentabilidade. Isto não implica, necessariamente, a implantação da agricultura ecológica em sentido estrito, senão que a recondução gradual dos sistemas agrícolas em direção a situações ecologicamente desejáveis.
Pluriatividade, seletividade e complementaridade da renda	Deve-se recuperar práticas ecológicas e economicamente sustentáveis que historicamente se realizavam na comunidade. Neste sentido, o turismo rural (e outras iniciativas semelhantes e derivadas) só é válido no contexto das estruturas associativas existentes na comunidade rural para reforçar seus laços de solidariedade e buscando uma complementaridade de rendas que permita a melhoria do nível de vida dos agricultores.

Fonte: Guzmán (2001)

Para Guzmán (2001), o desenvolvimento rural pode se amparar nos princípios agroecológicos, a partir do descobrimento, sistematização, potencialização e análise dos processos, a partir da resistência local, em detrimento ao processo de modernização, pois as estratégias de desenvolvimento devem ser realizadas de forma participativa, levando em consideração a identidade do território.

Aplicar o modelo teórico apresentado pelo autor em um dado território pode auxiliar na identificação de se de fato os territórios e os indivíduos que residem nele, estão praticando o desenvolvimento rural baseado na agroecologia, partindo de diferentes ações sociais coletivas e do caráter participativo destes atores, a fim de subsidiar a criação de políticas públicas direcionadas para estes sujeitos.

5 Conclusões

As políticas públicas devem oportunizar a criação de novas estratégias através de ações que garantam a biodiversidade do território, minimizando as dependências que estes enfrentam, como proteger e conservar os recursos naturais, a partir de tecnologias que respeitem o meio ambiente, também deve-se permitir a efetiva participação dos atores locais nos espaços de administração e intervenções externas.

É importante ressaltar que, a aplicação do modelo identificado nos territórios rurais, pode gerar insumos para melhorar a vida dos sujeitos residentes nos mesmos, a partir da identificação das ações desenvolvidas, que podem contribuir para a criação de políticas públicas, que contemplem o desenvolvimento rural e a agroecologia nos territórios.

Por fim, sugere-se a aplicação do modelo de desenvolvimento rural endógeno apresentado nos territórios rurais que poderão ser estudados, para gerar dados e insumos para pesquisas futuras e elaboração de políticas públicas.

6 Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios** / por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; 24 p. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 46, n. 6, p. 1575 a 1597, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7142>. Acesso em 18 abril de 2022.

FERNANDES, B. M. **Políticas públicas e questão agrária**: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: FILHO, Eraldo da Silva Ramos et all. (Org.). Estado, políticas públicas e territórios. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 17-38. Disponível em: <http://bit.do/fTuTe> Acesso em 14 de Abril 2022

GLIESSMAN, S.R. **AGROECOLOGÍA Y AGROECOSISTEMAS**. Revista Ciência & Ambiente 27 - Agricultura Sustentável, 2003.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. (pp. 35-45) Revista Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. Disponível em: <http://bit.do/fTuNm> Acesso em 12 de abril de 2022.

NIEDERLE, P. A., SABOURIN, E. P., SCHMITT, C. J., DE ÁVILA, M. L., PETERSEN, P. F., & DE ASSIS, W. S. (2019). **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia**. *Redes* (St. Cruz Do Sul Online), 24(1), 270-291. Disponível em: <http://bit.do/fTuSV> Acesso em 14 de abril de 2022.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo (SP): Atlas; 1992.

SERAFIM, M.P., DIAS, R.B., **Análise de Política**: Uma Revisão da Literatura Policy analysis: a review. Cadernos de Gestão Social. Vol.3, Nº 1, jan/ jun – 2012

SCHNEIDER, S. TARTARUGA, I. G. P. **Território e abordagem territorial:** das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 13 dez. 2005.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

Antropoceno e Agroecologia: o desenvolvimento de uma nova consciência ambiental

Carla Rodrigues Dal Prá Suliani⁸⁹

Claiton Marcio da Silva⁹⁰

Linha de Pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

DOI: não há (resumo simples)

1 Introdução

Este trabalho trás a síntese de dissertação apresentada no PPGCTA da UFFS, Campus Erechim. Pesquisa localizada dentro do contexto de História Ambiental destacando como os humanos afetam e são afetados pelo ambiente natural, sendo um campo multidisciplinar e que viver como humanos é mudar o mundo ao redor, a história ambiental vai relatar e discutir estas mudanças. Desta forma, o Antropoceno refere-se à nomeação de uma nova era geológica – em curso – na qual os efeitos da ação humana deixam marcas nos sistemas geológicos, biológicos, atmosféricos e hidrológicos, de modo inédito. O trabalho em questão realiza uma análise da organização do movimento de produção de alimentos orgânicos do núcleo da Serra de agroecologia, histórico e perspectivas frente ao Antropoceno. O problema que norteia este estudo é: existem contribuições, na constituição da organização do movimento de produção orgânica local, para enfrentamento dos desafios da contemporaneidade impostos pelo Antropoceno? O objetivo principal do trabalho é: analisar a organização do movimento de produção de alimentos orgânicos da Serra Gaúcha, histórico e perspectivas frente ao Antropoceno. Para alcance deste propósito foram definidos desígnios específicos: revisar e apresentar conceitos e processos de evolução do Antropoceno; descrever a trajetória histórica acerca da evolução do movimento que resultou no atual contexto produtivo orgânico local, descrevendo quais desafios

⁸⁹ Agricultora e viticultora agroecologista. Mestra em Ciência e Tecnologia Ambiental; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestranda em Viticultura e Enologia; Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); E-mail: carlardpsuliani@gmail.com; ORCID: 0000-0002-3870-9539

⁹⁰ Doutor em História das Ciências. Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); E-mail:claiton@uffs.edu.br ; ORCID: 0000-0002-4582-4586

percebidos atualmente; entender como a agroecologia e o Antropoceno estão acontecendo no momento de incertezas em função da pandemia. A metodologia de pesquisa foi qualitativa e utilizou como ferramentas: pesquisa bibliográfica e documental, publicações impressas e online, artigos científicos, livros, pesquisas e entrevistas publicadas, vídeos e séries históricas de dados, documentos e arquivos pessoais disponibilizados. Como resultado do capítulo 1, conclui-se que o Antropoceno, mesmo que não oficializado como Era Geológica, já é aceito pela academia em função das visíveis mudanças facilmente verificadas desde a Grande Aceleração. Essa aceitação em breve nos levará para outra fase de consciência, em que, dotados de capacidade intelectual enquanto humanidade, reconhecemos os erros que nos trouxeram até aqui e construiremos soluções para atenuar seus rumos. Logo, estamos em vias de viver um Antropoceno consciente de si mesmo? O capítulo 2, por sua vez, analisou o desenvolver agroecológico e seus desafios locais e globais. Pode-se concluir que se trata de um movimento de conscientização coletiva iniciado com o questionamento do modo vigente de produção, sendo que desde seu início acumula adeptos e conquistas para o coletivo e o meio ambiente. O capítulo 3 destaca dados biofísicos acerca da atual situação perceptível do Antropoceno, impactos locais percebidos e aspectos do cotidiano local da agroecologia no momento pandêmico. Com esse bloco conclui-se que, localmente, são perceptíveis as mudanças antropocêntricas. Importantes estudos apontam a agroecologia como portadora de soluções. Percebe-se que a pandemia exige adaptação dos agricultores ecologistas, além da união deles para disputas em defesa de manutenção de aspectos já conquistados outrora. Propicia concluir principalmente que o modelo agroecológico acontece com práticas contrárias às que impulsionaram o advento do Antropoceno, logo, possui capacidade de contribuir com a construção de sistemas produtivos mais adequados para construção de uma real sustentabilidade.

Palavras-chave: História; Humanos; Impactos; Agricultura; Sustentabilidade

Tecnologias sociais e economia solidária: alternativas de resistência frente a expansão do capital no campo

Jackson Araujo de Sousa⁹¹

Leandro Vieira Cavalcante⁹²

Linha de Pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares

DOI: não há (resumo simples)

1 Introdução

A região da Chapada do Apodi, no Ceará, tem enfrentado intensos processos de injustiça ambiental (SOUZA, 2019) em função da territorialização do capital (FERNANDES, 2008). Especificamente no município de Tabuleiro do Norte, observa-se a consecução de um modelo de produção altamente predatório centrado no agronegócio do algodão, acarretando uma geografia desigual dos rejeitos para os mais pobres e dos proveitos para os mais ricos, conforme evidencia Porto-Gonçalves (2018). Visando resistir ao avanço desse modelo, tem se construído alternativas caracterizadas por circuitos curtos de economia solidária (GAIGER, 2009), com destaque para a chamada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), a qual possui estreita vinculação com uma série de tecnologias sociais de convivência com o semiárido dispostas pelas comunidades, entendidas como opções tecnológicas simples e de baixo custo, mas com grande retorno social (LASSANCE JÚNIOR; PEDREIRA, 2004). Implementada através do estímulo e atuação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, a CSA se constitui como uma experiência que busca aproximar a produção familiar camponesa dos consumidores, chamados de co-agricultores (SBROCCO, 2022), abalizada pelos princípios da economia popular solidária. Tal iniciativa tem lançado luz sobre a convivência harmônica com a natureza semiárida (SILVA, 2008;

⁹¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN Campus Caicó); E-mail: pesq.jackson.sousa@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7231-5448>

⁹² Doutor em Geografia. Professor Adjunto dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Estudos Urbanos e Regionais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: leandro.cavalcante@ufrn.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

MACIEL; PONTES, 2015), mostrando que existem formas outras de viver no território que não seja a exploração dos seus bens naturais como praticado pelo agronegócio. Nesse sentido, o presente trabalho pretende evidenciar a importância das tecnologias sociais de convivência com o semiárido para a experiência da Comunidade que Sustenta a Agricultura na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte-CE. Este trabalho se constitui como de natureza qualitativa, recorrendo ao trabalho de campo para efetivação de registros fotográficos e entrevistas semi-estruturadas com camponeses(as) para obtenção de dados, os quais foram posteriormente analisados, resguardando seu anonimato. Com a pesquisa, foi possível perceber a estreita relação entre as tecnologias sociais e a CSA. Notou-se que a Comunidade que Sustenta a Agricultura, enquanto circuito curto de economia, só seria possível ou teria sua capacidade otimizada no Semiárido em associação com as tecnologias sociais, as quais permitem, por exemplo, o armazenamento de água em cisternas de placa, o tratamento das águas cinzas através do bioágua e a produção de gás por meio do biodigestor, possibilitando a produção familiar camponesa mesmo nos períodos de estiagem. Com a presença das tecnologias sociais, há uma certa garantia de produção constante nos quintais produtivos ao longo de todo o ano. É através da conexão das tecnologias sociais com técnicas agroecológicas que a produção que permite a comercialização através da CSA é possível. Nesse sentido, entende-se que a junção de alternativas tecnológicas diversas tem contribuído com a resistência camponesa frente à expansão do capital no campo, incrementando a economia local a partir da agricultura camponesa e possibilitando a convivência da população local com o Semiárido. Evidencia-se também a existência de possibilidades alimentares agroecológicas de consumo e comercialização fora dos circuitos globalizados típicos do agronegócio, que privilegiam a produção e comércio de *commodities* altamente dependentes de agrotóxicos, transgênicos, terra, água e trabalho.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais; Economia solidária; Resistência; Convivência com o Semiárido.

Horta escolar comunitária Escola Professora Helena Pugó

Ivysson Gabriel da Silva Prazeres⁹³

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

DOI: não há (resumo simples)

A vida escolar é uma época de aprendizagem e escolhas certas para uma boa colheita no futuro. Aprender é sempre bom e pode ser uma experiência divertida e prazerosa. A junção da rede de apoio que envolve a Organização Não Governamental – GIRAL, apoiada pela Chesf e o espaço amostral a Escola de Referência em Ensino Médio Professora Helena Pugó, onde se desenvolvem as atividades trazidas aqui neste trabalho, juntos iniciaram o projeto que envolve a implantação e manutenção de uma horta com bases agroecológicas, com fins pedagógicos e nutricionais. Incentivar os estudantes as técnicas e o manejo de uma horta, fazendo a manutenção, a concepção de canteiros, compostagem, plantio e conseqüentemente a colheita de frutas, hortaliças, verduras e ervas medicinais para o consumo dos próprios estudantes e de toda a comunidade escolar. A horta escolar agroecológica também ajuda a promover a segurança alimentar e nutricional ao estimular as mudanças de hábitos alimentares em busca de uma alimentação saudável. O projeto incentiva os envolvidos através das observações e práticas a levarem as técnicas de plantio para suas casas, com base na agroecologia e na sintropia. Isso dará aos jovens um senso de responsabilidade, cuidado e apego, estando comprometidos e responsáveis com o desenvolvimento da horta. O projeto ainda contemplará um SAF – Sistema AgroFlorestal – onde serão aplicadas técnicas sintrópicas e poderemos observar como a natureza reage quando é respeitada e manipulada de forma correta. A vizinhança do espaço amostral é bem oportuna, rodeada por uma mata que será utilizada como fornecedora de substrato, onde crescerão as culturas, juntamente com o húmus de minhocas californianas que

⁹³ Estudante de Ensino Médio; Escola de Referência em Ensino Médio Professora Helena Pugó; E-mail: gsgabrielsilva037@gmail.com; ORCID: 0009-0003-9444-5747

será produzido a partir de compostos trazidos pelos estudantes envolvidos e gerados pela própria cozinha da escola. Todo o projeto é assistido por técnicos agrícolas, técnicos em agroecologia, farmacêuticos, agrônomos, professores, mestres em educação ambiental, fotógrafos e funcionários da Chesf, que acompanham o projeto desde a sua implantação. As atividades estão no começo, as práticas já foram teorizadas em gabinete, estamos na fase da vivência e da introdução. Já vimos o resultado e alegria dos envolvidos numa pequena colheita de folhagens que fizemos, onde uns seis estudantes presentes foram beneficiados com a pequena produção. Claramente o objetivo não é esse, é sim o fornecimento de insumos orgânicos e a introdução de nutrientes na merenda da escola. Vivenciar as práticas, cuidar da terra e das culturas, ver frutificar e dar valor ao que se come é o grande foco motivacional do projeto. Sugestões, estudos, palestras, intercâmbios estão previstos e estarão contribuindo com as práticas ali executadas. O envolvimento de toda a comunidade escolar, educandos e educadores, desde os docentes ao pessoal administrativo e de apoio, trará resultados positivos ao projeto que tem começo, meio mas não tem fim. Agradecemos ao professor idealizador do projeto, professor Gustavo Soares, a ONG GIRAL a Chesf e a Escola Professora Helena Pugó.

Palavras-chave: Agroecologia; Horta; Escolar; Saudável.